PMMA
SANTA CRUZ CABRÁLIA

PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA

GAMBA
Grupo Ambientalista da Bahia

SOS MATA ATLÂNTICA

GAMBA
Grupo Ambientalista da Bahia

SOS MATA ATLÂNTICA

PLANO MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA DE SANTA CRUZ CABRÁLIA

BAHIA | 2016

Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália

Jorge Monteiro Pontes - Prefeito

Mariléia Peixoto Monteiro - Secretária do Meio Ambiente

Equipe Técnica

Gambá

Ana Cláudia Fandi

Ananda Ribeiro Mensitieri Orlando

Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha

Juliana de Melo Leonel Ferreira

Milene Maia Oberlaender

Osvaldina Rocha dos Santos Cruz

Renato Pêgas Paes da Cunha

Conservação Internacional Brasil

Renata Pereira

WWF Brasil

Alessandra Gomes Batista Manzur

Mario Barroso Ramos Neto

Moderação das oficinas

Juca Ulhôa Cintra Paes da Cunha

Equipe Administrativa Financeira - Gambá

Cintia Regina de Jesus Hipólito

Telma Moreira da Silva

Revisão de Texto

Tatiana Rocha

Projeto Gráfico e Diagramação

Carol Nóbrega

Apoio

Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

LISTA DE SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ADAB - Agência de Defesa Agropecuária da Bahia

API/APLB-BA - Associação dos Professores Licenciados do Brasil - Delegacia Sindical da Zona do Cacau, Seção Bahia

GAC - Gestão Ambiental Compartilhada

CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CDL - Câmara de Dirigentes Lojistas

CEFIR - Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

CEPEDES - Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

CETAS - Centro de Triagem de Animais Silvestres

CI - Brasil - Conservação Internacional Brasil

CIPPA - Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental

CMDS - Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DIREC - Diretoria Regional de Educação

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento

ESALQ - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

GAMBÁ - Grupo Ambientalista da Bahia

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade

IESB - Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia

IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IUCN - *International Union for Conservation of Nature*, União Internacional para a Conservação da Natureza

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MLT - Movimento de Luta pela Terra

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MP-BA - Ministério Público do Estado da Bahia

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG - Organização Não-governamental

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PL - Projeto de Lei

PMMA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RL - Reserva Legal

RPGA - Região de Planejamento e Gestão das Águas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SEMA - Secretaria do Meio Ambiente da Bahia

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SDR - Secretaria de Desenvolvimento Rural da Bahia

SMMA - Secretaria Municipal do Meio Ambiente

SINTREXBEM - Sindicato dos Trabalhadores na Silvicultura, nos Tratos Culturais, Extração e Beneficiamento da Madeira em Atividades Florestais e Indústrias Moveleiras no Extremo Sul da Bahia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WWF-Brasil - Word Widlife Fund of Nature

APRESENTAÇÃO

O **Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica - PMMA** é um instrumento de planejamento que a Secretaria de Meio Ambiente deixará para a cidade como legado de planejamento de conservação e recuperação do bioma.

Se for apropriado pela sociedade civil e próximas gestões municipais e devidamente colocado em prática o plano deve garantir o uso sustentável dos remanescentes florestais de Santa Cruz Cabrália, propiciando um meio ambiente equilibrado e a manutenção de serviços ambientais, como a disponibilidade de água para a população.

Cabrália precisa da Mata Atlântica para continuar desenvolvendo suas atividades econômicas: agricultura, pecuária e turismo dependem da floresta para existir. Por isso é necessário usar racionalmente os remanescentes que restaram e envolver a população em ações de conservação e restauração.

Construído de forma participativa, neste plano é expresso o desejo da sociedade local de ter 70% das nascentes, boqueirões, matas ciliares e áreas estuarinos restauradas num prazo de 10 anos, que é a vigência do plano. Seus objetivos e ações planejadas também foram devidamente referendadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, confirmando o caráter participativo do Plano.

Este documento prevê ações e áreas prioritárias para a conservação e indicação de responsáveis por sua execução. Para tornar-se realidade é necessário que a sociedade continue envolvida e que o PMMA sempre dialogue com os demais planos, projetos e programas do município, das diversas áreas.

Com a construção do plano foi dado um importante passo, mas para implementá-lo e garantir a efetiva conservação da Mata Atlântica em nosso território, é preciso mantê-lo fora da gaveta e consultá-lo em todas as ações do poder público municipal.

Mariléia Peixoto Monteiro

Secretária do Meio Ambiente

Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália

SUMÁRIO

Introdução	7
Metodologia	9

DIAGNÓSTICO

A Mata Atlântica em Santa Cruz Cabrália	12
Uso e Ocupação do Solo	18
Principais Atividades Econômicas	18
Áreas Protegidas e Unidades de Conservação	26
Quadro Legal em Vigor	35
Planos, Programas e Projetos	37
Gestão Ambiental	41
Instâncias de Governança	45
Meio Físico	50
Cobertura Vegetal	54
Espécies Endêmicas, Raras e Ameaçadas de Extinção	58
Situação Atual da Mata Atlântica no Município	61
Santa Cruz Cabrália e as Mudanças Climáticas	66

PROPOSTA DE AÇÃO

Visão de Futuro	72
Plano de Ação	72
Priorização de Áreas para a Conservação e a Recuperação da Mata Atlântica	86
Recomendações para a Implementação do PMMA	93

Bibliografia Consultada	**93**
Anexos	
Anexo A - Legislação Referente às Questões Socioambientais e Indígenas	**99**
Anexo B - Sítios Eletrônicos dos Principais Órgãos Públicos Relacionados ao PMMA	**107**
Anexo C - Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal e Estadual Relacionados à Proteção e à Gestão Ambiental Atuantes na Região	**108**
Encarte: Mapas temáticos	

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) é um instrumento de gestão territorial que tem como objetivo **levantar a situação atual da Mata Atlântica no município, definir áreas prioritárias e ações para a conservação e recuperação do bioma**, contribuindo assim para o sistema de planejamento municipal. Este instrumento está previsto na Lei da Mata Atlântica nº 11.428/06 e regulamentado pelo artigo 43 do Decreto Federal nº 6.660/08, que orienta a elaboração de planos para os municípios que possuem no seu território o bioma da Mata Atlântica e ecossistemas associados.

Durante a elaboração da Lei da Mata Atlântica foi constatada a importância de incluir no sistema de planejamento municipal um dispositivo que orientasse a conservação e recuperação do bioma, envolvendo de forma efetiva os atores locais neste compromisso, fornecendo uma nova visão para a gestão ambiental municipal. Surge assim o PMMA.

O Plano é composto por um diagnóstico da situação atual da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, norteado por uma situação futura desejada e um plano com estratégias e ações para conservação e recuperação da vegetação nativa e da biodiversidade do bioma.

A experiência do Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá) demonstra que o processo de construção dos planos deve ser participativo, envolvendo o maior número de instâncias do município para assegurar o sentimento de pertencimento da sociedade sobre o PMMA. Este tem sido o grande esforço e compromisso do Gambá na elaboração dos Planos Municipais da Mata Atlântica. Para tanto, todas as etapas de elaboração e aprovação tem como princípio a ampla participação da sociedade local.

Além do processo participativo, o Gambá tem incorporado na construção dos Planos, informações relacionadas a mudanças climáticas[1]. Isto porque os impactos dessas mudanças vêm sendo percebidos em diversos aspectos, especialmente no aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, afetando a agricultura, ocupações humanas, conforme alerta a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

Com o intuito de reduzir a velocidade do avanço das mudanças climáticas, medidas de mitigação têm tomado um espaço cada vez maior nas discussões dos fóruns que tratam das questões sobre meio ambiente e desenvolvimento. Nesse contexto, surgem as iniciativas de adaptação, que buscam preparar novas formas de viver compatíveis com as condições que estão surgindo. Segundo o IPCC, Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (ONU), adaptação é um ajuste em sistemas naturais ou humanos para responder a efeitos das mudanças climáticas que já estejam sendo percebidos ou que sejam esperados, de modo a reduzir os prejuízos ou explorar oportunidades benéficas. Com apoio da Conservação Internacional (CI - Brasil), este tema será melhor detalhado adiante, trazendo para este instrumento de gestão, formas de melhorar as condições de vida e conservação da biodiversidade frente às mudanças climáticas no município de Santa Cruz Cabrália.

1. Segundo a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), mudanças climáticas são alterações no clima que são atribuídas direta ou indiretamente às atividades humanas que alteram a composição global da atmosfera.

Na Bahia existem 330 municípios localizados na área da Mata Atlântica, onde vivem cerca de 11,3 milhões de pessoas, o que corresponde ao terceiro estado em número de habitantes nesta área, atrás somente de São Paulo e Minas Gerais. As regiões do Sul e Extremo Sul da Bahia, mesmo sofrendo um intenso desmatamento nos últimos 60 anos, contêm importantes remanescentes de Mata Atlântica, que compõem o Corredor Central da Mata Atlântica, além de integrar a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e ser reconhecido como Sítio do Patrimônio Mundial Natural pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

O Gambá e a SOS Mata Atlântica, em parceria com as prefeituras locais, coordenaram a elaboração de nove PMMAs, que envolveram os municípios de Belmonte, Canavieiras, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Mascote e Santa Cruz Cabrália, localizados no Sul e Extremo Sul da Bahia. Essa iniciativa conta com a participação das instituições: Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (ANAMMA), Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Conservação Internacional (CI-Brasil), Rede de ONGs da Mata Atlântica, Veracel e WWF-Brasil, além do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (Ministério do Meio Ambiente - MMA / Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ).

Os limites municipais são apenas de cunho administrativo e não ecológico, o que leva à necessidade de integração dos planejamentos e ações das diversas áreas. Observa-se que existem áreas remanescentes de Mata Atlântica que se estendem sobre mais de um município.

A integração dos PMMAs e suas respectivas ações deve envolver, através de oficinas, 10 municípios, incluindo os 9 municípios deste projeto e o município de Porto Seguro, que já possui seu PMMA em fase de implementação. Essa oficina de integração dos PMMAs possibilitará identificar lacunas ou ações que são relevantes em escala regional, mas não aparecem de forma definida na escala municipal. Desta forma, espera-se apontar estratégias de conservação e recuperação de paisagens regionalizadas, por meio de um arranjo de governança que preze pelos diferentes atores e interesses sociais, ambientais, culturais e econômicos, atributos que tornam o Sul e Extremo Sul da Bahia tão sociobiodiverso.

Mapa dos municípios do projeto

Integração Regional

O PMMA tem como foco o território municipal, porém, como os municípios são contíguos, deve-se considerar ações integradas e complementares para as regiões Sul e Extremo Sul da Bahia.

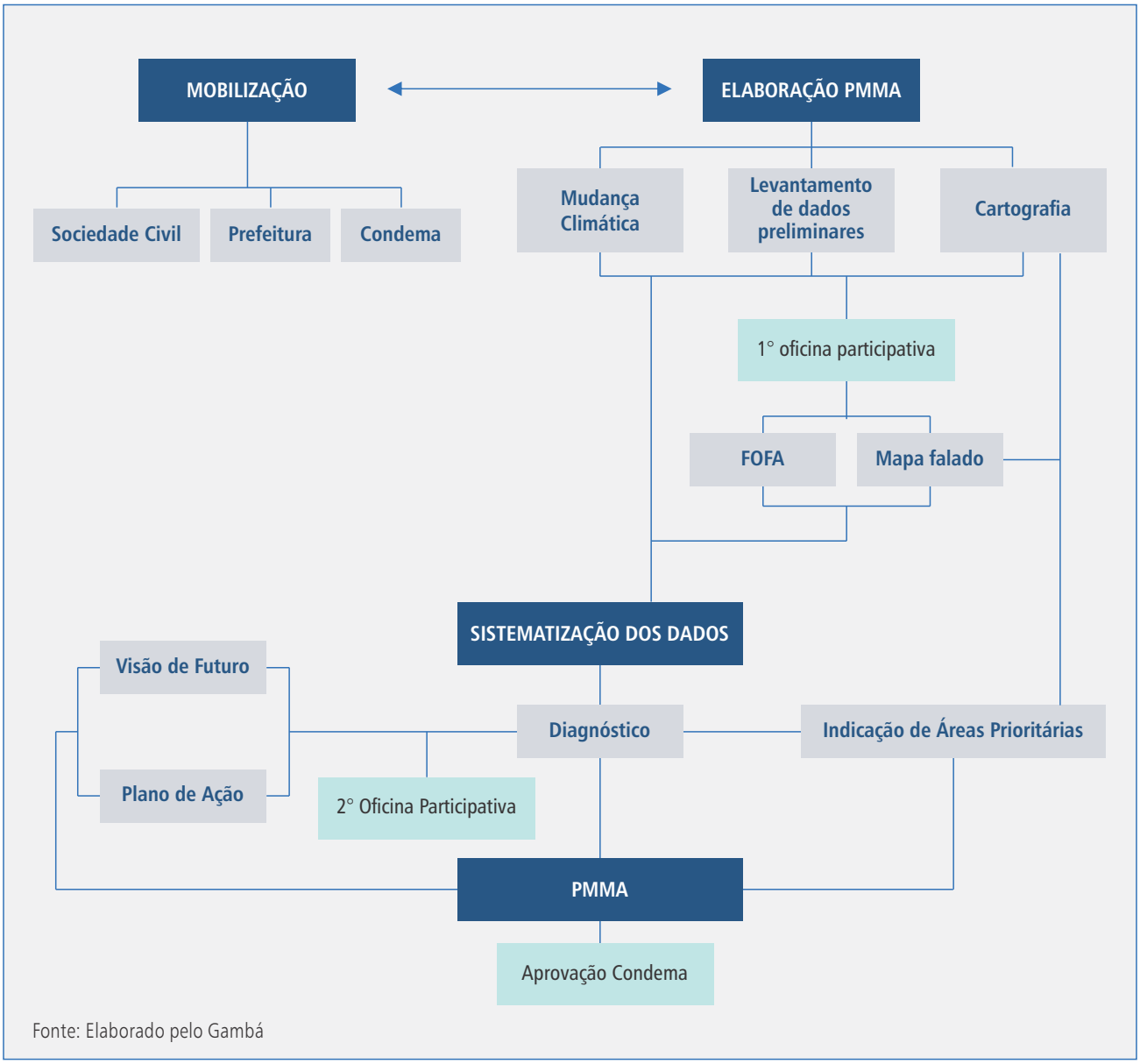
Oficina participativa em Santa Cruz Cabrália.
Foto: Gambá

METODOLOGIA

A estratégia metodológica utilizada para a elaboração do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica do município de Santa Cruz Cabrália teve como princípio norteador o processo participativo, com o objetivo de expressar a realidade socioambiental e econômica local. Contou com o envolvimento dos atores e instituições que atuam no município e/ou no bioma Mata Atlântica e representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

A Figura 1, mostra de forma sucinta a metodologia utilizada para a construção do PMMA de Santa Cruz Cabrália.

FIGURA 1 | Metodologia utilizada para elaboração do PMMA



Fonte: Elaborado pelo Gambá

Construindo a Fofa em Cabrália. Foto: Gambá

Para construção do PMMA foram realizadas duas oficinas participativas. A primeira foi realizada para levantamento de informações e verificação de dados, a partir da leitura geoespacial interpretativa e matriz de planejamento FOFA (Força, Oportunidade, Fraqueza, Ameaça), visando aprofundar a análise de contexto interno e externo em relação à atual situação da Mata Atlântica e dinâmica atual de uso e ocupação do solo. A segunda oficina teve como objetivo a elaboração da visão de futuro e do plano de ação que compõem o Plano Municipal da Mata Atlântica.

Para verificar a situação local da cobertura vegetal e uso do solo, o Programa de Ciências do WWF-Brasil elaborou mapas a partir da base de dados do projeto "Monitoramento independente da cobertura vegetal dos municípios da área de influência da Veracel no Extremo Sul da Bahia para o ano de 2013" (Ribeiro *et al*., 2015), cujo mapeamento foi realizado a partir de uma interpretação visual de ortofotos com 30 cm de resolução espacial, referente ao ano de 2013, na escala de 1:20.000, sendo consideradas na interpretação as feições com polígonos maiores que 0,5 ha. Além dos mapas temáticos de uso e cobertura, foi gerado um mapa de localidade utilizando bases do IBGE do ano de 2014 e SEI do ano de 2013.

As áreas disponibilizadas neste trabalho foram calculadas por meio do software ArcGIS, utilizando-se a Projeção South America Albers Equal Area Conic e o Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas (SIRGAS2000). Estas são recomendações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística) e INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) para cálculos de áreas, em virtude de ser esta a projeção equivalente apropriada para tal finalidade e este, o sistema geodésico de referência oficialmente adotado no Brasil. As áreas do estudo podem apresentar diferenças em relação à áreas oficiais devido a utilização de metodologias distintas. Além disso, foi utilizado como base para os limites municipais os da SEI ano de 2013, desta forma as áreas calculadas no estudo podem apresentar valores diferentes das apresentadas no estudo de "Monitoramento

independente da cobertura vegetal dos municípios da área de influência da Veracel no Extremo Sul da Bahia para o ano de 2013".

Um mapa falado[2] foi construído como resultado da análise da leitura geoespacial interpretativa realizada na primeira oficina. Concomitante ao processo participativo, a equipe técnica se dedicou ao levantamento de informações para compor o diagnóstico do município, através de dados secundários disponíveis em pesquisas científicas, estudos técnicos e órgãos oficiais.

Em uma reunião técnica, foram analisados os dados coletados a partir da sistematização das informações levantadas na bibliografia e na primeira oficina, e elaborou-se uma matriz com a indicação dos eixos temáticos, que subsidiaram a visão de futuro e o plano de ação do PMMA de Santa Cruz Cabrália.

A lente sobre mudanças climáticas foi incorporada ao PMMA de Santa Cruz Cabrália a partir da parceria com CI-Brasil e com o Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (MMA/GIZ). A análise de vulnerabilidade às mudanças climáticas para o município, que consta neste documento, é um recorte de um estudo mais amplo feito para as regiões do Extremo Sul da Bahia, norte do Espírito Santo e de Abrolhos (Pereira *et al.*, 2013). O plano de ação foi analisado e as atividades que irão contribuir para a adaptação às mudanças climáticas foram destacadas.

Os mapas com a identificação das áreas prioritárias para a conservação e restauração da Mata Atlântica foi elaborado pelo WWF-Brasil a partir de um estudo que avaliou a paisagem regional, considerando a capacidade de manutenção, regeneração e reconexão entre os remanescentes de Mata Atlântica existentes e a conservação dos recursos hídricos. Também foram incorporados os dados sobre mudanças climáticas (resultado do estudo de Pereira *et al.*, 2013), visando à adaptação às mudanças climáticas.

O conteúdo técnico do diagnóstico apresenta informações similares para os nove municípios, muito em razão de estarem inseridos na mesma região e em uma distância próxima uns dos outros, porém, as especificidades de cada município estão descritas no seu respectivo PMMA.

Após sistematizado, o PMMA foi apresentado, analisado e aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália.

2. O Mapa Falado é o resultado do processo participativo de levantamento das informações e oficinas de leitura geoespacial interpretativa. É um recurso teórico-metodológico adotado para contextualizar a dinâmica territorial e verificar e atualizar com os sujeitos locais informações a respeito da vegetação e situação dos fragmentos de Mata Atlântica, além de diversos conflitos e potencialidades associados aos usos do solo e aspectos culturais locais. O Mapa Falado é embasado na cartografia social e realizado em observação participante (Da Cunha e De Alencar, 2014, p.33).

A MATA ATLÂNTICA EM SANTA CRUZ CABRÁLIA

Mesmo reduzida e muito fragmentada estima-se que a Mata Atlântica possui cerca de 20.000 espécies vegetais (cerca de 40% das espécies existentes no Brasil), das quais 8.000 são endêmicas, ou seja, espécies que não existem em nenhum outro lugar do Planeta. Estudos realizados no Parque Estadual da Serra do Conduru, ao norte de Santa Cruz Cabrália, mostraram uma diversidade de 454 espécies de árvores por hectare (Thomas *et al*., 2008), número que superou o recorde de 300 espécies por hectare registrado na Amazônia peruana em 1986. Esta informação pode significar que a Mata Atlântica possui a maior diversidade de árvores do mundo por unidade de área.

A fauna também impressiona, devido a sua enorme quantidade de espécies endêmicas. No caso dos mamíferos, estão catalogadas 270 espécies, das quais 73 são endêmicas, entre elas 21 espécies e subespécies de primatas. Os levantamentos já realizados indicam que a Mata Atlântica abriga 849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e cerca de 350 espécies de peixes.

O Extremo Sul da Bahia está inserido no domínio do Bioma Mata Atlântica e originalmente a cobertura vegetal nativa cobria toda a paisagem desta região, representado pela tipologia Floresta Ombrófila Densa.

A região é reconhecida internacionalmente por apresentar um dos maiores níveis de riqueza de espécies vegetais e altas taxas de endemismo em diversos grupos de plantas e animais, sendo considerado um dos principais centros de endemismo do Bioma. As regiões Sul e Extremo Sul da Bahia são denominadas pelos cientistas

Mata atlântica no P. E. da Serra do Conduru. Foto: Floresta Viva

como Hiléia Baiana, devido aos seus aspectos geomorfológicos e climáticos e o diverso número de espécies botânicas também encontradas nas florestas amazônicas (Hiléia Amazônica) (Mori *et al*., 1983; Thomas *et al*.,1998). As particularidades encontradas nessas matas não encontram paralelo com outras regiões da floresta atlântica.

Apesar de sua inegável importância biológica, atualmente, devido às constantes intervenções antrópicas resultantes dos sucessivos ciclos econômicos e à ocupação desordenada, a matriz original da paisagem da região do Extremo Sul da Bahia apresenta-se de forma fragmentada e com constante diminuição dos remanescentes florestais nativos. Consequentemente, há a perda de sua diversidade biológica, tornando-a uma área prioritária para a conservação da biodiversidade mundial. Os dados do *Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica*[3] apontam a Bahia

3. O Atlas dos Remanescentes Florestais de Mata Atlântica é resultado de um projeto realizado pela Fundação SOS Mata Atlântica em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, que tem como objetivo determinar a distribuição espacial dos remanescentes florestais e de ecossistemas associados da Mata Atlântica, monitorar as alterações da cobertura vegetal e gerar informações atualizadas desse bioma.

como o terceiro estado que mais desmatou no período compreendido em 2013 a 2014, sendo registrado o desfloresta-mento de 4.672 hectares de mata nativa (SOS Mata Atlântica 2015).

O Ministério do Meio Ambiente identificou no município de Santa Cruz Cabrália a necessidade de proteção em regiões que foram caracterizadas como de relevância "extremamente alta", levando-se em consideração aspectos de sua importância biológica e prioridade de conservação (MMA, 2007). Para essas regiões foram indicadas a criação de unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável.

Santa Cruz Cabrália possui remanescentes florestais com altíssima diversidade de espécies arbóreas. **Inventários florísticos realizados em uma parcela de 0,2 ha encontraram 308 espécies arbóreas, colocando essa região entre as 20 áreas mundiais e entre as 10 brasileiras com maior número de indivíduos e espécies arbóreas (Plano de Manejo Estação Veracel, 2007).** Tendo em vista a relevância das matas do Extremo Sul, a *Birdlife International*, no âmbito do Programa de Áreas Importantes para a Conservação das Aves (do inglês *Important Bird Areas*-IBAs), identificou e monitora oito áreas importantes para a conservação das aves e biodiversidade. No município de Cabrália estão localizadas duas destas importantes áreas (*BirdLife*, 2015).

A biodiversidade marinha de Santa Cruz Cabrália também é surpreendente, em especial, os recifes de corais, que fazem parte das únicas formações recifais do Atlântico Sul (que se estende do Maranhão ao Sul da Bahia). Os recifes de corais, considerados de alta importância biológica, conferem à região uma enorme responsabilidade de proteção e possibilidades de uso sustentável desses ambientes, devido a variedade de bens e serviços que promovem, como berçários para as espécies marinhas, uso recreativo e turístico e, ainda, contribuem para amenizar o impacto da ação das ondas no litoral.

Além do seu valor paisagístico e importância ecológica, a Mata Atlântica é imprescindível para a qualidade de vida e para a satisfação de necessidades básicas no dia a dia das cidades. Da saúde da Mata depende a saúde das bacias hidrográficas responsáveis pelo abastecimento de água nos municípios.

Breve histórico de ocupação e dinâmica socioeconômica

Indígenas pataxós. Foto: Gambá

A história de Santa Cruz Cabrália se confunde com a história de ocupação do Brasil pelos portugueses, a partir de 1500. Pedro Álvares Cabral ergue em primeiro de maio daquele ano, a cruz com as armas e divisas reais de Portugal em Coroa Vermelha, atualmente distrito do município de Cabrália. Coroa Vermelha foi palco dos conflitos entre portugueses e indígenas.

Antes da chegada dos portugueses, a faixa litorânea era habitada por índios da etnia Tupiniquim do tronco linguístico Tupi-Guarani e no interior por grupos Macrojê: Botocudo, Maxakalí, Kamakã, Purí, Pataxó e, provavelmente outros, identificados na época pelos colonizadores pela designação Tupi genérica de Aymoré e denominados de Tapuias pelos índios Tupi-Guarani, por falarem uma língua diferente.

Diversas são as referências territoriais locais descritas na história nacional como o Rio Mutari, o local de abastecimento da esquadra de Pero Vaz Caminha. Nesta época, a Vila de Santa Cruz pertencia à Capitania Hereditária de Porto Seguro, ficando a "quatro léguas ao norte" de Porto Seguro, à margem direita do rio Sernampetiba (atual Rio João de Tiba).

Por volta de 1580 a Vila de Santa Cruz foi transferida para um platô na foz do Rio João de Tiba, local em que atualmente se localiza o Centro Histórico do Município. Esta transferência teve como objetivo proporcionar aos colonizadores melhores condições de defesa, haja vista os frequentes ataques indígenas. Outro marco histórico de edificação da sede do município foi a construção da capela de Nossa Senhora da Conceição nos anos de 1795 (IBGE, 1958, pp. 273-276).

Após a chegada dos colonizadores, a região viveria um período de dinamismo demográfico, porém com forte consolidação de uma cultura local indígena e comunidade Pataxó. Para além dos conflitos com os indígenas, que perduram até hoje, principalmente por falta de reconhecimento legítimo das Terras Indígenas, a formação sociocultural da vila que dá origem a Santa Cruz Cabrália está totalmente baseada na trajetória dos índios Pataxó. História marcada por sucessivos momentos de isolamento e de aproximação com o processo de civilização, o que levou a então presidência da Província da Bahia, nos anos de 1861, a determinar a concentração compulsória da população indígena na Aldeia de Barra Velha, também conhecida como Aldeia Mãe, às margens do rio Corumbau (Miranda, 2009 apud SAMPAIO, 2000).

As comunidades tradicionais de Santa Cruz Cabrália são basicamente os indígenas Pataxó. A população indígena Pataxó tem uma importância na formação histórica, cultural e econômica do município e se organiza em associações e cooperativas, além de manter um modo de vida sociocultural seguindo as suas tradições. Esse ator social está distribuído nas terras indígenas (TI) Coroa Vermelha e Mata Medonha, e no território de Barra Velha[4], a exemplo das aldeias de Barra Velha e Boca da Mata. O modo de vida dos índios expressa-se através de atividades socioeconômicas tais como produção agrícola familiar, pesca, produção de artesanato, turismo e etnoturismo.

A organização social dos Pataxó é formada por diversas organizações: Associação Comunitária Indígena Pataxó da Coroa Vermelha (Acipacover), Instituto Pataxó de Etnoecoturismo (Aspectur), Associação de Pescadores Indígenas Pataxó (APIP), Associação de Agricultores Indígenas Pataxó de Coroa Vermelha (AGIP) e Cooperativa de Artesãos.

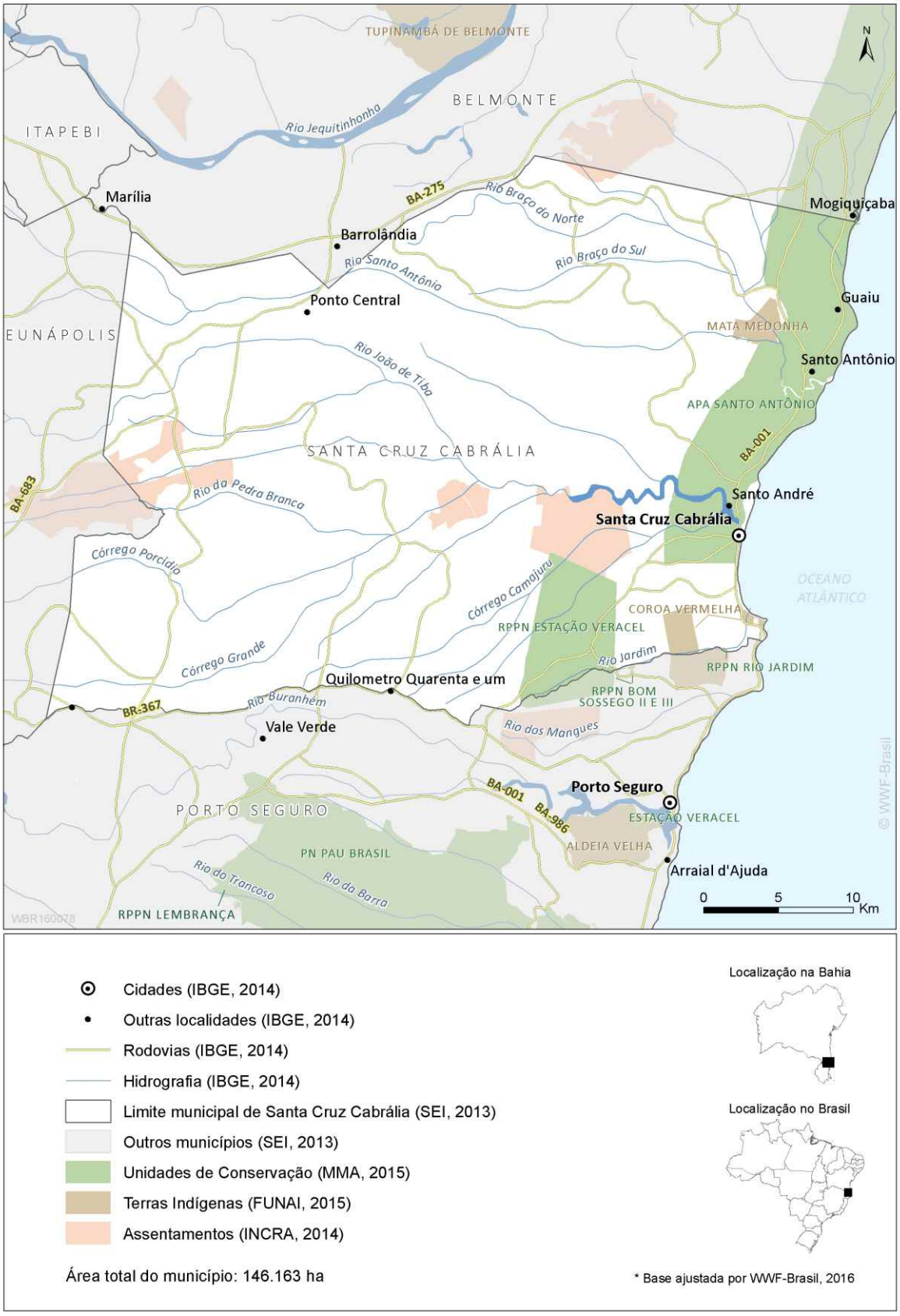
A falta de uma política territorial e sucessivas ocupações irregulares nas regiões das TIs têm intensificado os conflitos socioambientais associados à preservação dos remanescentes de Mata Atlântica e expansão urbana. Esses conflitos, relacionados ao processo de urbanização, têm acentuado problemas históricos como ausência de terra para produção agrícola e, ao longo do tempo, diversas questões sociais tais como a falta de moradia, saneamento, violência, dentre outros.

O detalhamento das terras indígenas serão apresentadas na página 31.

O município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem uma área de 1.562,70 km², localizada a cerca de 700 km de Salvador (Figura 2). São reconhecidos, além da sede, os povoados de Coroa Vermelha, Ponto Central, Santo André, Santo Antônio e Guaiú. Santa Cruz Cabrália faz parte da área de abrangência do Território de Identidade Costa do Descobrimento, um dos 27 territórios da Bahia,

4. O território de Barra Velha pertence ao município de Porto Seguro.

FIGURA 2 | Localização do município Santa Cruz Cabrália



Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

que servem como base de planejamento para o governo do estado.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010, o município possui 26.264 habitantes, com uma densidade demográfica de 16,91 habitantes por km². A pesquisa indica uma concentração maior de habitantes nos aglomerados urbanos, com 19.002 habitantes domiciliados nas zonas urbanas, e 7.262 na zona rural. Estima-se que em 2015 o município tenha alcançado o número de 28.266 habitantes.

Apesar da concentração dos habitantes na zona urbana do município, o modo de vida rural revela-se nas expressoes identitárias, relações sociais e econômicas e aspectos culturais, que ao longo do processo de ocupação do município está associado principalmente às culturas tradicionais e produção agrícola, elementos que expressam, em Santa Cruz Cabrália, a vivacidade do município enquanto meio rural e lugar de vida e de trabalho (Wanderley, 2004, p. 94).

A estrutura fundiária, segundo o censo agropecuário de 2006, apresenta em Santa Cruz Cabrália 70,93% de pequenos estabelecimentos agropecuários. São 610 imóveis rurais de pequenos proprietários, onde se pratica a agricultura familiar[5].

A agricultura não familiar representa, segundo a mesma pesquisa, 29,07% dos estabelecimentos agropecuários (250 imóveis).

A Tabela 1, abaixo, apresenta em hectares a área ocupada pela agricultura familiar e não familiar.

Historicamente, o processo de ocupação do campo tem expulsado os pequenos agricultores familiares e os trabalhadores rurais do campo, seguindo a tendência do Nordeste brasileiro de concentração fundiária (Oliveira *et al.*, 2007, pp. 9-10). Em termos percentuais, os proprietários rurais de Santa Cruz Cabrália, que compõem o grupo da agricultura não familiar detêm 74% da área total ocupada, com base no censo agropecuário 2006. Esse dado demonstra um esvaziamento significativo do campo, fruto de um processo histórico de ocupação do município.

TABELA 1 | Distribuição da estrutura fundiária em Santa Cruz Cabrália

Região	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA NÃO FAMILIAR	
	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
Bahia	665.831	9.955.563	95.697	19.224.996
Santa Cruz Cabrália	610	15.206	250	43.539

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006;

5. A agricultura familiar, como caracterizado em todo o território nacional e estabelecida por Lei Federal n. 11.326, de 24 de julho de 2006, tem uma estrutura de produção com pouca terra e produção de alimento de forma diversificada, o que se faz pensar como *locus* ideal para a conservação da biodiversidade na agricultura, pois esta opera em pequenas escalas de produção agrícola e valoriza os conhecimentos locais e empíricos dos agricultores em torno da agroecologia, modo de produção de respeito à natureza, forte componente social, e busca por redução de insumo e preservação das condições naturais de produção (Da Cunha e De Alencar, 2014, p.32).

Os assentamentos rurais são modos de organização social e política marcantes em Santa Cruz Cabrália. Segundo o INCRA, são sete assentamentos da reforma agrária regularizados e conforme relatos no Mapa Falado, existem ainda quatro acampamentos em processo de regularização (Tabela 2).

TABELA 2 | Assentamentos da Reforma Agrária

Nome	Classificação	Ano de criação	Número famílias	Órgão responsável	Status
Descobrimento (Rio Sul)	assentamento	14/8/2000	30	INCRA	regularizado
São Miguel	assentamento	11/11/1986	74	INCRA	regularizado
Estância Santa Cruz	assentamento	17/12/1987	10	INCRA	regularizado
Coroa de Cabrália	assentamento	21/12/2005	58	INCRA	regularizado
Embaúba	assentamento	29/5/1998	41	INCRA	regularizado
Bela Vista | Movelar	assentamento	28/12/2005	73	INCRA	regularizado
Rubim I | Rubim II	assentamento	25/9/2014	-	INCRA	regularizado
Lulão	acampamento	-	-	-	em processo de regularização
Vale da Purificação	acampamento	-	-	-	em processo de regularização
Manuel Severino	acampamento	-	-	-	em processo de regularização
Maravilha 2	acampamento	-	-	-	em processo de regularização

Fonte: INCRA (www.incra.gov.br), CDA e Mapa Falado realizado pela equipe técnica

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O uso e ocupaçao do solo está baseado na análise e dados obtidos do monitoramento independente da cobertura vegetal nos municípios do Sul e Extremo Sul da Bahia e áreas de influencia da Veracel (Ribeiro *et al.*, 2015). Santa Cruz Cabrália tem 21,12% de seu solo ocupado com pastagem, representados por pasto limpo e sujo e 18,22% da área do município ocupada com maciços de eucalipto.

São usos da terra e atividades econômicas portanto, mais representativas localmente, principalmente na região oeste. A cobertura vegetal e ecossistemas associados à Mata Atlântica, definidos com áreas naturais pelo mapeamento realizado, ocupa 52,22% da área do município. Os demais usos do solo estão distribuídos entre agricultura, incluindo cultivo de cana-de-açucar, cacau-cabruca, mamão, coco, dentre outros que somados representam 6,02% de área ocupada; área urbana e sistema viário que somados representam 0,78%, dentre outras classes que somados representam 1,64% (vide Tabela 3 abaixo e mapa de uso do solo - Figura 3, na próxima página).

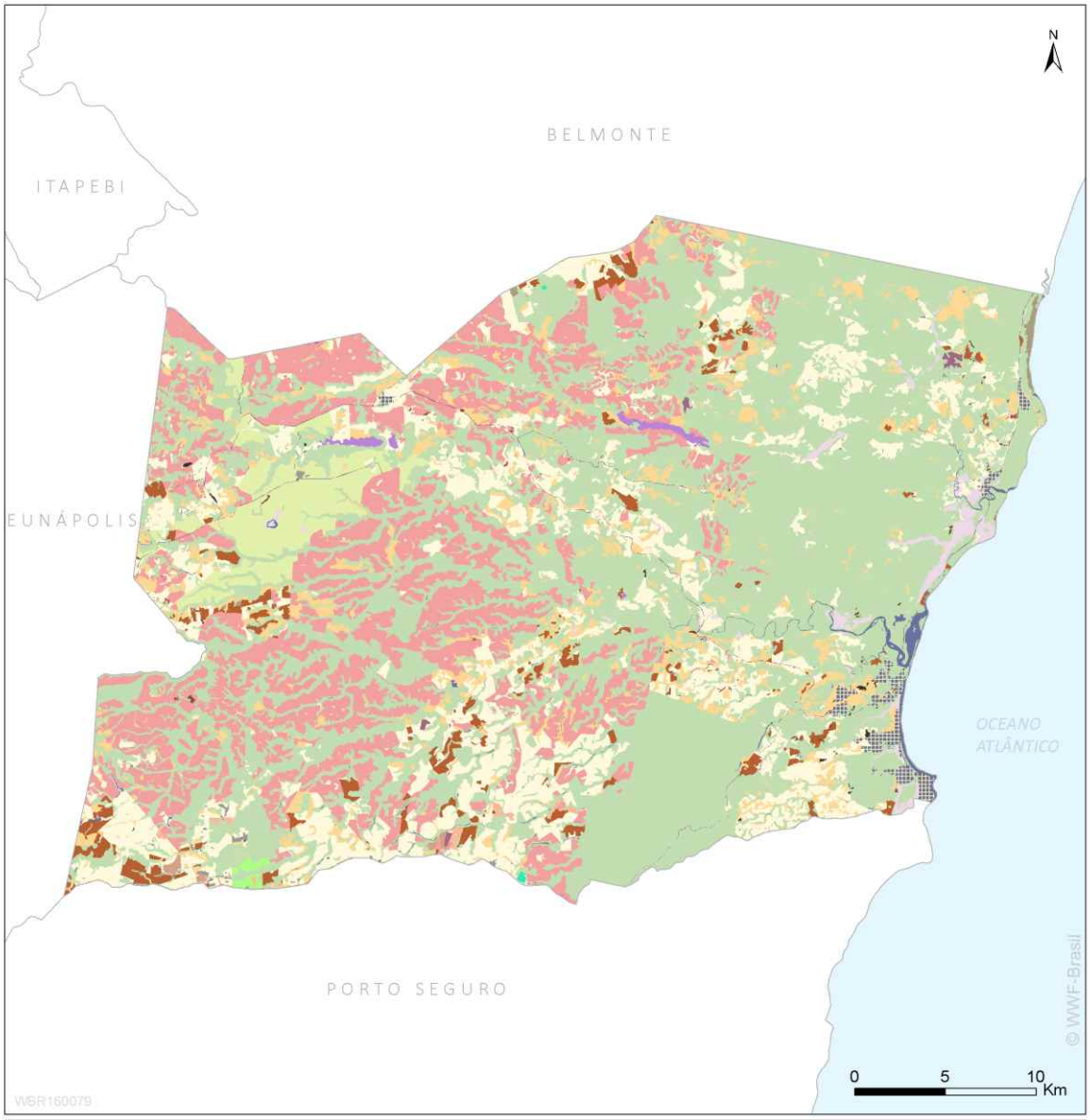
TABELA 3 | Uso do solo no município de Santa Cruz Cabrália

Classes de Uso do Solo	Área hectares	Área %
Pastagem	30.869,63	21,13
Eucalipto	26.630,90	18,22
Agricultura	8.799,01	6,02
Urbana e sistema viário	1.140,07	0,78
Outras classes	2.397,07	1,64
Áreas Naturais cobertura vegetal	76.326,32	52,22
TOTAL	**146.163**	**100**

Fonte: Ribeiro *et al.*, 2015

Plantio de eucalipto na região. Foto: Clio Luconi

FIGURA 3 | Mapa de Uso e Ocupação do Solo



Uso do solo no Município de Santa Cruz Cabrália *

- Área natural (52,22%)
- Corpo d'água (0,51%)
- Seringal (0,02%)
- Cabruca (0,23%)
- Agricultura perene (2,17%)
- Agricultura perene – Café (0,09%)
- Agricultura perene – Citrus (0,11%)
- Agricultura perene – Coco (0,12%)
- Agricultura perene – Mamão (0,09%)
- Agricultura anual (0,17%)
- Cana-de-Açúcar (3,04%)
- Campo úmido degradado (0,88%)
- Instalação Rural (0,12%)
- Mineração (0,04%)
- Pasto Limpo (14,57%)
- Pasto Sujo (6,55%)
- Queimada (0,005%)
- Eucalipto (18,22%)
- Sistema viário (0,18%)
- Área urbana (0,60%)
- Área degradada (0,07%)

Área total do município: 146.163 ha

* Fonte do dado: Dado obtido do monitoramento independente da cobertura florestal das bacias setentrionais do extremo sul da Bahia (Ribeiro et al, 2015)

PRINCIPAIS ATIVIDADES ECONÔMICAS

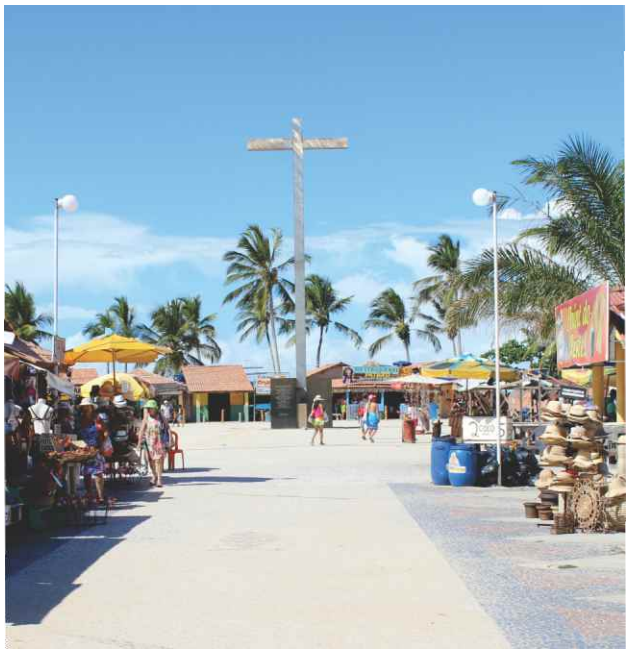
A dinâmica socioeconômica de Santa Cruz Cabrália é baseada nas atividades econômicas do turismo, pesca, silvicultura, agropecuária, extrativismo, cana-de-açúcar, artesanato e mineração. Todas essas atividades econômicas interagem com a Mata Atlântica e trazem implicações à sua dinâmica natural.

Turismo

O eixo Porto Seguro/Santa Cruz Cabrália constitui-se no mais importante pólo turístico do interior da Bahia, inserido na chamada Costa do Descobrimento. De acordo com Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável na Costa do Descobrimento, elaborado pelo Governo do Estado da Bahia em 2002, através da então Superintendência de Turismo e Desenvolvimento, a Costa do Descobrimento registrava em 2000 "581 hotéis e 35.609 leitos, dos quais 54 estabelecimentos eram classificados como tipo A. A maior parte dos equipamentos turísticos concentra-se em Porto Seguro, com 87%, Santa Cruz Cabrália, com 11% e Belmonte, com 2%" (Bahia, 2002, pp. 128-141). Somente em Santa Cruz Cabrália foram registrados, em 2000, uma capacidade com 3.955 leitos distribuídos em 69 meios de hospedagem entre hotéis classificados e não classificados (BAHIA, 2002, pp. 128-141).

Mesmo sem ter acessado dados atualizados, com a observação em campo, pode-se afirmar que houve uma evolução na capacidade e disponibilidade dos meios de hospedagem ao longo dos últimos 14 anos, o que melhora a competitividade e diversifica o mercado. Os dados são para mostrar que o apelo histórico e o amplo potencial natural existente, aliados às facilidades de acesso devido à estrutura rodoviária e aeroviária, promoveram o incremento da indústria do lazer e do próprio turismo. Entre Porto Seguro, Coroa Vermelha e a sede do município o turismo ocorre de forma contínua, sendo possível encontrar uma série de empreendimentos voltados para hotelaria, pousadas e alimentação, interligando os dois núcleos urbanos e modificando a paisagem natural.

Como atrativos turísticos do município destacam-se as praias na sede do município e Coroa Vermelha e praias das vilas de Santo Antônio, Santo André e Guaiú. É constante o movimento nas barracas que, em sua maioria, estão instaladas sobre restingas e manguezais. Além do potencial na faixa litorânea e suas praias, Santa Cruz Cabrália tem um conjunto arquitetônico colonial tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan) como patrimônio histórico, cultural e paisagístico, onde está marcada a história da chegada dos colonizadores no Brasil. O município é reconhecido pelos belos passeios no Rio João de Tiba e Parque Marinho de Coroa Alta e pelo potencial de turismo cultural, podendo viver experiências nas Aldeias Indígenas Pataxó e regiões de Mata Atlântica como a Reserva da Jaqueira e Mata Medonha.



Turismo em Coroa Vermelha. Foto: Gambá

A especulação imobiliária na faixa costeira do município está diretamente ligada ao desenvolvimento do turismo. A existência de faixa de praia contínua e próxima da sede do município e do centro de Porto Seguro faz com que sejam reconhecidos como ativos econômicos para a implementação de grandes empreendimentos imobiliários.

Os empreendedores do turismo são considerados agentes econômicos estratégicos, interagindo e influenciando na dinâmica socioeconômica de Santa Cruz Cabrália, desde os anos de 1970. O município e região da Costa do Descobrimento vem recebendo investimentos por parte desses atores sociais, com constante geração de postos de trabalho e renda, transformando-os desta forma em um dos responsáveis pelo desenvolvimento regional e planejamento ambiental municipal. Observa-se que o crescimento no setor de turismo se traduz no crescimento dos empregos em outros setores, fazendo com que a economia local aumente sua dependência às atividades desenvolvidas por esses empreendedores. Cabe ressaltar que este modelo de turismo de "massa", apesar de aquecer a economia local e regional tem trazido diversos impactos negativos para os recursos naturais e às populações locais.

Pesca

A pesca é praticada na faixa litorânea do município e é uma atividade econômica que ao longo da história da Santa Cruz Cabrália foi, também, modelando a cultura e economia local. É uma atividade que se organiza através das associações de pescadores, marisqueiros e comunidades pesqueiras.

Segundo estudo realizado pela empresa Veracel em 2015, através do projeto de monitoramento do desembarque pesqueiro, baseado nos dados levantados junto às associaçoes em 2014, estimou-se uma produção pesqueira total entre setembro e dezembro de 2014 de 27.059 kg em Santo Antonio, 6.128 kg no Guaiú, 15.698 kg em Coroa Vermelha e 156.672 kg na sede. Demonstrando-se assim uma atividade econômica em potencial (Veracel, 2015), e deve-se buscar um melhor planejamento e integração com os planos municipais de diversas áreas e realizar monitoramentos a cada exercício[6].

Santa Cruz Cabrália dispõe do ecossistema marinho costeiro, do piscoso rio João de Tiba e de manguezais, ecossistemas em potencial para o desenvolvimento da pesca. A produção pesqueira é intensa mesmo sem seguir um padrão de distribuição e comercialização. Os pescados encontrados no município são o camarão rosa, linguado, pratibu, guaçari, guaiuba, arraia, camarão sete-barbas, mistura, dourado, badejo, dentre outros (Veracel, 2015), além do robalo e tucunaré que ocorrem na barra do rio João de Tiba e o tucunaré oriundo da piscicultura rompida. Segundo relatos registrados no Mapa Falado, a prática da pesca de arrasto e uso de compressor tem acentuado o impacto ambiental no bioma marinho, principalmente associado à fauna.

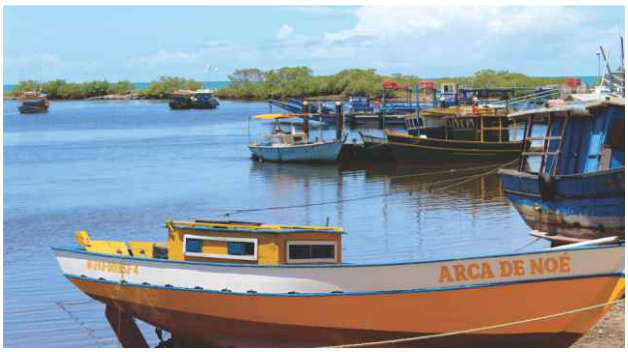


Foto: Gambá

6. Informação destacada no Mapa Falado.

A atividade profissional de pesca ocorre através de Colônias em que a produção do pescado deriva da pesca artesanal e grande parte dessa produção pode ser encontrada no mercado local, apesar de existirem intermediários de outras áreas. Dadas as condições sazonais em que a pesca se realiza, as comunidades de pescadores tradicionais procuram sobreviver da multiplicidade de ocupações, entregando-se à agricultura ou outras atividades. Somam-se ainda os fatores da sobre-exploração e da degradação ambiental. Um desafio é elevar o índice de desenvolvimento humano e social de algumas comunidades, e a busca é por investimento para profissionalização e atuação no mercado de forma cooperativada.

As comunidades de pescadores tradicionais do Extremo Sul da Bahia vêm sendo afetadas ao longo da história pela ocupação da região e pelo desenvolvimento e expansão do turismo em áreas costeiras. Os pescadores exercem a atividade através de associações, e organizam-se para conseguir participar de forma mais efetiva no desenvolvimento econômico, com forte estímulo ao turismo. As comunidades de pescadores localizam-se na faixa costeira, próximo à sede de Santa Cruz Cabrália, e nos povoados de Santo André, Santo Antônio, Coroa Vermelha e Guaiú. Parte desta população vive também do extrativismo da fibra de piaçava (*Attalea funifera*), matéria-prima comercializada para todo o Brasil. Além das associações, os pescadores estão vinculados à Colônia de Pescadores Z–51.

Apesar da mudança do perfil dessas comunidades, de uma atividade tradicional para uma atividade conectada à economia moderna, a pesca ainda é uma atividade praticada por um bom número de famílias. Atualmente, o município possui 156 pescadores artesanais registrados junto ao Ministério da Pesca.

Silvicultura e produção de celulose

Santa Cruz Cabrália, assim como todo o Extremo Sul da Bahia, é uma região com excelentes condições para silvicultura e produção de eucalípto, atividade econômica de vantagem competitiva no mercado, embora com alto custo socioambiental. Constitui-se uma economia agrícola que segue os parâmetros do agronegócio e expansão da economia global, condicionado aos padrões e às estratégias da concorrência setorial e empresarial. Para viabilizar esta atividade econômica, houve a necessidade de intervenções extensas e profundas no município fazendo com que a monocultura de eucalipto se constituísse como parte integrante da paisagem e elemento forte na economia da região.

A silvicultura hoje se caracteriza como um complexo agroindustrial de produção de eucalipto e celulose, implantado e desenvolvido desde os anos de 1990 na região, associados ao contínuo fomento e expansão de áreas com plantio de eucalipto. A agroindústria, por sua vez, é apontada por diversos pesquisadores como responsável pelas transformações nas relações socioeconômicas de Santa Cruz Cabrália, alterando assim a base socioprodutiva, redefinindo o espaço rural e provocando mudanças nos grupos sociais pertencentes a esta região (Oliveira *et al.*, 2007, p. 9).

O principal empreendedor ou produtor de eucalipto é a Empresa Veracel Celulose. Além desse ator social ativo, através do Programa de Fomento Florestal (PFF) da própria Veracel, pequenos e médios proprietários rurais, mais conhecidos como fomentados, passaram a produzir eucalipto para atender a demanda da unidade industrial.

A produção de eucalipto deve seguir os limites de ocupação do solo 20% em relação à área total do município, como previsto na licença ambiental.

Segundo o relatório do monitoramento independente realizado por Ribeiro *et al.* (2015) houve um pequena expansão no plantio de eucalipto entre os anos de 2007 e 2014, ocupando atualmente 26.630,90 ha. Todavia, a silvicultura vem se consolidando com a presença ativa dos fomentados, e houve neste período, um aumento da monocultura de eucalipto nas propriedades desses atores sociais.

Os dados publicados no relatório de sustentabilidade da Veracel de 2014 indicam que em Santa Cruz Cabrália a área ocupada com o PFF representava 1,7% da área total do município, o equivalente a 2.430,82 hectares, um aumento de 16,5% em relação ao ano de 2007 (Tabela 4). O aumento do plantio de eucalipto através deste programa foi apontado no Mapa Falado (Figura 9, na página 64) como ponto extremamente preocupante, dado a falta de controle e monitoramento da atividade nas pequenas e médias propriedades rurais.

TABELA 4 | Áreas de Fomento de plantio de eucalipto da Veracel 2007 e 2014

Município: Santa Cruz Cabrália	
Área (ha) 2007	Área (ha) 2014
2.086,02	2.430,82

Fonte: Veracel 2014

Os fomentados foram incorporados ao complexo agroindustrial desde 1992 e a receita obtida com eucalipto compõe a renda familiar dos mesmos. A rentabilidade da produção de eucalipto com recursos do fomento está prevista no acordo de investimento que a Veracel faz em contratos com os pequenos e médios proprietários rurais. No momento da assinatura do contrato fica estabelecido para o fomentado o valor de venda para a empresa e a quantidade que deve ser fornecida (IMA e Lima, 2009, p 20), além da obrigatoriedade de atender a exigências de regularização ambiental estabelecidas no Código Florestal e na própria licença de plantio de eucalípto no Extremo Sul da Bahia.

Nesse contexto da silvicultura e produção de celulose na região, cabe ressaltar que esta atividade econômica, sobretudo a produção de celulose, tende a elevada concentração e verticalização, redução de oportunidades de trabalho e concentração de renda. O incremento e aquecimento desta atividade estão diretamente ligados à competição nos mercados nacional e internacional. De acordo com os dados da Veracel e dinâmica do mercado, o foco e/ou tendência de desenvolvimento para Santa Cruz Cabrália e regiões Sul e Extremo Sul da Bahia é elevar a produção de celulose cada vez mais e com maior eficiência e competitividade, sem aumentar a área com plantio de eucalipto do município. A Veracel pretende investir na ampliação da planta industrial para conquistar parcelas do mercado com inovações, planejamento e a garantia de matéria prima.

Pecuária

A pecuária bovina e a produção leiteira são atividades econômicas já consolidadas no município. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, esta atividade representou, naquele ano, algo em torno de 23% dos estabelecimentos agropecuários, e boa parte dedicada à produção leiteira. Vale destacar que a produção de aves somava em 2006 uma média de 26% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). Apesar da bovinocultura já dispor de práticas de manejo zootécnicos mais adequados no município, ainda está distante de disputar competitivamente com outras regiões (IMA e Lima, 2009, pp. 40-42). Além da bovinocultura e criação de aves outras espécies de animais também são criadas no município, tais como suínos e ovinos.

Nas décadas de 1950 e 1960, a exploração madeireira extrativista, que se constituía como atividade econômica destacada, contribuiu para o enraizamento dos pecuaristas, que encontravam as terras desmatadas para a formação de pastagens, além de terem promovido também o desmatamento para consolidação da pecuária. Atualmente esses atores sociais estão diluídos em todo o municipio e muitas vezes não exercem somente a atividade pecuária. A organização social que dá suporte aos pecuaristas e acompanha a política pública é o Sindicato dos Produtores Rurais local, organização vinculada às Federaçoes da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia e Brasil.

Agricultura

A produção agrícola anual e perene, segundo os dados da PAM (Produção Agrícola Municipal) de 2013[7], é diversificada e de baixa e média produtividade. Podem-se encontrar culturas agrícolas tais como a fruticultura (mamão e coco), cana-de-açúcar, cafeicultura e cacauicultura, além do dendê, pimenta-do-reino, urucum, leguminosas (feijão), raízes (mandioca), milho, apicultura, ovos de galinha, dentre outras. A produção agrícola, segundo informações levantadas junto aos órgãos de meio ambiente e agricultura do município, é oriunda praticamente da agricultura familiar, exceto a produção de cana-de-açúcar, abóbora e mamão.

A maior vocação da agricultura familiar no Extremo Sul da Bahia e, consequentemente, em Santa Cruz Cabrália, é a mandioca. O cultivo da mandioca é utilizado tanto para a geração de renda, quanto para consumo próprio. Com o fim do ciclo madeireiro na região e o início da exploração agrícola, os agricultores familiares inicialmente passaram a adotar práticas de manejo com uso de queimadas e plantio na capoeira, obtendo boas produções. Esse processo certamente degrada o solo, tendo em vista o cultivo intensivo e sem rotação de culturas. Alguns autores indicam que para aumento da produtividade é necessário investir no manejo sustentável e diversificado, suplementando o solo e adotando práticas conservacionistas, como rotação de culturas, adubação orgânica, dentre outras.

Por fim, foi apontado no Mapa Falado um conflito socioambiental associado a produçao agricola, práticas de manejo com uso de agrotóxico, principalmente nos arredores de Ponto Central.

Agroindústria da cana-de-açúcar

No município está instalada a Usina Santa Cruz, agroindústria de produção de álcool e açúcar. Estimou-se que em 2013 foram colhidos 1.770 hectares com monocultura de cana-de-açúcar no município (IBGE-PAM, 2013), e segundo dados do monitoramento do uso e ocupação do solo descrito acima esta atividade ocupa 3,04% da área do municipio. No Mapa Falado pode-se encontrar apontamento sobre o manejo desta cultura com uso de agrotóxico de forma excessiva e muitas vezes com pulverização aérea, gerando impactos negativos ao solo e à saúde da população que vive no entorno das plantações.

Extrativismo

A cadeia produtiva da exploração da piaçava é um modo de extrativismo presente historicamente na região, principalmente por moradores dos povoados de Santo André, Santo Antônio, Guaiú e Ponto Central. Esses trabalhadores exploram a piaçava em áreas particulares e têm essa atividade como principal fonte de renda.

7. PAM é o levantamento anual realizado pelo IBGE.

Cabe destacar que esta atividade econômica é realizada, sobretudo, em condições precárias de trabalho, os extrativistas não são valorizados e a maior parte da renda fica na mão dos atravessadores. Outro elemento apontado no mapa falado foi a necessidade de planejamento, regulamentação, controle e monitoramento da extração da piaçava e as práticas de manejo adotadas, considerando alto potencial de impacto ambiental associado à atividade.

Apesar da abundância da espécie na região e de ser uma planta muito versátil, típica de solos arenosos e com fibras de excelente qualidade para produção de vassouras, a exploração da piaçava é rudimentar, essencialmente extrativista e sem pré-processamento e/ou práticas de agregação de valor (Timmers, 2008, pp. 20-21). A piaçava também é utilizada como matéria-prima para a indústria automobilística e construção civil, cobertura de casas rurais e isolamento térmico (Melo *et al*, 2000).

Artesanato

O artesanato é uma cultura e atividade econômica exercida principalmente pelas comunidades indígenas Pataxó. Desde 1970 tem sido viabilizada pelo comércio intenso que ocorre em toda região do Extremo Sul e em Santa Cruz Cabrália, mais precisamente no povoado de Coroa Vermelha. São produzidos arcos, flechas, gamelas, colares e pulseiras de sementes e conchas, dentre outros artefatos. É uma atividade que atualmente vem se desenvolvendo de modo semi-industrial e, provavelmente, é a mais lucrativa para os índios, mesmo com a sazonalidade da venda. A comercialização do artesanato, além de gerar benefício econômico, reafirma a importância da comunidade indígena na região.

Artesanato Pataxó em madeira. Foto: Gambá

A extração e a industrialização da madeira para o artesanato surgiu com o desenvolvimento do turismo regional nos anos 80 e se estabilizou à medida que o turismo foi se consolidando no município (Timmers, 2005, p. 1). Esta questão é abordada no Plano Municipal de Mata Atlântica de Porto Seguro (2014)[8], enfatizando, que para além do turismo, o mercado atual de artefatos de madeira tem fomentado a produção em escala, o que está ocasionando mudanças radicais na dinâmica ambiental e socioeconômica na região.

Um dos principais conflitos socioambientais relacionado ao modo de vida dos Pataxó no município de Santa Cruz Cabrália e em toda região do Extremo Sul da Bahia é a exploração de madeira, utilizada para confecção do artesanato. Atividade que afeta a Mata Atlântica com uma exploraçao em larga escala e de forma intensiva para venda de artefatos de madeira semi-industrializada. "A maior parte desses objetos: talheres, potes, farinheiras de mesa, tábuas, pilões, gamelas, pequenos caiaques etc., é usinada com tornos, lixas e serras elétricas. O comércio ocorre de forma generalizada no país e na região, em feiras livres, lojas e rodoviárias. Usa-se madeiras nobres, retiradas dos remanescentes florestais mais conservados da região, inclusive de parques nacionais" (Timmers, 2005, p. 1).

8. PMMA disponivel no site:
http://www.gamba.org.br/wp-content/uploads/2014/07/pmma_porto_seguro_v_2_impressao1.pdf

A comercialização do artesanato ainda é um desafio, e se concentra basicamente na aldeia de Coroa Vermelha, que faz muitas vezes a função de entreposto da região para atendimento e venda dos produtos. A partir dos anos 2000, é criado um centro de artesanato indígena na região e o produto artesanato ganha novos contornos de estética e acabamento mesmo seguindo uma padronização na apresentação. É sabido que na circulação desse artesanato ocorre uma apropriação desigual de sua rentabilidade com a presença de diversos atravessadores, e o comércio e distribuição das peças aí produzidas ocorrem na região do Extremo Sul da Bahia e em vários pontos do Brasil.

Além da produçao dispersa e autônoma por parte da maior parte da familias indígenas, há em atividade a Cooperativa de Artesanato dos Pataxó, que conta com aproximadamente 150 cooperados, e dedica-se a organização da produção do artesanato.

Como forma de fortalecer a cadeia produtiva de artesanato e reduzir a exploração de madeira nativa, surgiu o projeto *Formas da Natureza* ligado ao Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e em parceria com a Cooperativa de Artesanato dos Pataxó. Esta iniciativa propõe, junto com os artesãos, o desenvolvimento de soluções para substituir a madeira nativa pelo eucalipto.

Mineração

A mineração é uma atividade econômica ainda pouco estudada e fiscalizada. É possível afirmar, baseado nas observações dos atores locais levantadas durante o Mapa Falado e informações junto à prefeitura, que a exploração de areia, argila e cascalho em diversas localidades vem intensificando-se no município. Há registros de extração de areia em áreas de Tabuleiro da Formação Barreiras, provocando clareiras na mata, além da formação de buracos e depressões que aceleram o processo de erosão. No entorno da Aldeia Mata Medonha também foi identificado registros de extração mineral.

Segundo informações do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), cerca de 53 processos estão em tramitação considerando os municípios de Santa Cruz Cabrália, Eunápolis e Porto Seguro, seja para pesquisa mineral ou registro de licença. Na Tabela 5 é possível verificar as informações.

TABELA 5 | Processos abertos no DNPM

Número de processos	Substâncias	Tipos de Uso	Municípios
53	areia, argila, cascalho, caulim, fosfato, granito e titânio	brita, cerâmica vermelha, construção civil, fertilizantes, industrial e revestimentos	Santa Cruz Cabrália, Eunápolis e Porto Seguro

Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (www.dnpm.gov.br)

ÁREAS PROTEGIDAS E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO[9]

O Município de Santa Cruz Cabrália integra a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, com áreas declaradas como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO. Possui ainda áreas tombadas pelo IPHAN, que integram o Sítio do Descobrimento e está inserido no Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA). Além disso, possuem unidades de conservação que compõem o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia.

Unidades de Conservação

As unidades de conservação, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são espaços territoriais legalmente instituídos pelo Poder Público, incluindo seus recursos ambientais, com características naturais relevantes. Criadas com a função de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente (SNUC, 2000).

Segue uma breve descrição das unidades de conservação do município:

Parque Municipal Marinho de Proteção de Coroa Alta

Criado pela Lei Municipal nº 140/98, com o objetivo de preservar e proteger os recifes de corais. Sua área total é de 5.000 hectares, situada em área marinha, defronte à cidade de Santa Cruz Cabrália. Apresenta uma formação mista, com recifes e bancos de areia, desde a praia até o grande banco recifal ao largo do município. Sua administração está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália. Não possui Plano de Manejo.

As principais ameaças sofridas pela unidade de conservação estão relacionadas à visitação turística excessiva e pisoteio dos corais.

Parque Marinho Coroa Alta. Foto: Coral Vivo

Parque Ecológico Municipal Santuário

É uma unidade de conservação municipal, criado pela Lei nº 40/94, conhecido como Parque da Preguiça. Sua área é de 10 hectares, destinados à preservação e à conservação da flora e fauna existentes no local. O parque localiza-se na área urbana do município.

9. Segundo a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), área protegida é "uma área com limites geográficos definidos e reconhecidos, cujo intuito, manejo e gestão buscam atingir a conservação da natureza, de seus serviços ecossistêmicos e valores culturais associados de forma duradoura, por meios legais ou outros meios efetivos" (www.iucn.org). Neste PMMA foram consideradas unidades de conservação aquelas áreas que são legalmente protegidas e se enquadram nas categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela lei n. 9.985 (SNUC). As demais áreas legalmente protegidas por seus atributos físicos, ambientais ou históricos, mas que não se enquadram nas categorias do SNUC, foram denominadas áreas protegidas.

A gestão da área é de responsabilidade da Organização Não Governamental Associação Cultura, Arte e Ecologia (Ascae).

Área de Proteção Ambiental (APA) Coroa Vermelha

A APA foi criada pelo Decreto Estadual número 2.184/93, com o objetivo de assegurar o disciplinamento do uso do solo e sua ocupação, bem como proteger os recursos naturais. É uma unidade de conservação de uso sustentável com área total de 4.100 hectares, que abrange a zona costeira dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Delimita-se ao norte com o rio Mutari (no município de Santa Cruz Cabrália), ao sul com o rio dos Mangues (município de Porto Seguro), a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com uma faixa de 6 Km de preamar. Abriga grande diversidade de fauna e flora. Nas grandes extensões da planície litorânea ocorrem várzeas associadas à vegetação de restinga costeira e a existência de remanescentes de Mata Atlântica.

Cruzeiro na APA Coroa Vermelha. Foto: Gambá

A APA Coroa Vermelha, além de apresentar características naturais de exuberante beleza cênica, reveste-se também de grande valor histórico, pela existência da população indígena Pataxó. Essas características favorecem o desenvolvimento do turismo na região, com ênfase no ecoturismo, que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

A unidade de conservação é administrada pelo Inema, possui Plano de Manejo e Conselho Gestor, que está atualmente desativado.

Principais conflitos ambientais enfrentados pela unidade de conservação estão relacionados ao licenciamento municipal, geralmente sem anuência do gestor da APA, ocupação desordenada do solo, depósitos irregulares de lixo, extração ilegal de areia e desmatamento. Recentemente, parte da APA, na região da Ponta Grande, foi retomada por índios da Aldeia Coroa Vermelha, que reivindicam a ampliação da Terra Indígena.

Área de Proteção Ambiental (APA) Santo Antônio

Foi criada pelo Decreto Estadual nº 3.413/94, com o objetivo de assegurar o disciplinamento do uso do solo e sua ocupação, bem como proteger os recursos naturais. Sua área total é de 23.000 hectares, localizada na faixa litorânea dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte, entre a foz do rio João de Tiba e a foz do rio Jequitinhonha. É uma unidade de conservação de uso sustentável, que apresenta remanescentes de Mata Atlântica, restinga, várzea, mata ciliar, brejos, manguezais e recifes. Possui exuberante beleza cênica, característica que lhe confere grande potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, especialmente o ecoturismo, que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

A unidade de conservação é administrada pelo Inema, possui Plano de Manejo e Conselho Gestor. No entanto, o conselho está com mandato dos seus membros vencido e encontra-se desativado.

Da mesma forma que ocorre na APA Coroa Vermelha, os principais conflitos ambientais existentes na unidade estão relacionados ao licenciamento municipal, geralmente sem anuência do gestor da APA, ocupação desordenada do solo, depósitos irregulares de lixo, extração ilegal de areia, desmatamento e pesca predatória.

Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Estação Veracel

A RPPN Estação Veracel é uma unidade de conservação privada da empresa Veracel Celulose, de uso sustentável, reconhecida pela Portaria do Ibama nº 14. Sua área total é de 6.069 ha, localizada nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. A RPPN foi criada com o objetivo de preservar ecossistemas de grande relevância ecológica, possibilitando a realização de pesquisas cientificas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental. A RPPN Estação Veracel representa um dos principais remanescentes de Floresta Atlântica no Extremo Sul da Bahia, reconhecida pela Unesco como parte do Sitio do Patrimônio Mundial Natural.

Em estudo de levantamento da flora foram identificadas 308 espécies arbóreas em apenas 2 hectares, fato que a coloca entre as 20 áreas do mundo e entre as 10 do Brasil com maior número de espécies arbóreas (Plano de Manejo Estação Veracel, 2007).

RPPN Estação Veracel. Foto: Ernandes Alcântara

As principais ameaças à reserva são a caça, ocorrência do fogo, retirada de madeira e cipó.

A Tabela 6 apresenta as unidades de conservação de Santa Cruz Cabrália, descritas acima.

TABELA 6 | Unidades de Conservação no município de Santa Cruz Cabrália

Unidade de Conservação: Parque Marinho Coroa Alta					
Abrangência	**Área (ha)**	**Uso**	**Plano de Manejo**	**Conselho Gestor**	**Ameaças**
Municipal	5.000	Proteção Integral	não possui	não possui	Visitação turística excessiva, pisoteio dos corais
Unidade de Conservação: Parque Ecológico Santuário					
Abrangência	**Área (ha)**	**Uso**	**Plano de Manejo**	**Conselho Gestor**	**Ameaças**
Municipal	10.000	Proteção Integral	não possui	não possui	Caça; fogo e desmatamento
Unidade de Conservação: Área de Proteção Ambiental Coroa Vermelha					
Abrangência	**Área (ha)**	**Uso**	**Plano de Manejo**	**Conselho Gestor**	**Ameaças**
Municipal	4.100*	Uso Sustentável	possui	possui, mas encontra-se desativado	Ocupação desordenada; depósitos irregulares de lixo; extração ilegal de areia; dematamento

* Área total da unidade de conservação, incluindo os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro

TABELA 6 | Continuação...

Unidade de Conservação: Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel					
Abrangência	**Área (ha)**	**Uso**	**Plano de Manejo**	**Conselho Gestor**	**Ameaças**
Privado	6.069*	Uso Sustentável	possui	não possui	Caça, retirada de madeira e cipó e ocorrência de fogo
Unidade de Conservação: Área de Proteção Ambiental Santo Antônio					
Abrangência	**Área (ha)**	**Uso**	**Plano de Manejo**	**Conselho Gestor**	**Ameaças**
Estadual	23.000**	Uso Sustentável	possui	possui, mas encontra-se desativado	Ocupação desordenada; depósitos irregulares de lixo; extração ilegal de areia; dematamento; pesca predatória

* Área total da unidade de conservação, incluindo os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.
**Área total da unidade de conservação, incluindo os municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte.

Áreas Protegidas

Além das Unidades de Conservação citadas acima, o município possui outras áreas protegidas (Tabela 7, pagina 33) que estão descritas a seguir .

Área tombada do Sítio do Descobrimento

Localizada na faixa costeira dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, compreendida entre a foz do rio Corumbau, na divisa sul de Porto Seguro e a foz do rio João de Tiba, em Santa Cruz Cabrália. A área Tombada do Sítio do Descobrimento tem como objetivo proteger, fiscalizar, promover e estudar o patrimônio cultural relacionado à história do Brasil. O tombamento no município foi feito através do Processo nº 10021-T-80, e incluiu no livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico o conjunto paisagístico em Santa Cruz Cabrália, especialmente o Ilhéu de Coroa Vermelha, orla marítima e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta, que inclui Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, a Casa de Câmara e a Cadeia. Há necessidade de elaboração do Plano de Preservação do Patrimônio Cultural Nacional dos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, conforme previsão legal.

A administração da área está sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Na área tombada do Sítio do Descobrimento encontra-se um grande número de...

> ...sítios e vestígios arqueológicos produzidos pelas culturas sambaquieira, aratu, tupi-guarani e portuguesa e por grupos pré-cabralinos ainda não classificados; e incluem diversos saberes (conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades), celebrações (rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social), formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas) e lugares (espaços onde se concentram e reproduzem

práticas culturais coletivas) reconhecidos como bens culturais de natureza imaterial, ainda reproduzidos e, não raro, originários de intercâmbios culturais entre grupos indígenas e não-indígenas (Ferreira *et al*., 2011, pág. 40103 apud Tofani, 2008 e 2009).

Como principais ameaças a essa área protegida, pode-se apontar a ausência de planejamento urbano ambiental, pressões do crescimento demográfico e especulação imobiliária.

Estação Experimental Pau Brasil

A estação foi criada pelo Decreto s/nº, de 20 de abril de 1999, com o objetivo de preservar remanescentes florestais, conservar o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e as comunidades bióticas associadas, possibilitar o desenvolvimento de pesquisas científicas e programas de educação ambiental e desenvolver estudos silviculturais. Possui uma área de 1.151 hectares, situada nos municípios Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Sua administração está sob responsabilidade da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac). Em 2000, recebeu o título de Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco.

A Estação Pau Brasil, por meio de parceria, abriga o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas/Ibama) e a Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental (Cippa).

As principais ameaças à sua integridade são o uso do fogo, a caça predatória, o desmatamento e as pressões da urbanização.

Territórios Indígenas[10]

O município de Santa Cruz Cabrália concentra a população indígena da etnia Pataxó. Existem no município dois territórios demarcados e homologados, a Terra Indígena Coroa Vermelha e a Terra Indígena Mata Medonha (Figura 4, página 32). Além disso, existem áreas que são pleiteadas pelos indígenas como território tradicional, o que gera diversos conflitos pela posse da terra. As áreas atualmente demarcadas e regularizadas são insuficientes para garantir a sustentabilidade dos povos indígenas.

Abaixo uma breve descrição sobre as áreas demarcadas da população Pataxó no município.

- Terra Indígena Coroa Vermelha

  A área demarcada como Território Indígena abrange 1.493 hectares, homologada pelo Decreto s/n, de 10 de julho de 1998. A estimativa populacional é de 4.958 pessoas (Sedir; CAR, 2013). A TI Coroa Vermelha é dividida em duas glebas, abrange os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. A gleba A está localizada em área urbana de Coroa Vermelha, possui 77 hectares e concentra a maior parte da população indígena. A gleba B está dividida entre a área agrícola, com 589 hectares, e a Reserva da Jaqueira, área de conservação e etnoecoturismo, com 827 hectares de Mata Atlântica, pertencente ao município de Porto Seguro.

  Na gleba A concentra-se a maior parte das moradias, o Museu Indígena e o Centro Turístico, onde ocorre a comercialização do artesanato, além de várias barracas originalmente destinadas apenas aos indígenas, mas atualmente ocupadas por não índios. Aparentemente não há conflito entre índios e não índios ali estabelecidos, mas as drogas e a prostituição já são fenômenos sociais encontrados e objeto de preocupação por parte das lideranças. Encontram-se nesta gleba a escola indígena, o posto de saúde, o centro comunitário, além das sedes das associações e cooperativas dos Pataxó de Coroa Vermelha. Com a expansão do

10. O Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, inclui no rol dessas áreas as Terras Indígenas.

FIGURA 4 | Mapa das Terras Indígenas

Fonte: Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro, 2013.

povoado, novos núcleos populacionais estão se formando (Curado e Costa, 2006, pp. 18-19).

A gleba B, inserida dentro de remanescente de Mata Atlântica, preservada pelos próprios índios que ali habitam, corresponde à Reserva da Jaqueira e áreas destinadas à produção agrícola. Os Pataxó desenvolvem diversos projetos voltados para preservação da cultura indígena e geração de renda local. Esses projetos estão focados na produção de artesanato com material de manejo, principalmente da piaçava, desenvolvimento de ecoturismo e preservação cultural, memória e patrimônio. A gestão da reserva é de responsabilidade da Aspectur e está aberta à visitação com

o acompanhamento de guias indígenas, pessoas capacitadas para descrever os costumes Pataxó e revelar algumas curiosidades sobre a mata. Além do objetivo de preservar a Reserva da Jaqueira, os índios seguem realizando ações e projetos que envolvem atividades de ecoturismo, turismo cultural e educação ambiental (Curado e Costa, 2006, pp. 20).

- Terra Indígena Mata Medonha

Área demarcada como Território Indígena abrange 549 hectares e a estimativa populacional é de 213 indígenas (SEDIR;CAR, 2013). A situação jurídica da área se apresenta regularizada e homologada, mas em processo de demarcação e revisão dos limites, sem prazo para conclusão. As atividades desenvolvidas são agricultura de subsistência e fabricação de artesanato de madeira.

Atualmente, o principal conflito da TI Mata Medonha está relacionado à questão fundiária. Sem uma decisão da demarcação das áreas e revisão de seus limites a comunidade indígena vê-se obrigada a retomar as áreas consideradas Território Tradicional, instalando um conflito fundiário e a vulnerabilização da comunidade Pataxó.

Além das Terras Indígenas homologadas, existem outras áreas pleiteadas pela comunidade indígena, que são: Aldeia Nova Coroa, Aldeia Tapororoca, Aldeia Pataxó Aroeira, Aldeia Txihi-Kamaywirá, Aldeia Aratiku, Reserva Mutari.

TABELA 7 | Áreas protegidas localizadas no município de Santa Cruz Cabrália

ÁREA TOMBADA DO SÍTIO DO DESCOBRIMENTO			
Gestão	**Área (ha)**	**Instrumento Legal**	**Ameaças**
IPHAN	-	Processo nº 10021-T-80	ausência de planejamento urbano-ambiental, pressões do crescimento demográfico; urbanização; especulação imobiliária.
ESTAÇÃO EXPERIMENTAL PAU BRASIL			
Gestão	**Área (ha)**	**Instrumento Legal**	**Ameaças**
CEPLAC	1.151*	Decreto s/nº 20/04/99	fogo; caça predatória; desmatamento; pressões da urbanização.
TERRA INDÍGENA COROA VERMELHA (GLEBA A)			
Gestão	**Área (ha)**	**Instrumento Legal**	**Ameaças**
FUNAI e índios	77 área urbana 589 área agrícola	Decreto s/nº 10/07/98	ausência de planejamento urbano-ambiental, pressões do crescimento demográfico; urbanização; especulação imobiliária.
TERRA INDÍGENA MATA MEDONHA			
Gestão	**Área (ha)**	**Instrumento Legal**	**Ameaças**
FUNAI e índios	549	Decreto s/nº 23/05/96	ocupação desordenada; falta de saneamento básico; uso de drogas e prostituição; arrendamento dos imóveis para população não índia; desmatamento; poluição dos mananciais de água; necessidade de ampliação do território.

* Corresponde a área total da área. | Fonte: Elaborado pelo GAMBÁ

As Unidades de Conservação Sofrem Pressão

Embora Santa Cruz Cabrália apresente importantes remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados protegidos legalmente, isso não garante que na prática essas porções estejam realmente preservadas. Como relatado, a gestão da maioria das unidades de conservação encontra-se completamente fragilizada.

As duas Áreas de Proteção Ambiental, APA Santo Antônio e APA Coroa Vermelha, que juntas somam a maior parte protegida do território, não estão operando com a eficiência de gestão necessária para a implementação da unidade. Atualmente, a gestão é feita por um único servidor público, que conta apenas com um veículo e uma sala com equipamentos de escritório. Os Conselhos Gestores têm função de auxiliar e acompanhar o gestor da Unidade de Conservação na sua gestão e integrá-la junto à população, no entanto, não estão em funcionamento. Fato que enfraquece a participação social no acompanhamento da implementação da unidade de conservação. Os planos de manejo, instrumento onde se estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, estão desatualizados, uma vez que foram elaborados em 1996 e, segundo o SNUC, devem ser revisados a cada cinco anos. Além disso, este é um importante instrumento no processo de licenciamento ambiental do município.

Para os parques municipais a situação também é preocupante. Do ponto de vista da gestão da unidade e a conservação de seus atributos ambientais, a ausência do plano de manejo, não contribuiu para a efetividade do objetivo da Unidade de Conservação. Os parques não possuem conselhos gestores, o que dificulta a participação social na implementação das unidades.

Para garantir a implementação dessas áreas e, com isso, garantir que os objetivos para os quais foram criadas sejam alcançados, é necessário que o município de Santa Cruz Cabrália estabeleça uma estratégia de fortalecimento da gestão dessas unidades.

Unidades de Conservação em Estudo

O Ministério do Meio Ambiente promoveu estudos ambientais nos municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte e propôs a criação de duas unidades de conservação federal, tendo em vista o altíssimo índice de biodiversidade e elevado grau de ameaça encontrado na região.

A proposta trata da criação do Parque Nacional de Belmonte (PARNA Belmonte), com área sugerida de 45.414 hectares, abrangendo os municípios de Belmonte (38.882 ha) e Santa Cruz Cabrália (6.532 ha). A criação desse PARNA objetiva proteger importantes mananciais de água que abastecem Belmonte e Cabrália, recuperar a vazão dos rios, garantir a balneabilidade das praias, preservar ambientes frágeis da região como brejos, lagoas, restingas e mussunungas, além de valorizar e difundir Belmonte e Cabrália como Centros Regionais de Turismo Ecológico, criando a possibilidade de novas alternativas econômicas (Timmers, 2008).

A outra unidade proposta é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piaçava (RDS Piaçava), com 39.131 hectares, localizada nos municípios de Santa Cruz Cabrália (28.096 ha) e Belmonte (11.035 ha). A RDS Piaçava objetiva conciliar preservação com a exploração sustentável da piaçava, garantindo a utilização para as gerações futuras; agregar valor à piaçava e aumentar a renda dos piaçaveiros; contribuir com a organização e articulação dos piaçaveiros visando melhores condições de trabalho; além de agregar valor ao turismo local com a venda dos produtos vindos do beneficiamento da piaçava (Timmers, 2008).

A proposta das unidades de conservação já foi apresentada para os municípios em reuniões

públicas preparatórias, com objetivo de informar e ouvir as comunidades sobre a proposição em questão. No entanto, desde 2010, não há um posicionamento do Ministério do Meio Ambiente sobre a continuidade do processo de criação dessas unidades.

QUADRO LEGAL EM VIGOR

O levantamento da legislação em vigor pertinente ao município de Santa Cruz Cabrália foi realizado com o intuito de respaldar a proposição de ações para o Plano Municipal de Mata Atlântica (PMMA), além de divulgar o conhecimento das prerrogativas legais existentes.

A disposição das normativas é apresentada no Anexo A, de acordo com os níveis de competência – federal, estadual e municipal - e por ordem cronológica. Vale ressaltar que não houve a pretensão de esgotar esse levantamento, mas sim identificar as principais legislações de interesse para o PMMA.

A Constituição Federal de 1988 estabelece aos três entes da federação o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. Cabe também aos entes tomar todas as providências e medidas indicadas nos incisos do § 1º, do art. 225, para assegurar a efetividade do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os limites dessas competências encontram-se destacadas nos art. 21 a 24 da Carta Magna, onde se verifica "a quem cabe o quê", no momento de legislar e administrar o meio ambiente. Nesse particular, a cooperação entre os entes federados na área ambiental foi disciplinada pela Lei Complementar nº 140/11, que deve ser observada quando da implementação da gestão ambiental compartilhada.

Como se pode observar, são diversos os instrumentos legais que buscam estabelecer a proteção e a regulação do uso dos recursos naturais, nas diversas temáticas, sejam elas urbanas, rurais, sociais, socioambientais, dentre outras. Porém, o cenário recente mostra que as diversas conquistas no campo do direito socioambiental estão sendo sistematicamente retrocedidas.

O caso mais emblemático é a mudança da lei que versava sobre o Código Florestal, Lei nº 4.771/65, a qual se "destacava como uma das mais importantes leis de proteção ao meio ambiente do país" (ISA, 2001). A reforma veio com a aprovação da Lei nº 12.651/12, que gerou polêmica ao trazer pontos de flexibilização em relação a proteção das áreas de preservação permanente (APP), além de anistiar desmata-dores antes de 2008. Entretanto estabeleceu algumas importantes oportunidades para a gestão ambiental como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Estes instrumentos deverão ser os balizadores para um amplo processo de conservação e restauração dos biomas brasileiros.

Na Bahia, o Cadastro Estadual Florestal de Imóvel Rural (CEFIR) exerce a função do Cadastro Ambiental Rural. Segundo dados disponibilizados pelo INEMA, mesmo com a extensão do prazo para finalização do CEFIR, em novembro de 2015, apenas cerca de 15,6% dos imóveis rurais em Santa Cruz Cabrália foram cadastrados e alguns estão em processo de validação da Reserva Legal (RL).

O Observatório do Código Florestal (OCF) é formado por diversas instituições da sociedade civil e tem como objetivo monitorar a regulamentação e a implementação da nova lei florestal e avaliar com transparência, objetividade e consultas locais o desempenho do governo federal e dos governos estaduais em implementá-lo. O OCF realizou um ano de balanço da promulgação da citada lei, destacando que neste período nenhum dos 26 estados e Distrito Federal haviam aprovado seus PRAs, programas aos quais produtores com passivo ambiental terão de aderir para firmar acordos de recuperação de déficits de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal. Sobre o CAR, este também será um grande desafio, tanto para sua consolidação, quanto para garantir transparência das informações.

Indígenas protestam contra a PEC 215 Foto: Lúcio Bernardo Filho

Outra polêmica acerca do enfraquecimento do arcabouço legal socioambiental é a proposta de transferir do executivo para o Congresso Nacional os termos da demarcação das Terras Indígenas e decretação das Unidades de Conservação, a chamada PEC 215[11]. Infelizmente é também extensa a lista com projetos de lei que visam alterações das legislações ambientais, dos povos indígenas e das populações tradicionais, muitas delas capitaneadas pela bancada ruralista do Congresso Nacional.

Em relação à legislação estadual, os diplomas que tratam das Políticas de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Leis nº 10.431/06 e 11.612/09, respectivamente, tiveram vários de seus dispositivos alterados pela Lei nº 12.377/11, o que tem trazido dificuldades para compreender e interpretar, de forma sistemática, as normativas em vigor, além dos diversos decretos e portarias de regulamentação editados com frequência.

Como destacado acima, a legislação ambiental estadual tem sido alvo de diversas alterações, inclusive, no dia 04/12/15 foi publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, a Lei nº 13.457/15, que versa dentre outras matérias, sobre a delegação do Estado aos municípios, a competência de emitirem licenças e autorizações para a supressão de remanescentes de Mata Atlântica, em áreas urbanas, incluindo os manguezais e restingas. Tal normativa fere legislações federais, inclusive a Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/06) e a Lei nº 7.661/88 que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Uma lei estadual não pode ser menos restritiva que a lei federal, essa é umas inconstitucionalidades verificada na citada lei estadual.

No que diz respeito à legislação municipal existente, há um conjunto de normativas que precisam ser revistas, devido aos diversos conflitos observados entre elas, onde se encontram erros, tanto de integração e harmonia entre as normativas que tratam de matérias complementares e/ou similares, como de conteúdo.

Foi observado, por exemplo, no artigo 148 do Código Municipal de Meio Ambiente, que o

11. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215 transfere a competência da União sobre a demarcação das terras indígenas e criação de unidades de conservação para o Congresso Nacional e possibilita, nesta mesma proposta, a revisão das terras já demarcadas. Além disso, altera os critérios e procedimentos para a demarcação destas áreas, que passariam a ser regulamentados por lei, e não por decreto como é atualmente.

Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA) foi criado pela Lei nº 125/98, porém, a normativa que o criou foi a Lei nº 140/98. Não foi constatada nenhuma outra norma que revogasse ou alterasse esta última.

Apesar do Plano Diretor Urbano (PDU) determinar em seu artigo 10, da Lei nº 0383/06, que o prazo de vigência é indeterminado, a Lei Federal nº 10.257/01 – denominada de Estatuto da Cidade – estabelece que a lei que institui o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos. Portanto, este instrumento deverá ser revisado em breve, oportunizando a efetiva integração entre o PMMA e o PDU, proporcionando assim, uma gestão local mais eficiente, promovendo a conservação e proteção do patrimônio natural municipal com a gestão urbana.

Como sugestão, faz-se necessário uma reorganização, revisão e edição de normativas que possam estabelecer um arcabouço legal seguro e que atenda a atual realidade do município.

Cabe também nesta situação a revisão dos Planos de Manejo das APAs Coroa Vermelha e Santo Antônio, pois esses instrumentos são os definidores dos parâmetros para o licenciamento. Portanto, será fundamental a integração dos instrumentos citados acima, visto que todos tratam da gestão territorial do município.

No âmbito do licenciamento, o debate precisa ser estabelecido de forma mais geral, com objetivo de elaborar programas que possam melhor estruturar esse sistema, integrando o estadual com o municipal. Em função da vigência da Lei Complementar (LC) nº 140/10, o Estado está isentando-se de diversas atividades licenciatórias, deixando para os municípios uma responsabilidade desproporcional ao cenário real da capacidade dos mesmos em atender essas demandas com eficiência e qualidade, mesmo contando com o apoio do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento (Condesc), que ainda carece de melhor estrutura e recursos.

PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Foi realizado o levantamento dos principais planos e programas governamentais nas esferas nacional, estadual e municipal, relacionados ao uso dos recursos naturais, inseridos no município de Santa Cruz Cabrália.

De fato, ações vinculadas a esses instrumentos governamentais são pouquíssimas, demonstrando que as políticas públicas de meio ambiente ainda não são prioridades para as três esferas governamentais. Essa situação é um grande desafio para a conservação, proteção e uso sustentável da biodiversidade da região.

Apesar de no município não existirem ações concretas dos instrumentos federais e estaduais, eles deveriam, de alguma forma, dialogar com o PMMA. Estão relacionados no Anexo B, os sítios dos principais órgãos públicos federais e estaduais pertinentes, para eventuais consultas.

É fundamental que os instrumentos municipais de planejamento e gestão sejam implementados. O PMMA é uma ferramenta para a gestão municipal, possibilitando a integração com os outros planos existentes. É essencial que a dimensão ambiental, dada sua complexidade, permeie os diversos setores da administração municipal, evitando uma visão fragmentada e setorizada sobre o assunto.

Plano Diretor Urbano (PDU)

Na esfera municipal, o Plano Diretor Urbano é o principal instrumento de planejamento e gestão territorial em uso. Foi aprovado em 01 de novembro de 2006 e em 2016 deverá ocorrer a sua atualização. Não há previsão, segundo o poder municipal, de acontecer esta revisão. A atualização do PDU oportuniza a integração efetiva do PMMA, como peça fundamental do planejamento urbano e rural do município.

O PDU considera como integrantes do zoneamento urbano os Planos de Manejo das APAs, portanto, a orientação legal, no âmbito das áreas de abrangências das unidades de conservação, é o zoneamento e seus padrões estabelecidos pelo plano de manejo.

Os instrumentos instituídos pelo PDU são o incentivo construtivo para proteção das edificações de interesse de preservação, tombamento, áreas de regime específico, a declaração de áreas de preservação permanente, dentre outros.

Algumas áreas, no âmbito deste Plano Diretor, foram estabelecidas como tombadas, no entanto, atualmente, a maioria delas encontra-se totalmente antropizada, não resguardando os atributos, que originalmente fomentaram a instituição de proteção especial. De fato, o PDU não foi capaz de conter a degradação e a ocupação desordenada. Apesar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CDU) existir, sua atuação não é efetiva, o que não contribuiu para o fortalecimento da política de desenvolvimento urbano.

Em função da diversidade de áreas de especial proteção, seja de cunho ambiental, cultural ou patrimonial, há diversos órgãos responsáveis pela gestão, tais como o Iphan, Fundação Nacional do Índio (Funai), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) e Prefeitura. Todos são responsáveis em emitir pareceres e anuências para os pedidos de licenciamento, dentre outros atos autorizativos. Portanto, a efetividade da gestão fica comprometida, a partir do momento que não há uma sistemática ação conjunta e integrada entre esses órgãos públicos. Isso reflete a atual situação de degradação e ocupação desordenada na região.

Como os Planos de Manejo das APAs Coroa Vermelha e Santo Antônio prevalecem como padrões de uso e ocupação das áreas urbanas e rurais do município, optou-se por descrevê-los neste item, em virtude dessa integração direta com o Plano Diretor Urbano do município.

Plano de Manejo e o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) das APAs Coroa Vermelha E Santo Antônio

É importante destacar a relação direta e formal entre o PDU e o Plano de Manejo das APAs, tendo em vista a importância destes instrumentos de gestão territorial para o município. É urgente a revisão conjunta dos mesmos, como instrumentos integrados e essenciais para a gestão e o uso sustentável do território do município, somando-os ao Plano Municipal de Mata Atlântica.

No plano de manejo, o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) tem como principal objetivo definir padrões de ocupação. Na época da sua elaboração, o principal foco era o desenvolvimento e a implantação de um grande parque hoteleiro. Os ZEEs das APA de Coroa Vermelha e Santo Antônio preveem 12 e 15 zonas, respectivamente, com diretrizes de planejamento específicas para cada uma delas. Sendo que o uso e ocupação dessas zonas ficam sujeitos aos parâmetros nelas estabelecidas.

Assim, todo e qualquer empreendimento compreendido nestas unidades de conservação, tem o seu licenciamento vinculado aos parâmetros estabelecidos nas zonas de uso. Assim, as atividades autorizadas pelas secretarias de obras e de meio ambiente, seguem as regras do Plano de Manejo.

Projetos Identificados

Para o levantamento desta informação foi utilizada uma ficha específica, elaborada pela equipe técnica, através de conversas com gestores públicos e lideranças comunitárias. A ficha foi enviada para diversos segmentos da sociedade, tanto Organizações Não Governamentais (Ongs), quanto Empresas e Órgãos Públicos. O nível de retorno não foi satisfatório, portanto, o resultado não é conclusivo.

Descrição dos projetos públicos e privados, em execução em Santa Cruz Cabrália

Instituição: **Associação Cultural Arte e Ecologia - Ascae**	
Natureza do Projeto	Restauração florestal e educação ambiental
Local de Execução	Manancial de abastecimento de Ponto Central e Barrolândia.
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Conservação da área de preservação permanente (APP) e envolvimento da comunidade local
Parceiros	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Observação	Recursos do Fundo Estadual de Meio Ambiente (FERFA).
Instituição: **Coral Vivo**	
Natureza do Projeto	Educação Ambiental e pesquisa
Local de Execução	Escolas municipais e nas áreas de incidência de formação de recifes de coral.
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Ordenamento da visitação do Parque Marinho de Coroa Alta e conscientização da comunidade e turistas.
Parceiros	Prefeitura
Instituição: **PAT Ecosmar**	
Natureza do Projeto	Proteção das tartarugas marinhas e a preservação dos ambientes costeiros e marinhos da Bahia
Local de Execução	Em toda a área costeira do município
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Educação Ambiental, valorização dos animais e seus habitats costeiros e marinhos.
Observação	Cooperação Técnica com o Instituto Baleia Jubarte e Projeto Tamar.
Instituição: **SER - Sonhar, Empreender e Realizar**	
Natureza do Projeto	Criação de Negócios Sociais por jovens, baseado em tecnologia.
Local de Execução	Todo o município
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas, Serviços Gráficos e Visuais.
Parceiros	Prefeitura e Instituto Mãe Terra.
Observação	Recursos da Fundação Telefônica.

Instituição: **Veracel Celulose**	
Natureza do Projeto	Agricultura familiar implementada nas áreas de recuo entre as comunidades e plantios de eucalipto.
Local de Execução	Ponto Central
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Conservação da área de preservação permanente (APP).
Parceiros	CEPLAC, Prefeitura, Sebrae e SDR
Observação	Esta ação está vinculada ao Acordo de Afastamento de Infraestruturas Comunitárias estabelecido pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia.

Instituição: **Veracel Celulose**	
Natureza do Projeto	Plantio e Processamento de alimentos.
Local de Execução	Aldeia Coroa Vermelha e Assentamento Lulão.
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Conservação da área de preservação permanente (APP).
Parceiros	Governo do Estado, SEBRAE e SDR.

Instituição: **Consórcio Ibio, Econamfi Unesp/Rio Claro, LEPaC, Taki Ambiental e LEEC**	
Natureza do Projeto	Atualização da evolução temporal da cobertura vegetal de áreas de atuação da Veracel na região do Extremo Sul da Bahia com imagens de alta resolução 2013.
Local de Execução	Todos os municípios de atuação da Veracel.
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Possibilitará uma melhor compreensão das mudanças no uso do solo e na cobertura vegetal em uma região extensa e de extrema importância para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Orientador para a implementação de ações de conservação e restauração das paisagens, otimizando os esforços de conservação da biodiversidade em escala regional.
Parceiros	Veracel
Observação	Esta ação está vinculada a acordo estabelecido pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia.

Instituição: **Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento**	
Natureza do Projeto	Apoio técnico junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a análise e elaboração dos licenciamentos ambientais.
Local de Execução	8 municípios da Costa do Descobrimento
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Aplicar o PMMA no processo de análise e parecer do licenciamento ambiental.
Parceiros	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e INEMA.

Instituição: **Associação Baiana das Empresas de Base Florestal**	
Natureza do Projeto	Dentre outros projetos do programa Mais Árvores Bahia, o Projeto Indústria busca estabelecer estratégias e ações para o uso múltiplo da madeira, com o objetivo de incentivar o produtor rural a investir no plantio e manejo de florestas comerciais para usos múltiplos com tecnologia aplicada.
Local de Execução	Extremo Sul da Bahia.
Ações que poderão contriuir com o PMMA	Alternativas ao uso da madeira nativa de mata atlântica e alternativa econômica.
Parceiros	Aspex - Associação dos Produtores de Eucalipto do Extremo Sul Bahia, CNA, FAEB, FIEB, Sebrae, Senar, dentre outros.
Observação	Em execução

Fonte: Elaboração Gambá

GESTÃO AMBIENTAL

A capacidade de atuação do poder público na área ambiental está fundamentada na ideia de responsabilidades compartilhadas entre a união, estados, Distrito Federal e municípios e entre os diversos setores da sociedade. Essa concepção tem origem na Lei Federal nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente e também institui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama).

O Sisnama foi concebido para atuar como um conjunto articulado e integrado de órgãos e entidades, nos três níveis de governo, responsáveis pela qualidade ambiental e pela conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, com atribuições, regras e práticas específicas que se complementam.

A crescente descentralização administrativa e o compartilhamento da gestão ambiental por meio de iniciativas que dispõem sobre competência de licenciamento e atividades de impacto local, como a Resolução Conama nº 237/97, a LC nº 140/11, a Resolução Cepram nº 4.327/13 e Resolução Cepram nº 4.420/15[12] têm chamado os municípios a assumirem suas responsabilidades na área do meio ambiente.

Com a promulgação da LC nº 140/11, que tem como objetivo, entre outros, harmonizar as políticas e ações administrativas para evitar conflitos de atribuições, faz-se necessário implementar ações que propiciem condições técnicas, financeiras e estruturantes aos municípios para que estes possam assumir essas novas responsabilidades, com fins de garantir uma gestão pública eficiente.

Tem sido constatado que a grande maioria dos municípios brasileiros, com exceções, não possui condições de assumir a descentralização preconizada pelas legislações federais e estaduais, o que torna ainda mais temerosa a gestão ambiental no país.

Apesar do estímulo preconizado na legislação para que haja uma gestão articulada entre os

12. Esta Resolução alterou o Anexo Único da Resolução Cepram nº 4.327/13, que trata das atividades de impacto local.

diversos entes do sistema ambiental, observa-se uma grande fragilidade e, muitas vezes, falta de interesse dos gestores públicos em promover um compartilhamento sistemático das ações. O que ocorre de fato são ações pontuais e esparsas, tornando, portanto, a gestão ambiental sem a eficácia desejada pela sociedade.

Segue uma descrição e breve análise da capacidade de gestão dos órgãos públicos, na área ambiental com atuação no município de Santa Cruz Cabrália.

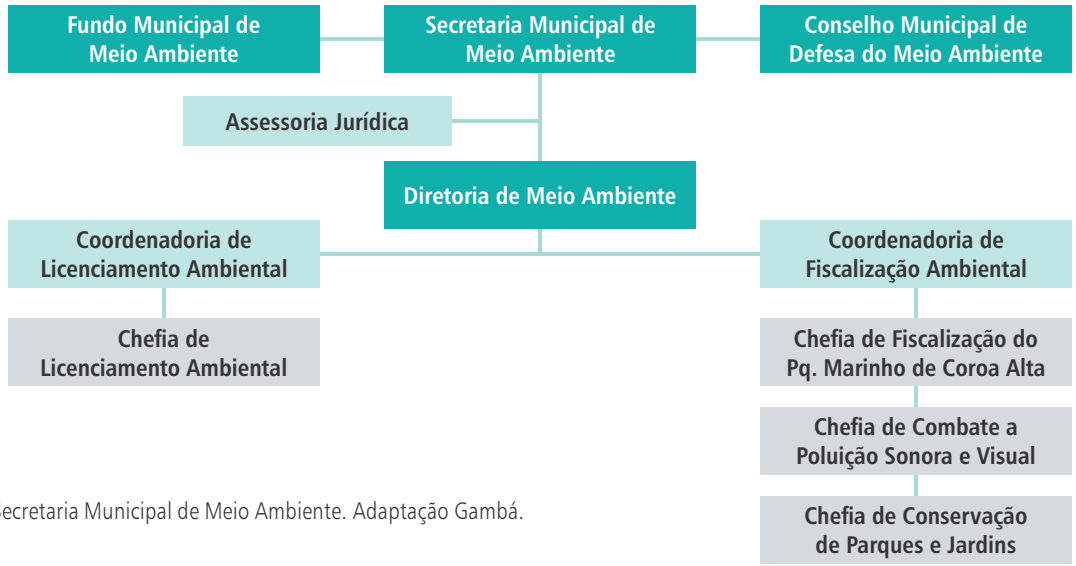
A **Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA)** é o órgão municipal responsável pela promoção e execução da política local de meio ambiente e sua atual estrutura administrativa está descrita na Lei nº 506/12. É composta por uma equipe de 12 pessoas, sendo 03 em cargos de comissão (a titular da pasta, assessor jurídico e diretor de meio ambiente) e 9 concursados, compondo o quadro efetivo da secretaria (4 fiscais, 1 biólogo, 2 administrativos, 1 motorista e 1 serviços gerais).

A SMMA possui uma lancha que atua principalmente no Parque Municipal Marinho de Coroa Alta, 2 veículos, 1 motocicleta, GPS e decibelímetro, além de outros equipamentos eletrônicos.

É importante destacar, que durante a construção do Mapa Falado, em diversos momentos, foi levantada pelos participantes, a ineficiência dos órgãos de fiscalização do município, acarretando alto índice de desmatamento, exploração de areia, ocupações irregulares, disposição de lixo em Áreas de Preservação Permanente (APP), o uso indiscriminado de agrotóxicos, extrativismo predatório da piaçava, além da caça de animais silvestres. Ao mesmo tempo, também foi apontada por representantes do poder público, a oportunidade da gestão integrada entre os órgãos de Meio Ambiente, Segurança Pública, Agricultura, Saúde e Educação.

O **Código de Meio Ambiente** do município foi instituído por meio da Lei nº 285/03 e encontra-se em processo de revisão, sendo esta oportuna e urgente. A atual normativa carece de maior detalhamento dos instrumentos existentes, bem como das atividades vinculadas à política municipal de meio ambiente, que muitas vezes não possuem uma regulamentação adequada. Esta revisão deverá proporcionar, além de uma regulamentação clara e detalhada, uma melhor integração e complementação entre as legislações já em vigor, tornando o arcabouço legal ambiental mais fluido e harmônico.

FIGURA 5 | Organograma da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Adaptação Gambá.

No âmbito do **Licenciamento Ambiental**, o Decreto nº 80 – A/05 traz a regulamentação deste instrumento ambiental. O município está efetuando o licenciamento das atividades classificadas em nível de competência 3, conforme a Resolução Cepram nº 4.420/15 e Resolução Ceparm nº 4327/13, as quais dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos municípios e fixa normas gerais de cooperação federativa, respectivamente.

Para esta atividade, a secretaria dispõe de dois técnicos, um agrônomo e uma bióloga. Contam também com apoio de quatro técnicos do Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento (Condesc), que presta suporte aos municípios integrantes do consórcio. Atualmente, estão em vigência mais de 60 licenças, das mais diversas atividades. O monitoramento dos condicionantes estabelecidos nas licenças ambientais não possui acompanhamento de seu cumprimento, apenas são avaliadas no ato da renovação ou por meio de denúncias.

O **Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Comdema)** foi criado em 1.998, por meio da Lei nº 125/98. Atualmente é regulado pela Lei nº 472/10, que trata da sua organização e funcionamento.

O Comdema é consultivo, deliberativo, tripartite e paritário e composto por representantes do poder público, sociedade civil e setor econômico. O Decreto nº 318/11, que nomeia os membros do conselho, encontra-se vencido há mais de um ano. A indicação dos conselheiros, que trata o citado decreto, não condiz com o que preconiza a lei que define sua composição, portanto há conflito entre as duas normativas, tornando a atual composição do conselho irregular. A dinâmica de reunião tem sido uma vez por mês. Não possui Regimento Interno, nem Câmaras Técnicas. Não exerce nenhuma função no âmbito da análise e emissão da licença ambiental. É necessário realizar a renovação do Conselho e fomentar mais dinamismo e participação dos seus membros na gestão do município.

A composição do Comdema poderá ser verificada nas tabelas 8 e 9, tanto no que diz a respeito ao conteúdo da lei, como do decreto. A desconformidade é grave, comprometendo a função e a credibilidade deste colegiado, órgão central para o controle e a participação social. Este é outro exemplo da fragilidade da legislação ambiental municipal.

O **Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMMA)** foi instituído pela Lei nº 140/98, tem natureza contábil e objetiva custear projetos e programas de melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente no município de Santa Cruz Cabrália. O FMMA é gerido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, sendo seus recursos aplicados exclusivamente em projetos e estudos para a melhoria da qualidade do meio ambiente, propostos pelo Condema, em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

TABELA 8 | Composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália, conforme Lei nº 472/10

SETOR	INSTITUIÇÃO
Poder Público - 6	3 representantes do Poder Público Municipal
	2 representantes do Poder Público Estadual
	1 representante do Poder Público da União
Sociedade Civil Organizada - 6	6 representantes da Sociedade Civil Organizada
Setor Econômico - 6	6 representantes do Setor Econômico

Fonte: Lei nº 472/10

TABELA 9 | Composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália, conforme Dec. nº 318/11

SETOR PÚBLICO 5	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Secretaria Municipal de Infraestrutura
	Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca
	Instituto Estadual de Meio Ambiente - INEMA
	Representante da Câmara Municipal de Vereadores
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA 7	Associação Cultura, Arte e Ecologia - Ascae
	Instituto de Proteção aos Animais da Costa do Descobrimento
	Associação Cidadania Transparência Terra Mãe
	Associação Indígena de Pesca
	Associação dos Moradores do Bairro Mirante da Coroa
	Ambiental Bahia
	Assoc. dos Arquitetos e Urbanistas da Costa do Descobrimento - Arcode
SETOR ECONÔMICO 3	Empresa Baiana de Águas e Saneamento - Embasa
	Faculdade do Descobrimento - FacDesco
	JC Material de Construção

Fonte: Decreto. nº 318/11

Nota-se que no arcabouço legal levantado e analisado há diversas normativas que se contradizem ou não existem. Outra observação é a respeito das normativas que tratam do FMMA, onde o Código de Meio Ambiente (Lei nº 285/03, em revisão) cita a lei que o criou, porém, a norma não trata desse assunto.

Outro fato que não está claro, por meio das normas legais, é o processo de cobrança e aplicação dos recursos oriundos dos passeios que utilizam embarcações, tanto para o Parque Municipal Marinho de Coroa Alta, quanto para o rio João de Tiba. Portanto, todas as normativas que integram o sistema legal da Política Municipal de Meio Ambiente precisam ser revisadas e reorganizadas, propiciando maior integração, clareza e harmonia no sistema normativo ambiental, alicerce central para um Sistema Municipal de Meio Ambiente seguro e sólido.

> O Município torna-se local privilegiado para o tratamento da problemática socioambiental que afeta diretamente a sociedade em seu dia a dia, tornando possível que os governos locais encontrem, em conjunto com a sociedade, caminhos saudáveis para seu crescimento, superando o discurso tradicional de progresso a qualquer preço (Bruschi e col., 2002).

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento (Condesc) foi criado em 23 de julho de 2013 e a presidência atual é do prefeito de Eunápolis. O consórcio é constituído pelos municípios de Guaratinga, Itapebi, Itabela, Itagimirim, Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro e Eunápolis.

O consórcio tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável na sua área de atuação, por meio da elaboração de propostas para o desenvolvimento regional, gestão associada de serviços públicos de saneamento básico, de transporte urbano ou intermunicipal, meio ambiente, manutenção de infraestrutura, promoção do turismo, desenvolvimento de ações na área rural, inclusive de apoio à agricultura familiar, dentre outras.

Atualmente o Condesc vem executando atividades por meio de convênios firmados com a Secretaria Estadual de Planejamento (Seplan), cujo objetivo é a estruturação do escritório do Consórcio e com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), com a finalidade de contratação de técnicos de nível superior para auxiliar os municípios inscritos no Programa de Gestão Compartilhada (GAC). Também está em vias de concretização um convênio para apoiar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), para os imóveis de até quatro módulos rurais, além de uma parceria com o Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) para imóveis de até 100 hectares, o que possibilitará a regularização de cerca de 2.000 imóveis rurais.

O consórcio público pode ser definido como uma associação pública (União, Estados, Distrito Federal e municípios) com personalidade jurídica de direito público ou de pessoa jurídica de direito privado, criada para gestão associada de serviços públicos.

Objetiva-se, com a formação do consórcio, uma maior disponibilidade de recursos, resultantes da união de entes federados em função de um interesse comum, bem como, a descentralização e a facilitação da prestação de serviços públicos que os entes teriam dificuldades de executar isoladamente. Espera-se, como resultado, obviamente, uma maior eficiência do serviço prestado. Desse modo, em conformidade com a disposição do art. 241 da CF/88, foi editada pela União a Lei de Consórcios Públicos – LCP 37 (Lei nº 11.107/05), disciplinando dado instituto, bem como o Decreto nº 6.017/05, o qual estabelece normas para sua execução.

Encontra-se no Anexo C quadro com os órgãos e entidades da administração pública federal e estadual, relacionados à proteção e à gestão ambiental atuantes na região.

INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Uma das características relevantes da região do Extremo Sul é a grande quantidade de espaços públicos de participação, formados por entes dos diversos setores do poder público e da sociedade civil. Essas instâncias exercem um papel fundamental para a gestão socioambiental da região, pois possibilitam o aprimoramento dos processos democráticos e a incorporação da participação popular, dando vazão a processos mais dialogados de tomada de decisão sobre temas de interesse público.

Os espaços de participação propiciam ao coletivo a gestão dos conflitos por meio da pluralidade do conhecimento, da percepção e experiência do grupo. Isto não quer dizer que o consenso sempre prevalece e que é fácil dirimir os conflitos, mas a experimentação do diálogo, da construção e a busca de conciliação dos interesses do grupo contribuem para o amadurecimento do coletivo e, consequentemente, para tomada de decisão mais negociada.

Tem-se observado que em função da pluralidade desses espaços de participação, muitas vezes, as temáticas se sobrepõem e os participantes se repetem, sobrecarregando os atores, desestimulando a ampla participação e causando a falta

de efetividade dos encaminhamentos, diminuindo a credibilidade destes espaços.

O maior desafio é proporcionar essa integração sem a perda da legitimidade da representação e da autonomia para implementação das deliberações. Uma comunicação eficiente é fundamental para o avanço da prática da gestão participativa.

Não há dúvida de que é um desafio transformar a transparência, a participação e o controle social em uma prática cotidiana, principalmente, no que se refere às ações de políticas públicas.

É notório o impacto democratizante que o controle social é capaz de gerar na efetividade das políticas. Uma pesquisa recente, coordenada por Leonardo Avritzer, em 85 conselhos municipais instalados em cidades de diferentes partes do país demonstra como isso é possível.

> Os primeiros resultados observáveis desse estudo apontam que em cidades em que há maior participação, há números melhores em relação ao atendimento às demandas sociais, que se expressa essencialmente na melhor cobertura de serviços; percebe-se ainda que nessas cidades há experiências que visam favorecer a evolução do ciclo orçamentário, num mecanismo que o pesquisador denominou de "reformas tributárias locais" (Seminário Nacional de Controle Social - A sociedade no acompanhamento da gestão pública - Relatório Crítico, p.14, 2009).

A análise dessas gestões permite afirmar que a maior participação social favorece que os recursos sejam aplicados de forma mais ágil e nos serviços que interessam à população. Um indicador expressivo dessa dinâmica participativa diz respeito à manifestação dos usuários – embora com maior incidência nos conselhos de saúde. O objetivo do estudo, dentre outros, é verificar o êxito deliberativo e distributivo das instituições participativas. Os primeiros resultados da pesquisa foram apresentados no I Seminário Nacional de Controle Social[13].

Para dar um panorama geral da percepção a respeito da participação das diversas representações presentes no município, na primeira oficina para a construção deste PMMA, notou-se uma quantidade significativa de associações ligadas aos assentamentos de reforma agrária. Eles trouxeram informações ricas e significativas sobre o atual uso e ocupação da região em que estão localizadas essas associações. É significativo a presença desses atores na construção do PMMA, visto que muitas vezes não se faziam presentes nos fóruns voltados para a política de meio ambiente.

Destaca-se como fator propulsor da forte organização dos assentamentos de reforma agrária a disputa pelo espaço de produção, principalmente com a expansão da monocultura de eucalipto e pastagem. Além dos empreendimentos turísticos que afetam diretamente os pescadores.

Observou-se também a participação de diversas lideranças indígenas, que têm atuado de forma permanente na demarcação e gestão de seus territórios. Porém, houve pouca participação de representantes dos povoados e distritos da porção litorânea, o que poderá impactar na implementação do PMMA nos locais citados.

Segue breve descrição dos principais espaços de participação em funcionamento e com atuação regional.

O Colegiado Territorial da Costa do Descobrimento é o espaço de colaboração para o planejamento e a gestão de políticas, no âmbito das três esferas públicas. Funciona como

13. Os resultados estão disponíveis no sítio:

http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-anteriores/2009/i-seminario-nacional-de-controle-social-1/arquivos/relatoriocritico.pdf

articulador e fomentador de programas e projetos que visam à promoção do desenvolvimento sustentável, através de processos ascendentes de planejamento e controle social (Resolução Cedeter nº 02/11). O Programa de Territórios de Identidade "assimila princípios básicos da democratização das políticas públicas como a descentralização das decisões, a regionalização das ações e a corresponsabilidade na aplicação de recursos, e na execução e avaliação de projetos". Sua composição é paritária, com 50% dos representantes do poder público (federal, estadual e municipal) e 50% da sociedade civil. Tem atuação em 8 municípios do Extremo Sul (Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro), conforme a divisão dos Territórios de Identidade estabelecidos pelo Governo Estadual. Tem atuado de forma prioritária nas políticas de desenvolvimento regional, principalmente naquelas advindas do governo do estado e municípios. Tem vinculação com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial (Cedeter), órgão de instância colegiada da Secretaria Estadual de Planejamento.

A Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat) foi criada em 2010 e é uma organização indígena regional que visa a articulação permanente entre as organizações e aldeias que a compõem, buscando o fortalecimento da unidade indígena na região. A Federação tem também como objetivos a regularização fundiária dos seus territórios, a defesa dos direitos indígenas e a implantação de projetos sustentáveis.

A Finpat é composta por 34 aldeias, sendo 31 Pataxós, 03 Tupinambás e 32 organizações indígenas, como conselhos de saúde, de caciques, escolas, organizações comunitárias, dentre outras. Apesar de possuir na sua estrutura organizacional uma instância executiva, a atual coordenação da Federação está focada na articulação política, atuando junto às diversas instâncias governamentais e não governamentais, com vistas à implementação de políticas públicas nas áreas sob sua responsabilidade.

O Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia (Mapes) foi criado para fortalecer as oportunidades de articular concretamente os diversos atores locais, de modo a proporcionar melhor implantação das áreas protegidas, necessárias para a manutenção da extraordinária biodiversidade e dos serviços ambientais que essas áreas provêm. No entanto, esse Mosaico pretende atuar também além dos limites das áreas protegidas.

Apesar do avanço no processo de pensar de forma mais coletiva e integrada, ainda faz-se necessário a efetivação de ações concretas e conjuntas entre os atores do Mapes. Sair das estruturas individuais de cada ente demanda um grande esforço, não apenas em função de questões individuais de cada representante, mas sim pela alta demanda que cada área possui. Esta situação é agravada pelo fato que estas áreas não possuem uma estrutura suficiente de pessoal e de equipamentos, entre outras coisas. Muitos gestores públicos que trabalham nas sedes regionais dos órgãos gestores das áreas protegidas também não incorporaram os mosaicos como uma ação estratégica de gestão. Portanto, esta ferramenta de gestão ainda carece de priorização institucional para ser aplicada. Vale destacar os esforços que vem sendo feitos por alguns servidores para esta efetivação. O Mapes possui um plano de ação para sua área de abrangência.

Mosaico de Áreas Protegidas é um conjunto de unidades de conservação e outras áreas protegidas, públicas ou privadas, próximas, justapostas ou sobrepostas, cuja gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (art.26, da Lei nº 9.985/00).

A gestão da **Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA)** é feita por Comitês Estaduais, formado por instituições públicas, privadas, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e da população residente em sua área de abrangência. O Comitê tem caráter consultivo junto às instâncias e instituições que atuam na Mata Atlântica e têm caráter deliberativo para as questões internas da RBMA ou para outras atribuições que lhe forem delegadas em cada estado.

Os Comitês Estaduais estabelecem Subcomitês, visando atender às peculiaridades regionais e ampliar a participação local na implantação da reserva (http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_2_organo_comites.asp). Na região onde está inserido o município de Santa Cruz Cabrália, o acompanhamento da RBMA é feito pelo Subcomitê do Extremo Sul.

O **Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia (FF)** é um espaço de diálogo entre as empresas de celulose que atuam na região do Extremo Sul da Bahia e organizações da sociedade civil. Tem como principal objetivo estabelecer um canal formal de debate entre esses segmentos, que deverá servir "para as partes exporem seus pontos de vista e debater temas com vistas à busca conjunta de soluções", visando medidas para mitigar os impactos sociais, culturais e ambientais resultantes de atividades de plantios de florestas em grande escala na região, e para mediar conflitos da silvicultura com outras atividades e comunidades.

Criado em 2005, por iniciativa da Aracruz Celulose, o Fórum Florestal surgiu exatamente em um período de forte conflito regional, em função da ampliação dos plantios florestais, dos notórios impactos sociais e ambientais e da falta de diálogo entre as empresas e a sociedade. Em nenhum momento o Estado buscou a mediação desta questão. Inicialmente, a participação das instituições da sociedade civil era pequena, havia bastante resistência em aderir ao diálogo, em função da desconfiança a respeito da real intenção dos debates, que para algumas instituições serviam apenas para legitimar o modelo de desenvolvimento para a silvicultura.

Durante as oficinas em Santa Cruz Cabrália, os participantes não pontuaram atuação ou envolvimento com o Fórum Florestal no município.

O Fórum Florestal vem se constituindo enquanto espaço de consertação a respeito das questões relacionadas à silvicultura, mas sem avançar no debate central sobre o modelo de desenvolvimento implementado pelas empresas.

Os acordos firmados ao longo dos 10 anos de atuação do Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia foram acerca do fomento florestal, mudança de rota das barcaças, exclusão de silvicultura em área de cacau/cabruca, afastamento de núcleos urbanos, afastamento de infraestruturas comunitárias, afastamento do litoral, congelamento de plantios, exclusão de compra, plantio e fomento na Costa do Descobrimento, segurança em estradas de terras de acesso ao litoral e monitoramento da cobertura vegetal das bacias setentrionais do Extremo Sul da Bahia.

O Fórum Florestal é dotado de uma secretaria executiva, financiado pelas empresas de celulose e viabiliza suporte operacional para que os membros da sociedade civil participem, apoiando com hospedagem, alimentação e transporte.

Apesar de serem coletivos de atuação nacional, cabe aqui destacar a **Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)** e o **Pacto pela Restauração da Mata Atlântica**, pois atuam especificamente no bioma Mata Atlântica, além de terem como membros, instituições que atuam na região do Sul e Extremo Sul da Bahia. Contribuindo, portanto, para a conservação e recuperação da Mata Atlântica.

A Rede de Ongs da Mata Atlântica (RMA)[14], criada em 1992 durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, é uma associação civil, com natureza e fins

14. Para mais informações, acesse: www.rma.org.br

não lucrativos, fundada para unir as forças focadas num propósito comum de preservar, conservar e recuperar a Mata Atlântica. Tem como objetivo a defesa, preservação, conservação e recuperação do bioma através da promoção de intercâmbio de informações, da mobilização, da ação política coordenada e do apoio mútuo entre as Ongs, buscando o fortalecimento das ações locais e regionais das entidades filiadas.

Hoje, a RMA conta com aproximadamente 250 entidades filiadas, distribuídas nos 17 Estados que se encontram no domínio da Mata Atlântica.

O **Pacto pela Restauração da Mata Atlântica**[15], que tem como missão articular instituições públicas e privadas, governos, empresas e proprietários, com o objetivo de integrar seus esforços e recursos para a geração de resultados em conservação da biodiversidade, geração de trabalho e renda na cadeia produtiva da restauração, manutenção, valoração e pagamento de serviços ambientais e adequação legal das atividades agropecuárias nos 17 estados do bioma.

A meta do Pacto pela Restauração da Mata Atlântica é a restauração florestal de 15 milhões de hectares até o ano de 2050, distribuídos em planos anuais aprovados por seu Conselho de Coordenação.

Reflexões sobre a Governança na Região do Extremo Sul da Bahia

A melhoria da qualidade de vida não deve ser responsabilidade e nem prerrogativa exclusiva dos governos, mas sim tarefa compartilhada entre todas as organizações e cidadãos que constituem o tecido institucional e social da sociedade. A atuação coletiva e heterogênea exige dos atores envolvidos um exercício diário de desapego, de paciência e da busca pelos consensos, por meio da negociação. O processo de construção conjunta perpassa pela necessidade de cada um compreender seu papel e seu potencial de contribuição efetiva, entendendo que cada um tem o seu próprio tempo de percepção e internalização do aprendizado alcançado.

Para que o espaço público exista e não se torne instrumento de dominação é necessária uma permanente busca da eqüidade nas relações de poder e na possibilidade de comunicação entre os diferentes atores. Para possibilitar este equilíbrio é importante que os espaços de participação e controle social sejam exercidos com apoio de diferentes "ferramentas de diálogo", por meio do planejamento dos encontros, da socialização antecipada dos pontos de debate e da distribuição de material de apoio, caso haja.

Como demonstra o levantamento em tela, são diversas as instâncias instituídas e que exercem ações e diálogos para possibilitar uma maior governança regional, considerando cada uma com sua função e espaço territorial definido. Para potencializar essas ações, entendemos ser fundamental a criação de mecanismos que visem a integração dos diversos coletivos formais e informais existentes, estimulando a continuidade de participação e ação coletiva. Um passo já dado e que facilita o processo de ação mais articulada é a política de território de identidade que vem sendo implementada no estado baiano. Há aprimoramentos a serem feitos, porém, a vontade política existente já colabora significativamente para os avanços.

15. Para mais informações, acesse: www.pactomataatlantica.org.br

MEIO FÍSICO

Clima

O clima de Santa Cruz Cabrália caracteriza-se, segundo a classificação de *Koppen*, como tipo *Af* (chuvoso quente e úmido), típico da região litorânea. As chuvas são bem distribuídas ao longo do ano, atingindo precipitação anual entre 1400 e 1800 mm (SEI, 2010). A temperatura média de longo período é de 24°C.

Geologia, Geomorfologia e Processos Erosivos

O município está situado em uma paisagem marcada por uma feição topográfica tabular, dissecada por vales profundos que coincide com áreas de acumulação de sedimentos fluviais, que lhe confere ambientes com exuberante beleza cênica e características bastante peculiares. As unidades geoambientais encontradas no município são representadas pelos Tabuleiros Costeiros, Superfícies Pré-Litorâneas e Planícies Flúvio-Marinhas.

Estudos realizados no âmbito do Programa de Informações para Gestão Ambiental/Porto Seguro-Santa Cruz Cabrália (CPRM, 2000) e por Souza et al (2011) apresentam uma análise geomorfológica sistêmica da região, trazendo informações importantes para o planejamento ambiental do município. Eles revelam um modelo de ocupação desordenada, caracterizado por intensa urbanização, com ocupação de áreas de mangues, encostas e matas ciliares. Além de identificar áreas sensíveis a erosão hídrica, face aos processos de degradação dos terrenos pelo desmatamento e utilização intensiva por pastagens.

Segundo os estudos, os Tabuleiros Costeiros ocupam aproximadamente 80% do município. Compreendem um conjunto de formas de relevo esculpidas sobre os sedimentos Terciários do grupo Barreiras. Apresentam dominância dos solos Latossolos Amarelos e os Podzóis. A região dos tabuleiros é uma importante área de recarga dos aquíferos, devido à alta permeabilidade dos terrenos arenosos. São subdivididos de acordo com características especificas em:

Unidade de Cobertura Arenosa – são áreas dispersas sobre os tabuleiros, ocorrem nos topos e em forma de bolsões arenosos e depressões nas superfícies tabulares, principalmente próximas ao litoral. Apresentam drenagem aflorante, constituindo terrenos encharcados. Nessas áreas ocorrem a formação vegetal "mussununga ou campinarana" extremamente peculiar, que resguarda a presença de grande número de espécies endêmicas. As características dessa unidade (textura arenosa, baixa fertilidade e lençol freático aflorante) inviabilizam seu aproveitamento para projetos de agrossivicultura, além de apresentar restrições para obras de engenharia e urbanização. No entanto, observam-se áreas degradadas pela exploração de areia e abertura de estradas mal planejadas para retirada desse material, além da presença de cultivos agrícolas. A recomendação para essa unidade é a preservação dessas áreas pelo alto valor endêmico das espécies vegetais.

Unidade de Tabuleiro Pouco Dissecados – essa unidade é intensamente utilizada para o plantio de eucalipto, cana-de-açúcar e pecuária. São regiões em superfícies tabulares sulcadas por extensos canais, formando uma rede de baixa densidade de drenagem, com vales encaixados. A unidade possui fraca vulnerabilidade a erosão hídrica nos interflúvios tabulares e forte a muito forte nas falésias e vertentes dos vales encaixados. Ocorrem desmatamentos nas encostas e matas ciliares, produzindo a aceleração de

processos erosivos e fontes de sedimentos responsáveis pelo assoreamento dos rios. É necessário rever o modelo de uso com agropecuária que não respeita as Áreas de Preservação Permanente e encostas.

Unidade de Tabuleiro Dissecados – nesta unidade estão localizados os maiores fragmentos de remanescentes de vegetação natural. Apresenta relevo pouco plano, sulcados por canais de média densidade de drenagem, com vales encaixados. A vulnerabilidade à erosão nesses terrenos é considerada fraca nos interflúvios tabulares, com indicações locais de erosão moderada. O principal uso dessa unidade é com plantações de eucalipto seguido de atividade pecuária ou pequenas atividades agrícolas. Os rios que passam por essa unidade, em sua maioria, apresentam mata ciliar degradada. As vertentes encontram-se sem vegetação, trazendo para essas áreas um grande potencial de escorregamento de terras.

Unidade de Tabuleiro Muito Dissecados – apresenta relevos planos e colinas com topos arredondados, sulcados por densa rede de canais e vales encaixados, formada por sedimentos pouco consolidados. Apresenta alto potencial erosivo, intensificado pela ausência de mata ciliar ao longo de quase todos os rios. O principal uso dessa unidade é com agrossilvicultura.

A Superfície Pré-Litorânea - unidade geoambiental que apresenta um conjunto de formas de relevo esculpidas sobre o embasamento cristalino, configurando-se em um "mar de morros". O solo predominante nessa região é o Podzólico cuja característica é de alta suscetibilidade à erosão. Os principais problemas com processos erosivos estão associados às vertentes íngremes das colinas tabulares, vales encaixados e escarpas degradadas. As restrições dessa unidade estão na probabilidade de ocorrência de escorregamentos de terra e outros processos erosivos formadores de sulcos e ravinas, devido às declividades localmente acentuadas e da pequena profundidade dos solos nos setores de menor declive. Os processos erosivos são acentuados, principalmente, pela presença de pastagens em áreas frágeis e nas Áreas de Preservação Permanente, associada à desmatamentos e queimadas nas encostas e cabeceiras de drenagem. Recomenda-se a preservação e/ou recuperação da vegetação original nas encostas e nas cabeceiras de drenagem, além das atividades econômicas serem desenvolvidas com práticas conservacionistas para prevenir a erosão dos solos altamente suscetíveis.

As Planícies Flúvio-Marinhas - compreendem um conjunto de formas de relevo geradas por uma interação de processos fluviais, lagunares e marinhos. Localiza-se restritamente junto à linha da costa e torna-se mais expressiva ao longo dos baixos cursos dos principais rios da região. Possuem dominância dos solos Aluviais, Gleis e Areias Quartzosas Hidromórficas. São classificadas em:

a. Unidade Planícies Fluviais: situadas nos fundos de vales dos principais rios, consistem de depósitos arenosos ou argiloarenosos, embutidos em vales encaixados em "U", frequentemente inundáveis. Abrangem as feições consideradas as mais sensíveis do meio físico. Os vales apresentam grande potencial erosivo, ampliado devido à ação antrópica como a pastagem, o desmatamento da mata ciliar, a extração de areia do leito dos rios, o despejo de agrotóxicos provenientes da agricultura, o lançamento de esgotos da área urbana, a construção de aterros para ocupação urbana e obras de drenagem que modificam a estrutura dos rios.

b. Unidade Planícies Marinhas: apresentam superfície de microrelevo ondulado constituídas por praias e cordões arenosos depositados por ação marinha no sopé das falésias e nas desembocaduras dos rios. Apresentam erosões

marinhas em vários pontos do litoral. A vegetação original foi em grande parte degradada devido à especulação imobiliária. Ocorrem ainda nas áreas de falésias dos tabuleiros extração indevida de areia.

c. **Unidade de Planícies Interditais:** são as áreas de mangue, terrenos alagados com influência direta da salinidade marinha, situadas no litoral na foz dos principais rios como o Santo Antônio e João de Tiba. São áreas de grande fragilidade ambiental e sensíveis a ocupações em seu entorno. Os problemas ambientais identificados na região são causados, principalmente, pela ocupação irregular, instalação de aterros, lixo e efluentes domésticos.

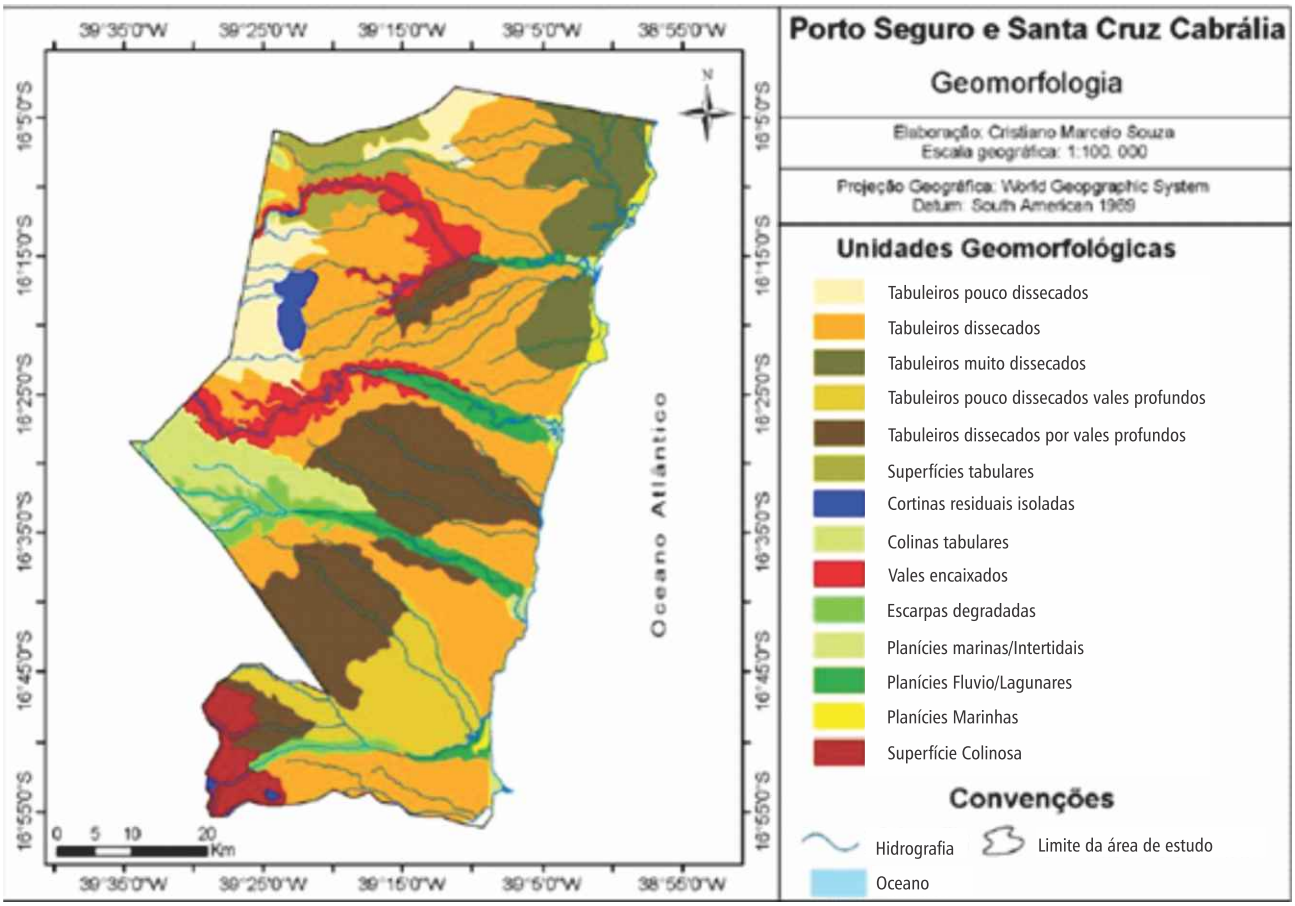
d. **Unidade Brejos:** são depósitos argilosos ou argiloarenosos, em áreas inundáveis, localizados nas imediações da foz dos grandes rios. São áreas altamente fragilizadas onde qualquer alteração põe em risco a sustentabilidade desse sistema.

A Figura 6 mostra as unidades geomorfológicas do município de Santa Cruz Cabrália.

Riscos de inundação e deslizamentos

Santa Cruz Cabrália está entre os municípios baianos onde foram realizados estudos para a análise de risco à deslizamentos e inundações. Esses estudos foram contratados pelo Ministério da Integração Nacional e está em desenvolvimento em municípios mais recorrentemente atingidos por desastres naturais. No município de Santa Cruz Cabrália foi identificado sete setores de risco, que abrangem uma área de 0,15 km²

FIGURA 6 | Unidades geomorfológicas dos municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro.



Fonte: Retirado do estudo de Souza *et al.*, elaborado por Cristiano Marcelo Souza

(PANGEA, 2014). Essas áreas de risco compreende eventos hidrológicos extremos (inundação/solapamento) e movimentos de massa (deslizamento/erosão). O relatório contento o levantamento realizado, a as análises de risco e a proposta de intervenção para prevenção em desastres encontra-se disponível no sitio eletrônico do Ministério da Integração Nacional (http://www.mi.gov.br/projeto-mapeamento).

Hidrografia

Santa Cruz Cabrália está inserida na Região de Planejamento e Gestão das Águas[16] IV - Rios Frades, Buranhém e Santo Antônio (Figura 7) e sua gestão é feita por meio do Comitê de Bacia Hidrográfica que leva o mesmo nome. O principal instrumento de gestão é o Plano de Bacia, responsabilidade do órgão gestor estadual, no entanto, até o momento não foi elaborado. Os principais rios do município são o rio João de Tiba, rio Camurugi, rio Santo Antônio e rio Pedra Branca (SEI, 2010).

O padrão de drenagem dominante é o dendrítico para os tributários de segunda ordem e, preferencialmente, paralelo para os cursos principais, onde ocorre certo paralelismo entre as calhas fluviais dos rios que correm no sentido oeste-leste. Essa direção dos cursos d´água se dá devido à topografia suave e a continua inclinação dos Tabuleiros Costeiros em direção a leste (Veracel, 2011). Na parte norte, correspondente a bacia do rio Santo Antônio, predomina o padrão de drenagem dendritico, indicando fraco controle estrutural (Lopes e Bonfim, 2000).

As principais microbacias são:

- Bacia do rio Santo Antônio
- Bacia do rio João de Tiba
- Bacia do rio Yaya
- Bacia do rio Mutari
- Bacia do rio Jardim

Os principais usos dos recursos hídricos estão relacionados ao abastecimento doméstico, irrigação de hortaliças e plantas frutíferas, pesca, recreação, proteção de comunidades aquáticas e dessedentação animal.

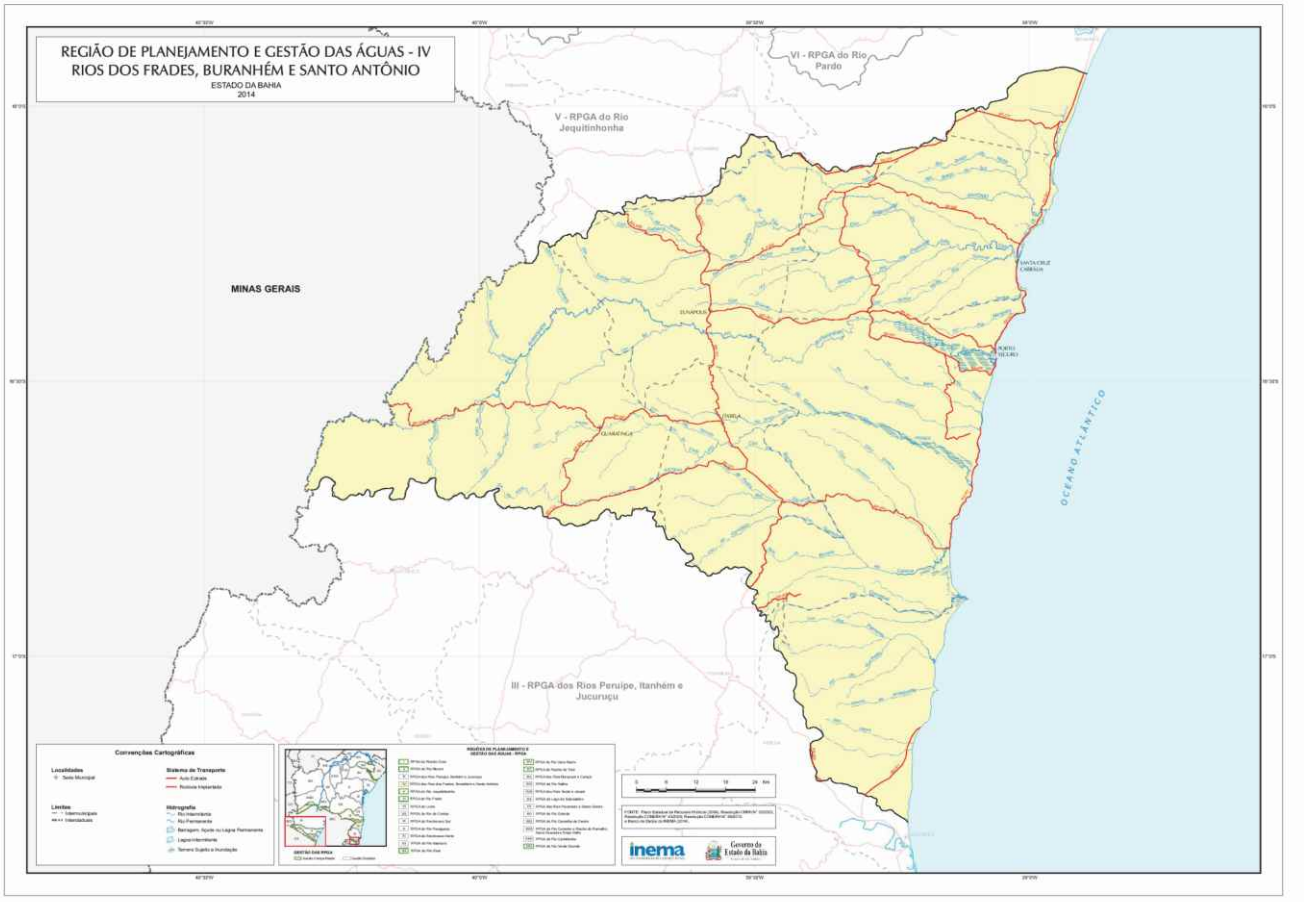
As principais fontes poluidoras estão relacionadas ao despejo de esgoto doméstico sem tratamento, lançamentos de efluentes líquidos de atividades industriais, uso inadequado de agrotóxicos, erosão nas cabeceiras, geração de sedimentos resultantes das atividades pecuárias, deposição inadequada de resíduos sólidos e sedimentos nas zonas mais baixas onde estão as captações de água.

Segundo informações coletadas nas oficinas participativas, foi apontado que a maioria dos rios está desprovida de mata ciliar. Os córregos Guaiú e os rios João de Tiba, Acerba, Yaya e Santo Antônio foram identificados no mapa falado como áreas com constantes desmatamentos de suas matas ciliares, fato que tem provocado assoreamento desses corpos d´agua. Os processos erosivos e, consequentemente, o assoreamento dos rios são potencializados pelas atividades de mineração sem planos de recuperação de áreas degradadas, desmatamento nas encostas e vales, aterros e barragens irregulares e pela expansão urbana desordenada.

Rio Yaya poluído - foto acervo Gambá

16. O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), aprovado pela Resolução CONERH n° 01/05, redefiniu a regionalização dos recursos hídricos para fins de gestão, tendo como base as unidades de gestão denominadas Região de Planejamento e Gestão das Águas (RPGAs).

FIGURA 7 | Mapa da RPGA IV



Fonte: INEMA

COBERTURA VEGETAL

No município de Santa Cruz Cabrália além da floresta ombrófila densa ocorre outros ecossistemas associados da Mata Atlântica, representados pelas formações vegetais de grande relevância biológica; como as florestas aluviais, as comunidades aluviais (representada pelos brejos, várzeas e alagados), as restingas, as mussununga e os manguezais.

Formações Vegetais

FLORESTA OMBRÓFILA DENSA

Esse tipo de vegetação está diretamente relacionado às condições climáticas tropicais, com ocorrência de temperaturas elevadas, em média 25°C, e alta precipitação, com chuvas bem distribuídas durante o ano, com períodos secos, variando de 0 a 60 dias. O termo ombrófila (de origem grega) significa "amigos da chuva", condição ecológica que define o tipo de vegetação presente nessas florestas, que se caracteriza por apresentar fanerófitos, lianas e epífitas em abundância.

A Floresta Atlântica é dividida, segundo resolução CONAMA 10/93, em Floresta Primária e Floresta Secundária, para fins de definição de seus estágios de sucessão da Mata Atlântica. As Florestas Primárias são aquelas que apresentam vegetação com grande diversidade biológica em que as ações antrópicas não provocaram significativas alterações em suas características originais de estratificação e diversidade biológica. As Florestas Secundárias apresentam vegetação resultante dos processos naturais de sucessão, após supressão total ou parcial da vegetação primária, seja por causas naturais ou ações antrópicas, podendo ocorrer espécies remanescentes de vegetação primária.

Santa Cruz Cabrália ainda resguarda importantes fragmentos florestais, localizados na RRPN Estação Veracel e na Fazenda Macadâmia, que mantêm as características de florestas primárias (Veracel, 2011). Algo extremamente raro nos dias atuais na região, que tem como tipologia vegetal dominante as florestas secundárias, pois a grande maioria dos fragmentos já passou por alguma atividade extrativista, principalmente extração madeireira.

As **Florestas Secundárias** são classificadas de acordo com seu estágio de regeneração (avançado, médio e inicial), conforme a resolução CONAMA 005/94:

a. Estágio avançado de regeneração: nessa tipologia encontram-se os remanescentes florestais que apresentam fisionomia arbórea, formando dossel fechado e relativamente uniforme, com altura média superior a 12m e DAP (diâmetro de grande amplitude) superior a 18m. Possuem serrapilheira abundante, trepadeiras lenhosas e abundante diversidade biológica, se aproximando da vegetação primária. Na área territorial total de Santa Cruz Cabrália foi encontrado fragmentos, em estágio avançado de regeneração, em 20,75% do município.

b. Estágio médio de regeneração: a fisionomia arbórea e/ou arbustiva predomina sobre o estrato herbáceo, podendo constituir estratos diferenciados. A cobertura arbórea varia de aberta a fechada com ocorrência eventual de indivíduos emergentes. Epífitas e trepadeiras, predominantemente, lenhosas estão presentes, bem como um sub-bosque e serrapilheira e significativa diversidade biológica. 19,75% da extensão do território de Santa Cruz Cabrália apresentam fragmentos de Mata Atlântica neste estágio.

c. Estágio inicial de regeneração: caracteriza-se por apresentar fisionomia herbáceo/arbustiva de porte baixo com cobertura vegetal de fechada a aberta. Espécies lenhosas com distribuição de pequena amplitude, epífitas representadas por líquens, briófitas e pteridófitas com baixa diversidade, além de trepadeiras herbáceas (quando existentes) são encontradas nesse estágio. Serrapilheira ocorre em camadas finas e pouco decom-postas (quando existente). Há ausência de sub-bosque e diversidade biológica variável com poucas espécies arbóreas, podendo apresentar plântulas de espécies características de outros estágios. 7,54% da área do município encontra-se neste estágio.

Uma característica das florestas da região é a significativa presença e abundância de piaçaveiras, espécie endêmica da Bahia, (*Attalea funifera*), provavelmente, pela ocorrência de solos mais arenosos nessa região dos tabuleiros.

COMUNIDADE ALUVIAL ARBÓREA

Essa tipologia florestal acompanha os leitos dos rios, também denominada de "Mata Ciliar". Caracteriza-se por apresentar macro, meso e microfanerófitos de crescimento rápido geralmente de casca lisa, tronco cônico, com a forma de botija e raízes tabulares.

No município ainda são encontrados importantes fragmentos nos vales do rio João de Tiba, sendo

um dos maiores remanescentes contínuos desta tipologia encaixados em seu vale (Veracel, 2011).

Os brejos apresentam vegetação típica, representadas por espécies do gênero *Typha* (Taboa), com espécies do gênero *Cyperus* e *Juncus*, além das Famílas *Melastomataceae*, *Salvinaceae*, *Pontederiaceae*, *Nymphaeceaceae*, *Leguminosae* e *Alismataceae*. A comunidade aluvial arbórea está presente em 1,55% do município.

Para fins de mapeamento, foi definida outra classe de cobertura vegetal – **Campo Úmido degradado** – que se refere à vegetação herbáceo arbustiva que ocorrem em condições degradadas, e que outrora seria ocupada pela comunidade aluvial arbórea. A degradação nessas áreas ocorre de forma geral, principalmente, pela ocorrência de drenagem das áreas alagadas para a conversão em pastagens. Essa tipologia de vegetação herbáceo arbustiva ocupa 0,88% da área total do município.

RESTINGAS

As restingas são complexos de vegetação compostos por formações florestais, arbustivas e campestres desenvolvidas sobre depósitos arenosos marinhos e continentais do Quaternário. As diferenças fitofisionômica e estrutural destas diversas comunidades vegetais devem-se à diversidade dos ambientes ecológicos variáveis dentro do microrrelevo. Na faixa praiana, estabelece-se vegetação com espécies herbáceas colonizadoras, à medida que se afasta do mar predominam espécies arbustivas e arbóreas.

A restinga do município de Santa Cruz Cabrália compreende áreas dos três ambientes de restinga. A vegetação de restinga com espécies herbáceas (campos de restinga) está presente em uma área de 0,26 % do município, apresenta espécies que suportam condições extremas como alta temperatura do solo, salinidade, escassez de água e nutrientes e ventos constantes. As famílias *Poaceae* e *Cyperaceae* são predominantes nas formações campestres, também são comuns *Asteraceae, Convolvulaceae* e *Leguminosae*. A restinga arbustiva está presente em 0,2% do município. As famílias mais comuns e com maior riqueza de espécies nas formações arbustivas são dentre outras, *Myrtaceae, Leguminosae, Orchidaceae, Rubiaceae, Bromeliaceae, Arecaceae, Melastomataceae* e *Euphorbiaceae*. Em 0,35% do município encontra-se vegetação de restinga arbórea. Nessa região ocorrem espécies de orquídeas e bromélias *Aechmea blanchetiana, Aechmea bromeliifolia,Vriesia spp*. As famílias botânicas com maior abundância e riqueza de espécies são *Myrtaceae, Leguminosae, Rubiaceae, Lauraceae, Annonaceae* e *Sapotaceae*.

Na restinga de Santa Cruz Cabrália são encontrados alguns gêneros de *Poaceae (Axonopus e Chloris), Cyperaceae (Cyperus e Rhynchorpora), Aracaceae (Allagoptera, Attalea, Bactris), Eriocaulaceae (Paepalanthus e Syngonanthus), Bromeliaceae (Aechmea, Hohenbergia e Vrisea), Fabaceae (Andira, Canavalia, Desmodium, Stylosanthes), Caesalpiniaceae (Chamaecrista, Macrolobium),*

Foto: arquivo GAMBÁ

Mimosaceae (Mimosa, Schrankia), Erythroxylaceae (Erythroxylium), Malpighiaceae (Brysonima, Stigmaphyllum), Polygalaceae (Polygala), Sapindaceae (Cardiospermum, Cupania, Paulinia, Serjania), Dilleniaceae (Davilla), Cactaceae (Cereus), Lythraceae (Cuphea), Myrtaceae (Eugenia, Myreia e Psidium), Apocynaceae (Hancornia, Mandevilla), Asclepiadaceae (Blephorodon, Ditassa, Oxypetalum), Solanaceae (Solamum), Convolvulaceae (Ipomoea), Rubiaceae (Borreria, Guettarda, Mitracarpus), Asteraceae (Aspilia, Calea, Baccharis, Mikania e Vernonia) (Plano de Manejo APA Santo Antonio, 1996).

MUSSUNUNGAS

As mussununga são formações vegetais extremamente peculiares que ocorrem em meio à paisagem de Mata Atlântica dos tabuleiros de rochas sedimentares do Grupo Barreiras (Meira-Neto et al., 2005). A fitofisionomia mussununga está associada a manchas de solos mais arenosos do tipo espodossolo. As mussununga se constituem em um importante ecossistema com alto grau de endemismo (Fine et al. 2010). No entanto, essas regiões são confundidas com áreas degradadas de Mata Atlântica, fato que dificulta sua proteção legal e potencializa intervenções antrópicas, como ocupação humana, extração de areia, uso para atividades agropastoril, entre outras.

Entre as espécies que podem ser encontradas na região de mussununga destacam-se as espécies arbóreas aderninho (*Casearia commersoniana*), pau-pombo (*Tapirira guianensis*), carobinha (*Jacaranda obovata*), ipê-amarelo (*Tabebuia róseo-alba*) e óleo-comumbá (*Macrolobium latifolium*). Nos estratos inferiores são encontradas espécies das famílias *Asteraceae (Achyrocline, Acritoppappus, Baccharis, Aspilia, Eremanthus, Lychnophora, Stilpnopappus* e *Vernonia)* e *Euphorbiaceae (Croton, Phyllanthus e Sebatiana)* e espécies como titara *(Desmoncus orthancanthos)* e capim-canarana *(Echinochloa polystachia)*. No município de Santa Cruz Cabrália são encontradas manchas de mussununga que somadas correspondem a 0,86% área total do território.

MANGUEZAIS

Foto: arquivo GAMBÁ

O manguezal é uma formação vegetal muito especializada que ocorre ao longo dos estuários, adaptada ao substrato salino e lodoso, a salinidade variável (recebe constante influência da maré) e a falta de oxigênio e de nitrogênio no solo. As árvores que predominam são o mangue vermelho (*Rhizophora mangle*) e, nas partes mais salinas, o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue siriúba (*Avicenia schaueriana e A. germinans*). São ambientes de grande importância ecológica e econômica, sendo berçário de grande número de peixes e crustáceos marinhos tendo suma importância para os recursos pesqueiros da região. Santa Cruz Cabrália possui áreas de manguezais que totalizam 0,52% do município, com destaque para os mangues localizados nos rios João de Tiba e Santo Antônio.

Outros ambientes de relevância biológica no munícipio

Recifes de corais – Os ambientes recifais são as formações coralinas que se encontram submersas ou parcialmente emersas durante os períodos de maré baixa, na plataforma continental interna. São considerados, juntamente com as florestas tropicais, uma

das mais diversas comunidades naturais do planeta. Uma em cada quatro espécies marinhas vive nos recifes de coral, incluindo 65% das espécies de peixes. No litoral sul da Bahia estão localizados os maiores e mais ricos recifes de coral de toda costa brasileira. Na região ocorre uma formação coralina única no mundo, que são colunas recifais isoladas que crescem em forma de cogumelo, denominadas chapeirão. Em frente ao litoral de Santa Cruz Cabrália está localizada a formação recifal emergente denominada Coroa Alta, que abrange três grandes recifes. Recentemente, foi descoberto de uma formação coralina com aparência de coração, com uma estrutura de 400 metros de largura e até dez metros de profundidade. A presença de colônias de corais Montastrae cavernosa, com aproximadamente 2 metros de altura, indica uma idade aproximada de 350 anos de idade.
(www.coralvivo.org.br).

ESPÉCIES ENDÊMICAS, RARAS E AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Flora

Como apresentado no mapa de vegetação (Figura 8, página 62), o município possui importantes remanescentes de vegetação nativa e ecossistemas associados. Em levantamentos realizados em alguns fragmentos da região[17] foram identificadas a presença de espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção. No entanto, a maioria dos registros é de fragmentos da floresta ombrófila densa. Como a região possui uma diversidade de ambientes e ecossistemas associados à Mata Atlântica e em diferentes estágios de regeneração, se faz necessário levantamentos mais específicos.

Algumas espécies raras que se destacam no município são o *Jacaratia spinosa* (mamão-do-mato), *Carpotroche brasiliensis* (pau-de-cotia), *Myrciaria cauliflora* (jaboticaba), *Tabebuia serratifolia* (ipê-amarelo), *Cauepia eriantha* (oiti-mirim), *Genipa infudibriformis* (jenipapo-do-mato), *Anadenanthera colubina* (angico-branco), *Hymenea aurea* (jatobá), *Ilex sp* (vento-sul) e *Brosimum conduru* (conduru).

São consideradas espécies raras aquelas que apresentam área de ocorrência restrita, ou estão sob condições específicas e/ou quando apresentam baixa densidade. A presença de espécies raras pode ser utilizada como critério para a definição de áreas prioritárias para a conservação, uma vez que devem ser sítios de tamanho suficiente à manutenção dessas espécies (Giulietti, A.M *et al.*, 2009).

Para a listagem das espécies ameaçadas de extinção, foi verificada a Instrução Normativa n°

17. As informações referentes à ocorrência de espécies ameaçadas foram retiradas dos relatórios de monitoramento das Áreas de Alto Valor de Conservação (AAVC) da Veracel Celulose. As AAVC são áreas de propriedade da Veracel Celulose identificadas por possuírem características ambientais e ou sociais de grande importância para a preservação da Mata Atlântica. Em Santa Cruz Cabrália estão situadas a AAVC Cedro, AAVC Estação Veracel e a AAVC Sucupira, onde são monitoradas áreas de floresta de tabuleiro e mussununga (CASA da FLORESTA, 2011; 2012; 2013).

06/08 do Ministério do Meio Ambiente, que define a lista oficial das espécies de flora brasileira ameaçadas de extinção e a lista da IUCN, que define as espécies ameaçadas com ocorrência no Brasil. A Tabela 10 mostra algumas espécies endêmicas e/ou ameaçadas com registro no município.

Anadenanthera colubina - Foto: Reprodução Wikipedia

TABELA 10| Lista com algumas espécies endêmicas e ameaçadas de extinção encontradas em Santa Cruz Cabrália.

Nome Científico	Nome popular	Endêmica	IUCN*	IBAMA
Arapatiella psilophyla	Arapati	X	VU	-
Attalea funifera	Piaçava	X	-	-
Brosimum glaucum	Leiteira	X	-	-
Buchenavia pabstii	Pequi-izaías	-	EN	AM
Cariniana parvifolia	Jequitibá-cravinho	X	-	AM
Caesalpinia echinata	Pau-Brasil	-	EN	-
Chrysophyllum splendes	Bapeba	X	VU	-
Couepia schotti	Milho-torrado-folha-larga	-	VU	-
Compomanesia espiritosantensis		X	VU	-
Dalbergia elegans	Jacarandá	X	-	AM
Euterpe edulis	Palmito jussara	-	-	AM
Inga hispida	Ingá	X	VU	-
Manilkara paraju	Paraju	X	EN	-
Melanoxylon brauna	Paraju	-	-	AM
Micropholis crassipedicellata	Curuxiba	X	-	-
Mollinedia marqueteana	Orelha-de-boi	X	VU	-
Neomitranthes langsdorffii		X	VU	-
Ocotea odorífera	Canela- sassafrás	-	-	AM
Pouteria macahensis	Bapeba-feroz	X	EN	-
Pouteria pachycalyx	Bapeba	X	CR	-
Sclerolobium striatum	Inga-louro	X	VU	-

Fonte: Casa da Floresta, 2011; 2012; 2013.

* Grau de ameaça: VU=vulnerável; AM=ameaçada; CR=criticamente ameaçada; EN= em perigo

Outras espécies endêmicas registradas referem-se a várias espécies de bromélias encontradas em áreas de vegetação de mussununga, tais como *Aechmea pabstii, A. blanchetiana* e *Hohenbergia blanchetii*, e as orquídeas *Sobralia liliastrum* (encontrada apenas nas mussununga da região e em campinaranas amazônicas), *Catasetum spp* e *Cyrtopodium sp*.

Os trabalhos levantados apontam que a diversidade de espécies da região ainda é bastante representativa. No entanto, a região carece de mais estudos para compreender a dinâmica e o estado de conservação de seus ecossistemas.

Fauna

A região em que o município de Santa Cruz Cabrália está inserido, embora tenha passado por um intenso processo de fragmentação de seus remanescentes nativos, ainda resguarda uma diversidade de espécies significativa dos grupos faunísticos, principalmente de avifauna.

Sagui-de-cara-branca e *Bradipus torquatus*. Fotos: Paulo Chaves

Em relação à avifauna, há registros significativos de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. A *Birdlife*[24], por meio do Programa de Áreas Importantes para a Conservação das Aves (do inglês *Important Bird Areas-IBAs*), considera como IBA duas áreas no município: a RPPN Estação Veracel, pela ocorrência das espécies ameaçadas *Herpsilochmus pileatus* (chorozinho-de-boné), *Cotinga maculata* (crejoá) e *Glaucis dorhnii* (balança-rabo-canela), e uma área próxima ao município de Belmonte pelo registro de *Pyrrhura cruentata* (tiriba-grande), *Touit surdus* (apuim-de-cauda-amarela), *Cotinga maculata* (crejoa), *Cotinga xipholena atropurpera* (anambé-de-asa-branca) e *Myrmotherula urosticta* (choquinha-do-rabo-cinzento). Também há registros de ocorrência no município das espécies endêmicas da Mata Atlântica: *Procnias nudicollis* (araponga, ameaçada), *Myiornis auricularis* (miudinho), *Tangara brasiliensis* (cambada-de-chaves), *Tangara cyanomelas* (saíra-pérola), *Tangara seledon* (saíra-sete-cores).

Das espécies de mamíferos endêmicos destaca-se a presença de *Callithrix geoffroyi* (sagui-da-cara-branca), *Callicebus melanochir* (saua) e o *Chaetomys subspinosus* (ouriço-preto).

Em relação à herpetofauna, há registro de ocorrência no plano de manejo da RPPN Estação Veracel (2007) de espécies endêmicas da Mata Atlântica. Em relação aos anfíbios, há a presença das seguintes espécies: *Aplastodiscus ibirapitanga, Aplastodiscus pombali, Hylomantis aspera, Scinax argyreornatus, Eleutherodactylus bilineatus, Eleutherodactylus paulodutrai, Leptodactylus viridis, Chiasmocleis schubarti* e *Proceratophrys laticeps*. E dos repteis: o lagarto *Enyalius catenatus* e as serpentes *Chironius bicarinatus* (cobra-cipó), *Chironius laevicollis* (cobra-cipó), *Dipsas neivai* (dormideira), *Micrurus corallinus* (coral), *Micrurus ibiboboca* (coral),

24. BirdLife International trata-se de uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua com foco na conservação da natureza. Maiores informações consultar o sitio eletrônico http://www.birdlife.org/

A fauna da região sofre intensa pressão com a caça, queimadas e o desmatamento. A fragmentação dos habitats é uma ameaça à manutenção de populações viáveis em longo prazo, restringindo o fluxo gênico entre as populações. Há carência de inventários de diversos grupos biológicos, principalmente invertebrados, e daqueles de interesse para conservação devido ao grau de endemismo e ameaça de extinção.

É necessário fomentar a realização de pesquisas cientificas que avaliem o atual status, principalmente, das espécies de interesse para conservação.

Callicebus melanochir. Foto: Jacek Kisielewski

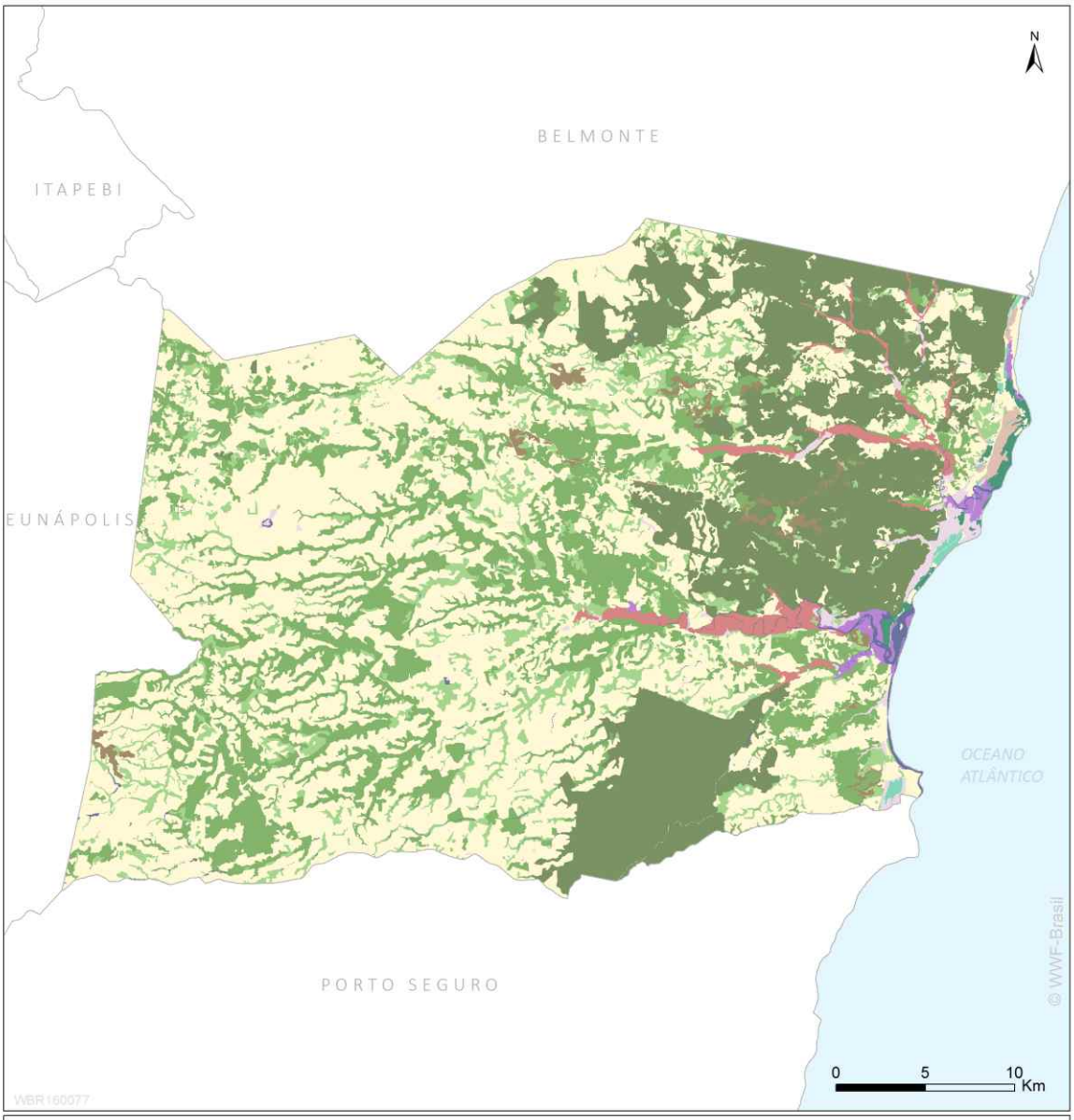
SITUAÇÃO ATUAL DA MATA ATLÂNTICA NO MUNICÍPIO

A Figura 8 (página 62) mostra a distribuição dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no município. Santa Cruz Cabrália apresenta significativos conjuntos de remanescentes de floresta ombrófila densa e ecossistemas associados. Atualmente, a vegetação nativa cobre aproximadamente 53% do território. Sendo aproximadamente 48% recobertos por floresta ombrófila densa, desse percentual a maior parte, 20,75%, em estágio avançado de regeneração. As áreas antropizadas ocupam 47% do município, aproximadamente, desprovidos de vegetação nativa.

Os maiores remanescentes florestais estão concentrados na parte leste do município, embora boa parte esteja em estágio avançado. Na parte oeste e central localizam-se manchas menores de vegetação nativa, fragmentadas entre plantações de eucalipto, pastagem e outras atividades agricolas. Nas áreas com pastagens, os fragmentos possuem, principalmente, vegetação em estágio inicial de sucessão. Nesse estágio sucessional a legislação ambiental mediante autorização prévia do órgão ambiental responsável, permite a supressão da vegetação, deixando essas áreas ainda mais vulneráveis. Além disso, são fragmentos de formato alongado, o que potencializa o efeito de borda, resultando no empobrecimento e inviabilidade do remanescente em longo prazo.

A maioria das encostas e matas ciliares está desprovida de vegetação nativa, potencializando os processos erosivos e assoreamento dos rios e, nas áreas ocupadas irregularmente pelas pastagens, isso é ampliado devido ao pisoteio do gado. O processo de assoreamento dos rios impacta os ecossistemas litorâneos e interioranos, além de alterar irreversivelmente as paisagens naturais. A destruição dos mananciais, além de impactar a quantidade e qualidade de água disponível, altera a balneabilidade das praias o que poderá, em médio e longo prazo, ameaçar a vocação turística da região por falta de atrativos.

FIGURA 8 | Mapa de distribuição dos remanescentes florestais e ecossistemas associados no município de Santa Cruz Cabrália



Vegetação Natural no Município de Santa Cruz Cabrália *

- Vegetação Florestal Avançada (20,75%)
- Vegetação Florestal Média (19,75%)
- Vegetação Florestal Inicial (7,54%)
- Mussununga/Campinarana (0,86%)
- Comunidade Aluvial Arbórea (1,55%)
- Manguezal (0,52%)
- Restinga arbustiva (0,2%)
- Restinga arbórea (0,35%)
- Campos de restinga (0,26%)
- Campo úmido degradado (0,88%)
- Corpo d'água (0,51%)
- Áreas Antrópicas (46,81%)

Área total do município: 146.163 ha

* Fonte do dado: Dado obtido do monitoramento independente da cobertura florestal das bacias setentrionais do extremo sul da Bahia (Ribeiro et al, 2015)

Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

Principais Pressões

Os remanescentes de Mata Atlântica e formações vegetais associadas vêm sofrendo atualmente pressões em consequência, principalmente, da expansão urbana desordenada, da especulação imobiliária e da expansão da pecuária extensiva, que não respeita as áreas de preservação permanente (encostas e mata ciliar) e expansão do monocultivo de eucalipto.

Nas oficinas participativas foram levantadas informações que indicam a ocorrência de desmatamento em áreas de restinga devido, principalmente, à especulação imobiliária e a empreendimentos turísticos. Segundo Timmers (2008), avalia-se que o modelo de desenvolvimento turístico proposto para a região e o zoneamento muito permissivo da APA Santo Antônio, no que se refere à ocupação da restinga, está incentivando a urbanização acelerada da faixa costeira, impactando ecossistemas litorâneos e interioranos.

Também foi apontado o desmatamento, com corte seletivo de madeira, no trecho que liga o povoado de Santo André ao Ponto Central, além de indicações de retirada de madeira para produção de artesanato. Os manguezais também foram apontados como áreas que sofrem pressão pelo desmatamento, ocupação urbana e extrativismo animal. Outras atividades citadas nas oficinas que causam pressão na Mata Atlântica foram a mineração (areia e cascalho), caça de animais silvestres e a extração predatória da piaçava (*Attalea funifera*).

Mapa Falado

O Mapa Falado (Figura 9, página 64) é a expressão viva do resumo feito acima em relação às pressões que os remanescentes de Mata Atlântica de Santa Cruz Cabrália vem sofrendo. Tomando como base as informações levantadas nas oficinas e interpretação geoespacial realizada com os sujeitos locais pode-se listas alguns desafios:

a. Controle do desmatamento.
b. Estudo, regularização e fiscalização da mineração.
c. Reconhecimento da produção agrícola oriunda da agricultura familiar como atividade econômica prioritária para o município.
d. Manejo sustentável na criação de gado para produção de leite e corte.
e. Redução dos impactos socioambientais das agroindústrias no município, a exemplo da indústria de celulose da Veracel e usina de álcool.
f. Combater o uso indiscriminado de agrotóxico.
g. Definição de regras de manejo para extração da piaçava.
h. Ordenamento do uso do solo em área marinho costeira.
i. Fiscalização da pesca de arrasto e uso de compressor.
j. Fiscalização e regulamentação do turismo náutico.
k. Combate à caça de animais silvestres.

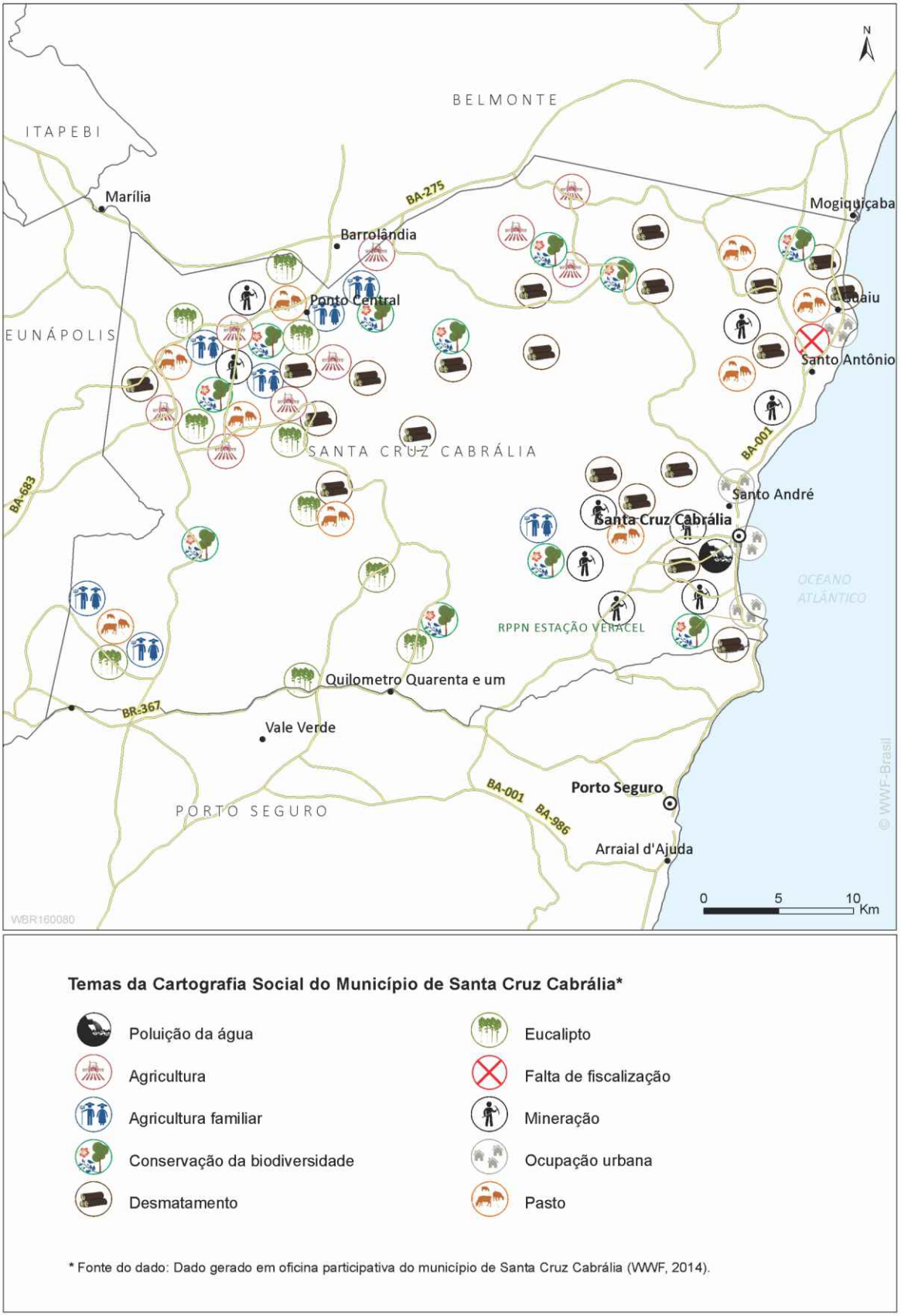
Análise do Cenário Atual

Com o objetivo de obter um olhar participativo sobre o diagnóstico, diversos atores sociais foram envolvidos em uma análise do cenário atual do município e dos principais fatores que impactam a conservação e o uso e ocupação do solo.

A metodologia utilizado foi a FOFA, onde a realidade atual é analisada e são citados livremente fatores que se mostram como Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças em relação à conservação e recuperação da Mata Atlântica. O processo construtivo permitiu, devido a diversidade de representação dos atores sociais, analisar amplamente o contexto interno e externo em relação à atual situação da Mata Atlântica.

No contexto interno, um olhar para as forças e fraquezas vividas no município que envolvem direta ou indiretamente as condições em que se

FIGURA 9 | Mapa Falado de Santa Cruz Cabrália



Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

encontra a Mata Atlântica. No contexto externo, foi possível identificar as oportunidades e ameaças presentes ou que estão por vir e que podem conservar ou atingir a Mata Atlântica.

Ao final do processo de análise, foi possível organizar as ideias comuns e definir os eixos temáticos que subsidiaram a elaboração do plano de ação.

FORÇA

- Existência de etnoturismo em área de Mata Atlântica
- Forte presença indígena e conhecimento tradicional
- Sistema Municipal do Meio Ambiente, com presença da CIPPA
- Brigada de combate a incêndio
- Presença de instrumentos de gestão territorial como Mosaico de Áreas Protegidas e Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
- Elaboração do PMMA, um instrumento de gestão municipal
- Presença da CEPLAC
- Rica biodiversidade e alta capacidade de regeneração
- Presença de áreas protegidas: RPPN, Parque Marinho de Coroa Alta, Reserva da Jaqueira, APA Cora Vermelha e APA Santo Antônio
- Áreas ainda preservadas com alta biodiversidade, em regiões de boqueirões tanto nas propriedades da Veracel, quanto em outras áreas do município

OPORTUNIDADE

- Desenvolvimento de campanhas de sensibilização através de educação ambiental em todo município, com ênfase nas escolas
- Criação de escola técnica com ênfase na agricultura
- Desenvovimento e apoio a projetos para agricultura familiar com base na agroecologia e construção de um mercado municipal para a venda da produção
- Fomento às políticas públicas para agricultura familiar, com ênfase nos programas PNAE e PAA nas escolas
- Criação de novas áreas protegidas, como o Parque Belmonte e RDS Piaçava e a RPPN Indígena
- Restauração com mudas produzidas pela comunidade local e distribuição gratuita pelo órgãos públicos aos proprietários rurais
- Expansão do viveiro de Coroa Vermelha / Capim Bará
- Elaboração do plano de manejo do Parque Marinho Coroa Alta
- Preservação da aldeia Mirapé que possui importantes remanescentes de restingas e mananciais de água
- Restauração das Áreas de Preservação Permanente
- Apoio a criação de cooperativas
- Ampliação e estímulo ao turismo ecológico
- Participação ativa da sociedade civil em conselhos de meio ambiente
- Fortalecimento institucional das organizações locais
- Gestão integrada entre os órgãos de meio ambiente, segurança pública, saúde e educação
- Implementação do PMMA
- Ampliação e intensificação da fiscalização dos órgãos e criação de uma delegacia ambiental
- Existência de uma ouvidoria pública ambiental
- Necessidade de aterro sanitário
- Implementação do CEFIR no município

FRAQUEZA

- Necessidade de educação ambiental nas populações ribeirinhas (com destaque ao Rio Yaya)
- Linhas de crédito agrícola sem adotar critério ambiental
- Abandono do Parque Marinho Coroa Alta
- Matas ciliares desmatadas
- Assoreamento no Rio Yaya
- Assoreamento de rios causados pelo desrespeito as áreas de APPs pelos produtores
- Presença de lixões
- Dificuldade de diálogo com o poder público para gestão da água
- Fiscalização ineficiente por parte dos órgãos públicos responsáveis
- Poluição dos rios
- Ausência de orientação para realizar denúncias
- Falta de apoio para atendimento de acidentes (transporte de eucalipto)
- Participação social
- Desativação proposital dos conselhos gestores das APAS
- Interpretação e ineficiência da aplicação da lei de crimes
- Caça predatória e comercialização
- Uso indiscriminado de agrotóxico, inclusive por meio da fumigação aérea
- Ausência de assistência técnica rural

AMEAÇA

- Uso de agrotóxico nas culturas de mamão e cana (glifosato)
- Ampliação do fomento do eucalipto
- Pesca de arrasto e compressor
- Ausência de incentivo e valor econômico para conservação
- Ampliação do terminal marítimo da Veracel e o impacto na biodiversidade marinha na rota da barcaça, em função dos ruídos, pode provocar impactos na fauna
- Exploração ilegal de areia
- Ocupação desordenada na Coroa Vermelha
- Especulação imobiliária no litoral
- Ineficiência da Estação de Tratamento de
- Esgoto da Embasa
- Exploração ilegal de madeira nativa para artesanato
- Turismo de impacto em Coroa Alta e Araripe

SANTA CRUZ CABRÁLIA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Esta parte do documento traz uma breve síntese do estudo realizado por Pereira *et al* (2013), visando contribuir com a análise de vulnerabilidade e a adaptação face às mudanças climáticas para o município.

Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE)

Com o intuito de reduzir a velocidade do avanço das mudanças climáticas, medidas de mitigação têm tomado um espaço cada vez maior nas discussões dos fóruns que tratam das mudanças climáticas, sendo o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima) um dos principais. Mesmo os cenários futuros mais otimistas preveem mudanças profundas no

clima, com efeitos que alterarão a maneira das pessoas viverem. Nesse contexto surgem as iniciativas de adaptação, que buscam preparar novas formas de viver, que sejam compatíveis com as condições que estão surgindo.

Segundo o IPCC, adaptação é um ajuste em sistemas naturais ou humanos para responder a efeitos das mudanças climáticas que já estejam sendo percebidos ou que sejam esperados, de modo que reduzam os prejuízos ou explorem oportunidades benéficas. São reconhecidos diversos tipos de adaptação, como antecipatória e reativa; privada e pública, autônoma e planejada; assim como adaptação baseada em comunidades e em ecossistemas.

A abordagem aqui proposta é a de adaptação baseada em ecossistemas, que visa fazer uso da resiliência[18] natural dos ecossistemas saudáveis para reduzir a vulnerabilidade das pessoas. Essa abordagem faz uso dos ecossistemas e dos serviços ecossistêmicos que eles proveem como parte de uma estratégia maior de adaptação para ajudar as pessoas e comunidades a se adaptarem aos efeitos negativos das mudanças climáticas em níveis locais, regionais e global. A adaptação baseada nos ecossistemas é o uso da biodiversidade e serviços ecossistêmicos como parte de uma estratégia para ajudar as pessoas a se adaptarem aos efeitos adversos das mudanças climáticas. A adaptação baseada nos ecossistemas usa a gestão, a conservação e a restauração de ecossistemas a fim de fornecer serviços que permitem às pessoas se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas.

Essa abordagem também traz diversos cobenefícios como, por exemplo, a manutenção e melhoria dos serviços ecossistêmicos cruciais para os modos de vidas das comunidades, como provisão de água e alimento. É considerada uma abordagem flexível, custo-efetiva e amplamente aplicável para reduzir os impactos das mudanças climáticas e uma boa ferramenta para planejamento. Além disso, medidas de adaptação baseada em ecossistemas são medidas de "não arrependimento", pois, mesmo que as mudanças climáticas não ocorram da forma e velocidade esperadas, as medidas de adaptação ainda trazem benefícios, o que não ocorre com outras estratégias de adaptação.

Projeto AbE na região

O projeto financiado pela Iniciativa Internacional do Clima "Adaptação Baseada nos Ecossistemas em regiões marinhas, terrestres e costeiras como forma de melhorar as condições de vida e conservação da biodiversidade frente às mudanças climáticas" está sendo desenvolvido no Brasil, na África do Sul e nas Filipinas.

No Brasil o projeto está sendo desenvolvido em regiões marinhas e terrestres que englobam toda a região entre as bacias hidrográficas dos rios Doce e Jequitinhonha e a região de Abrolhos. Esta região cobre uma área de 32.000 km^2 de ecossistemas terrestres e aproximadamente 46.000 km^2 de habitats marinhos.

Para identificar as estratégias de adaptação e conduzir intervenções nestes três países foi realizada uma análise de vulnerabilidade às mudanças climáticas, por meio do qual foram levantados os impactos das mudanças climáticas, analisadas as vulnerabilidades da região foco e sugeridas ações de adaptação baseadas nos ecossistemas.

Principais resultados gerais de vulnerabilidade às mudanças climáticas

Modelos climatológicos de precipitação e temperatura e modelos de balanço hídrico (déficit hídri-

18. Resiliência é a capacidade de retornar à sua funcionalidade após sofrer impactos.

co climático e evapotranspiração) em escala refinada para o domínio da Mata Atlântica foram desenvolvidos usando dados dos anos de 1971-2000 e com projeções para os anos de 2020, 2050 e 2080 (médias), com resolução de 100 m.

TEMPERATURA

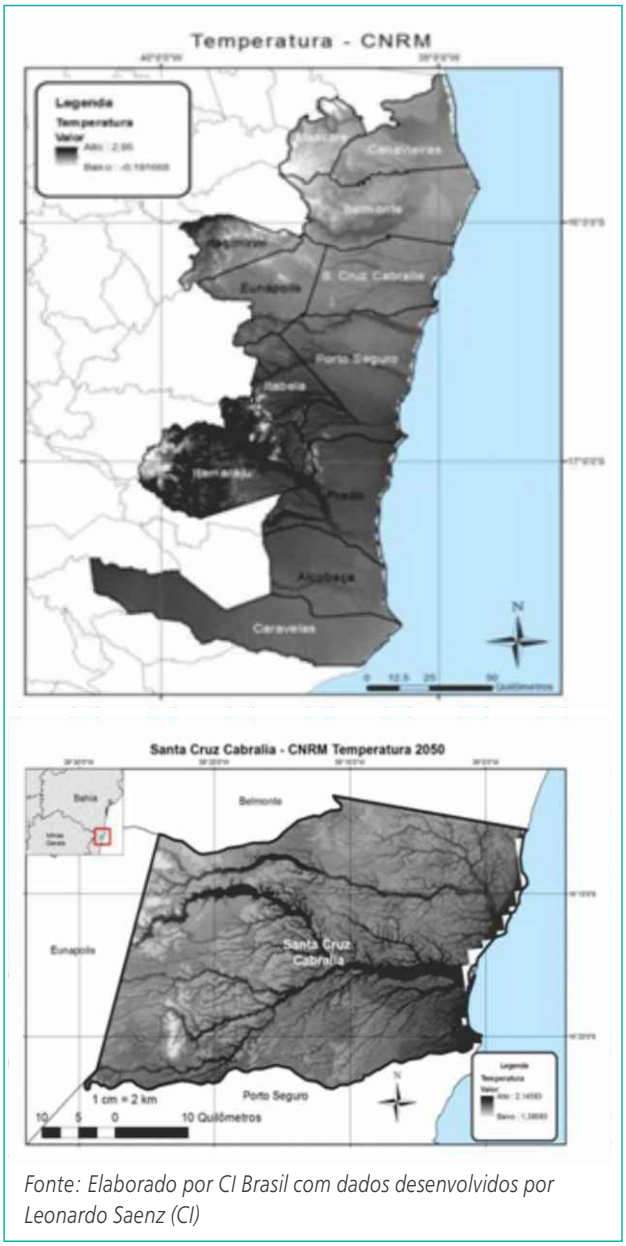
Os dados mostram que para a região estima-se um aumento de até 2,95°C até 2050. Esse aumento na temperatura média terá efeitos principalmente na agricultura e na disponibilidade hídrica. Dos municípios em questão, Itamaraju mostra o maior aumento previsto. Para Santa Cruz de Cabrália, o modelo mostra que a temperatura média pode aumentar até 2,1°C até 2050, principalmente na parte costeira.

Os modelos para alteração no regime de pluviosidade mostram uma tendência de aumento na região, com algumas áreas sofrendo redução, com destaque para a área oeste de Mascote, de Itagimirim e para o município de Prado. Alterações no regime de pluviosidade alteram também a deposição de sedimentos nos rios, nos cultivos agrícolas e na disponibilidade hídrica. O modelo mostra que a pluviosidade média para Santa Cruz de Cabrália tende a aumentar, sendo o aumento mínimo de 18 e o máximo de 43,9 mm até 2050, sendo o maior aumento previsto para a região costeira.

DINÂMICA OCEÂNICA E VULNERABILIDADE COSTEIRA À EROSÃO

Foi estudado o clima de ondas para a região e foram comparados os padrões de onda atual e o previsto para um aumento do nível do mar em 50 cm. Pode-se observar que as regiões costeiras próximas a recifes são as que mais sofrerão com o aumento da força de ondas em cenários de elevação do nível do mar, pois os recifes costeiros exercem uma função de "sombra" na área costeira, que fica mais protegida da força das ondas. O aumento das velocidades orbitais junto ao fundo acarretará em maior ressuspensão de

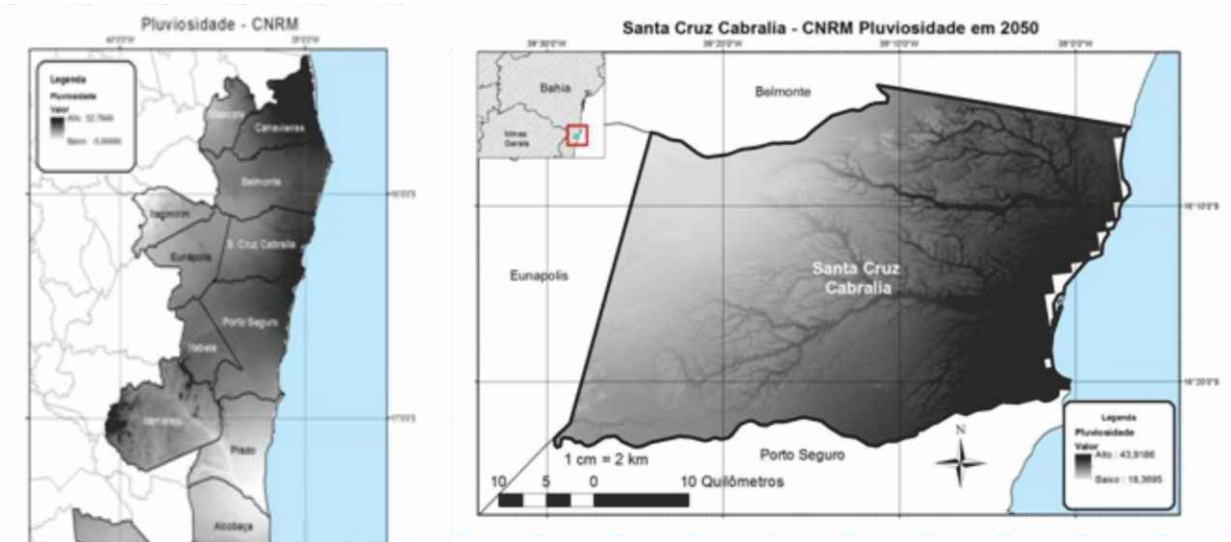
FIGURA 10 | Projeção de alteração na temperatura média em relação às médias históricas para 2050 (CNRM)



Fonte: Elaborado por CI Brasil com dados desenvolvidos por Leonardo Saenz (CI)

sedimentos no entorno dos bancos recifais, o que pode prejudicar o crescimento dos mesmos. Esse fator, somado às pressões não climáticas exercidas sobre os recifes, pode levar à sua degradação e consequente redução da proteção da costa. A erosão costeira já é percebida em diversas áreas e causa prejuízos econômicos, ambientais e sociais. Com as alterações no clima de ondas e com o aumento do nível do mar, as áreas hoje protegidas

FIGURA 11 | Projeção de alteração no regime de pluviosidade para 2050, em relação às médias históricas (CNRM)



Fonte: Elaborado por CI Brasil com dados desenvolvidos por Leonardo Saenz (CI)

pelos recifes costeiros são as que proporcionalmente sofrerão maior erosão. A proteção dos recifes de coral e dos ecossistemas costeiros pode ajudar a evitar esses prejuízos.

PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA (CLOROFILA-A)

A análise de produtividade primária foi feita usando resultados de modelos de frequência temporal da concentração de clorofila-a, as variações de temperatura, salinidade e velocidade das correntes e a intensidade do vento. Foram analisados dois cenários (A2 e B1) que projetam aumento de temperatura da superfície do oceano e, provavelmente, da quantidade de calor das camadas em mistura. Esse aumento de temperatura vai refletir numa alteração do padrão dos ventos. Os cenários sugerem uma diminuição no vento paralelo à costa, ou seja, ao longo do eixo principal da Corrente do Brasil. Atualmente, durante os meses mais quentes, há uma estratificação nas camadas de água causada pela diferença na densidade que é consequência do alto calor que irradia na superfície. Nos meses mais frios, essa diferença diminui e há a circulação da água, causando a mistura e disponibilizando nutrientes. Com alterações na temperatura do oceano, se espera que esse padrão sazonal também seja alterado, o que pode alterar a produtividade marinha.

Recomendações de adaptação às mudanças climáticas baseada nos ecossistemas

Mais estudos são necessários para que seja entendida toda a complexidade dos ecossistemas marinhos e terrestres e suas interrelações, e sobre mudanças climáticas e seus efeitos. No entanto, o que se sabe até o momento já é suficiente para reconhecer a necessidade de adaptação aos impactos das mudanças climáticas a fim de assegurar que os ecossistemas continuem provendo os serviços dos quais dependemos. As recomendações listadas a seguir foram indicadas

durante uma oficina de avaliação das vulnerabilidades às mudanças climáticas para a região. Além da abordagem de adaptação baseada nos ecossistemas, elas incluem também medidas de conscientização da população. A ordem dessas recomendações não significa priorização:

Implementar uma gestão sustentável e adaptativa da pesca: visa aumentar a capacidade da região para garantir a viabilidade das espécies de peixes e comunidades pesqueiras em longo prazo. No futuro imediato, ações de adaptação em resposta às mudanças climáticas devem incluir:

- implementar áreas de exclusão de pesca;
- implementar programas de monitoramento e manejo de pesca;
- proibir a pesca de espécies importantes para a resiliência dos ecossistemas;
- reduzir os impactos e aumentar a proteção de habitats marinhos críticos;
- implementar programas de capacitação para a comunidade de pescadores sobre as mudanças climáticas, seus prováveis impactos na pesca e nos habitats críticos para a pesca da região;
- em longo prazo, um plano de gestão da pesca, capaz de responder às mudanças e apoiado pela comunidade, deve ser implementado. O planejamento costeiro e o desenvolvimento de infraestrutura devem garantir a conservação e a capacidade adaptativa dos habitats críticos para os peixes.

Aumentar a resiliência dos recifes de corais: promover a sua resiliência em longo prazo é essencial para garantir o fornecimento dos serviços ecossistêmicos essenciais para as zonas costeiras da região. As principais ações são:

- implementação de áreas marinhas protegidas, fortalecimento das cooperativas de pesca e proibição da pesca de certas espécies de peixes;
- promover o turismo sustentável e não destrutivo dos recifes;
- monitorar a saúde dos recifes para subsidiar intervenções de AbE;
- diminuir os lançamentos de poluentes e esgoto no mar;
- capacitar governos locais e comunidades costeiras e pesqueiras sobre as mudanças climáticas, seus prováveis impactos sobre os recifes de corais e as espécies dependentes dos recifes;
- reduzir o carreamento de sedimentos pelos rios através da restauração e proteção das florestas.

Fortalecer o planejamento e gestão costeira: o planejamento e a gestão da zona costeira devem incorporar explicitamente os impactos das mudanças climáticas, especialmente as mudanças potenciais na linha da costa e nos padrões de erosão. Componentes importantes são:

- estabelecer um sistema de gestão da costa adaptativo e baseado nos ecossistemas;
- conservar e restaurar ecossistemas que protegem a linha da costa;
- identificar e proteger as áreas tampão adjacentes aos manguezais, apicuns e outros tipos de vegetação que permitam que esses ecossistemas possam migrar para o interior em resposta a um possível aumento do nível do mar;
- incorporar áreas de amortecimento em obras de infraestrutura e planejamento urbano ao longo da costa para reduzir o risco da erosão ou inundação. Reduzir a presença de infraestrutura e comunidades ao longo das zonas costeiras vulneráveis;
- educar gestores, alunos, comunidades tradicionais e pesqueiras e agentes de turismo sobre os prováveis impactos das alterações climáticas sobre a costa;
- garantir que o impacto das ações de engenharia de adaptação às mudanças climáticas seja avaliado antes da sua execução evitando impactos secundários indesejáveis nos padrões de erosão;
- implementar programas de monitoramento nos ecossistemas costeiros e nas atividades

socioeconômicas para garantir uma resposta eficaz aos impactos das mudanças climáticas.

Aumentar o valor de fragmentos florestais: implica na construção de incentivos para proteção, especialmente por meio do turismo, bem como a melhoria da integridade biológica das bordas dos fragmentos e o incentivo à criação de reservas particulares como forma de proteger e valorizar a floresta. Construir um turismo de floresta beneficia a economia regional e buscar um público interessado na conservação das florestas. Tais iniciativas devem incluir:

- apoiar o turismo em terras indígenas e outras áreas protegidas;
- construir infraestrutura para esse turismo;
- promover o turismo de floresta ligado ao turismo costeiro;

O aumento do valor das florestas pode ser realizado por meio de:

- plantio de espécies nativas e criação de habitats para os dispersores;
- proteção contra o fogo de árvores adultas e produtoras de sementes;
- aumento do orçamento das brigadas de incêndio;
- programas de cooperação com proprietários de terra para o controle do fogo e para a proteção de habitats importantes para dispersores de sementes.

A caça predatória, a introdução/invasão de espécies exóticas são práticas que devem ser inibidas e monitoradas, pois frequentemente provocam o desaparecimento de muitas espécies nativas e interferem em toda dinâmica dos ecossistemas naturais. Fragmentos devem ser prioritários para a restauração de bordas e expansão, pois os processos naturais de dispersão de sementes podem se tornar mais difíceis. A restauração artificial, que tem custo muito alto, pode vir a ser necessária em meados desse século para reconstituição das bordas.

Assegurar a disponibilidade de água doce: a proteção de áreas florestais que interceptam a umidade da neblina é necessária para se adaptar tanto à seca que pode ocorrer no futuro quanto para reduzir a sedimentação e assoreamento dos cursos d´água caso a precipitação aumente. Como o percentual de desmatamento na região já é elevado, os incentivos ao "desmatamento zero" devem ser implementados. A conservação dessas áreas pode contribuir para manter a disponibilidade de água, para isso se recomenda:

- identificar áreas que são mais vulneráveis ao desmatamento, mesmo as localizadas em propriedades privadas;
- desenvolver acordos de conservação com esses proprietários.

A proteção e recuperação de áreas florestais ao redor dos cursos d´água irão contribuir para manter a disponibilidade e a qualidade da água, além da diminuição do assoreamento e sedimentação. As principais ações são:

- desenvolvimento de planos municipais de proteção e restauração da Mata Atlântica (PMMA);
- restauração e reconexão das florestas;
- diálogo com proprietários de terra dispostos a restaurar áreas florestais;
- pagamento pelos serviços de provisão de água em algumas localidades.

Em áreas com déficit hídrico, a água subterrânea desempenha um papel fundamental na manutenção da vegetação já que o déficit hídrico pode comprometer a manutenção dos fragmentos florestais importantes e contribuir para a intrusão de água salgada no sistema. Ações incluem:

- planejamento cuidadoso de novas áreas de plantio de monoculturas;
- adoção de cultivos e de práticas agrícolas que visem à conservação da água;
- uso de espécies nativas para o reflorestamento;
- monitoramento da água subterrânea em áreas sensíveis.

PROPOSTA DE AÇÃO

Baseado no diagnóstico e na FOFA (Análise do Cenário Atual, página 65), os participantes foram estimulados a explicitarem seus sonhos para região e com isso foi estabelecida a visão de futuro, projetando um cenário para a Mata Atlântica daqui a dez anos.

Para alcançar o cenário de sustentabilidade, previsto na visão de futuro, foi construído um plano de ação estruturado em 5 eixos temáticos que orientaram a definição das diretrizes estratégicas e as ações, que juntas constituíram o plano de ação deste PMMA:

EIXOS TEMÁTICOS

1. educação ambiental
2. negócios ambientais
3. conservação da sociobiodiversidade
4. gestão ambiental compartilhada
5. planejamento rural sustentável

VISÃO DE FUTURO

Em 2026, a Mata Atlântica do município de Santa Cruz Cabralia será exuberante, com 70% das nascentes, boqueirões, matas ciliares e áreas estuarinas restauradas com as leis ambientais aplicadas e respeitadas. A agricultura familiar e pesca artesanal estarão fortalecidas, a educação ambiental presente nas escolas urbanas e rurais, a coleta seletiva como uma prática incorporada, tendo como princípio norteador a participação social.

PLANO DE AÇÃO

O plano de ação do município de Santa Cruz Cabrália foi elaborado coletivamente junto à comunidade em uma oficina participativa.

Entre as ações propostas neste PMMA, 24 delas (destacadas por setas), podem ajudar na redução da vulnerabilidade à mudança do clima. Estas ações são medidas de Adaptação baseadas em Ecossistemas, pois respaldam-se no aproveitamento da capacidade que os sistemas naturais têm para auxiliar na adaptação humana frente à mudança do clima, utilizando-se dos serviços que estes prestam. A análise de vulnerabilidade à mudança do clima, realizada para a Costa do Descobrimento e a região de Abrolhos pela Conservação Internacional (CI), serviu de base para as informações sobre mudança do clima e Adaptação baseada em Ecossistemas, que por sua vez foram apresentadas e discutidas no processo de elaboração deste PMMA. A elaboração deste Plano Municipal da Mata Atlântica considerando a mudança do clima é uma estratégia para reduzir a vulnerabilidade do município, principalmente por meio de Adaptações baseadas em Ecossistemas, ou seja,

buscando nos serviços ecossistêmicos condições para melhor lidar com a mudança do clima e seus efeitos. Junto a cada uma dessas ações, segue uma curta justificativa de como elas podem ajudar na redução da vulnerabilidade.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Diretriz estratégica 1. Envolvimento das comunidades através da participação social

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Criar uma câmara técnica de educação ambiental nos conselhos municipais de meio ambiente e de educação	Condema e Conselho de Educação	Veracel, Sebrae, UFSB, IFBA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ASCAE, ONGs	curto
Desenvolver atividades relacionadas às temáticas socioambientais, construindo um calendário anual	Condema	SMMA, Secretarias de Turismo, Cultura, Assuntos Indígenas, Agricultura e Pesca, Inema, ONGs, Veracel	permanente
Elaborar um programa de educomunicação	SMMA, Sec. de Educação e Sec. de Comunicação	Rádios Comunitárias, Embasa, Ministério Público, ONGs, Veracel, Condema	curto

Diretriz estratégica 2. Educação ambiental nas escolas

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Criar um departamento de educ. ambiental integrado entre as secretarias municipais de Meio Ambiente e Educação	SMMA e Secretaria de Educação	Condema, Conselho de Educação	curto

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Educação ambiental pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade à mudança do clima. É importante conhecer os fatores que levam à vulnerabilidade e usar os serviços ecossistêmicos no aumento da resiliência. Capacitações podem ser parte de estratégias de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE), aumentando a sensibilização de que conservação, restauração e uso sustentável de ecossistemas contribuem para reduzir a vulnerabilidade da sociedade. Dessa maneira, garantir que a temática seja trabalhada no programa de Educação Ambiental pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade.

NEGÓCIOS AMBIENTAIS

Diretriz estratégica 1. Fortalecimento das culturas tradicionais, visando a geração de emprego e renda

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Realizar um mapeamento e estudo técnico dos recursos naturais da região para fins de comercialização	Secretaria de Agricultura e Pesca	Cooperativa de Artes Pataxó, Gadap, Inema, ONG Mãos Amigas, Secretaria de Cultura, Secretaria de Assuntos Indígena	curto
Realizar um cadastro das associações e cooperativas que atuam com manejo sustentável	Secretaria de Agricultura e Pesca	Associação Projeto São Miguel, SMMA, Sebrae, Secretaria de Cultura, Secretaria de Assuntos Indígenas	curto
Organizar o sistema produtivo da cadeia de piaçava	Secretaria de Agricultura e Pesca	SMMA, Secretaria de Assuntos Indígena, Sebrae	médio

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O manejo sustentável dos piaçavais constitui uma estratégia de AbE, pois promove a cobertura e a proteção do solo, minimizando a sua perda, além de conter a erosão em regiões litorâneas que, segundo as projeções de mudança do clima e análise de vulnerabilidade, deverá aumentar nas próximas décadas. Um habitat importante para proteção costeira é a restinga, onde a espécie é encontrada em maior concentração. Dessa maneira, o seu manejo adequado dos piaçavais contribui para aumentar a resiliência desse sistema homem-ambiente, garantindo a geração de renda a médio e longo prazo para a população local que vive do extrativismo dessa palmeira e aumentando a resiliência das áreas costeiras à erosão.

Diretriz estratégica 2. Fortalecimento das associações cooperativas de artesanato, pesca, agricultura familiar e turismo

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Implementar um programa de capacitação em gestão de negócios socioambientais	Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Turismo	Sebrae, Prefeitura, Hotéis, Agências de Turismo, Cooperativa de Artes Pataxó	curto
Identificar as fontes de recurso para serem aplicados nas cooperativas e associações	Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Turismo	Sebrae, Prefeitura, Hotéis, Agências de Turismo, Cooperativa de Artes Pataxó	perma-nente

continua...

Continuação | Diretriz estratégica 2

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Incentivar a realização de feira de negócios socioambientais	Secretaria de Agricultura e Pesca, Secretaria de Turismo	Sebrae, Secretaria do Trabalho Emprego Renda e Esporte, SEAGRI, SDR, Comércio local, Hotéis, ABIH, Comunidade de Arte Pataxó	perma-nente

Diretriz estratégica 3. Valorização do artesanato local de modo sustentável e com manejo

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Cadastrar as famílias que desenvolvem a atividade do artesanato	Secretaria de Cultura e Secretaria de Turismo	SMMA, Secretaria de Assuntos Indígenas e de Agricultura e Pesca, Associações de Artesões	curto
Identificar matérias-primas para substituição do uso de madeira nativa	Secretaria de Agricultura e Pesca	SMMA, Secretarias de Cultura e de Turismo, Associações de Artesões	curto

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A extração da madeira nativa para a produção do artesanato é uma das principais causas do desmatamento na região, comprometendo assim a conservação de fragmentos florestais importantes. A mudança do clima pode agravar ainda mais os impactos sobre a conservação e regeneração desses fragmentos. Modelos de distribuição mostram que o número de espécies de dispersores vai diminuir consideravelmente. A perda dessas espécies pode comprometer ainda mais a habilidade das florestas em regenerar-se naturalmente. Esses fragmentos são fornecedores de serviços ecossistêmicos essenciais ao ser humano, entre eles provisão de água, proteção do solo, captação de neblina, manutenção da biodiversidade. Segundo projeções da mudança do clima, para o município de Santa Cruz Cabrália são esperados aumentos tanto de temperatura quanto de precipitação. Com alterações no regime hídrico e temperaturas mais altas, espera-se um aumento na frequência de queimadas, o que resultaria em uma vulnerabilidade ainda maior dos fragmentos. Neste sentido, a substituição da madeira nativa por outras matérias primas constitui uma estratégia de AbE, pois ajuda a reduzir a vulnerabilidade desses fragmentos, aumentando a resiliência dos mesmos e da população local que depende dos seus serviços ecossistêmicos.

Realizar oficinas de capacitação para aprimoramento do artesanato com enfoque no design e no uso de materias-primas alternativas à madeira nativa	Secretaria de Cultura	SMMA, Secretaria de Assuntos Indígenas e de Agricultura e Pesca, Associações de Artesões	curto
Estimular a participação dos artesãos em feiras regionais e nacionais para comercialização do artesanato	Secretaria de Cultura	SMMA, Secretaria de Assuntos Indígenas e de Agricultura e Pesca, Associações de Artesões	perma-nente

Diretriz estratégica 4. Fortalecimento do turismo no município

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Realizar inventário turístico do município	Secretaria de Turismo	SEBRAE, SENAC, EMBRATUR, Secretaria Estadual de Turismo, Bahiatursa	curto
Elaborar um programa de qualificação da mão de obra do trade turismo	Secretaria de Turismo	SEBRAE, SENAC, Secretaria Estadual de Turismo, EMBRATUR, Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, Bahiatursa	curto
Desenvolver campanha de valorização de Cabrália voltada para os moradores e comerciantes	Secretaria de Turismo e Secretaria de Comunicação	Secretaria de Cultura, Secretaria de Educação, SEBRAE, Secretaria Estadual de Turismo, Bahiatursa, Secretaria de Assuntos Indígenas	curto
Articular a requalificação da Praça do Cruzeiro	Condema	Secretaria de Turismo, Secretaria de Assuntos Indígenas, Igreja Católica (Arquidiocese de Euná-polis), SMMA, MP-BA	médio
Divulgar o patrimônio natural do município relacionado à Mata Atlântica	Secretarias de Agricultura e Pesca, Turismo e Meio Ambiente	SETUR/Ba, ICMBio, SEAGRI, SEBRAE, ONGs, INEMA, Veracel, IPHAN, MPF, MP-BA, Coral Vivo	curto
Organizar um programa de turismo ecológico na Bacia do Rio João de Tiba	Secretarias de Turismo e Meio Ambiente	Sebrae, Comércio local, Hotéis, ABIH, Comunidade de Arte Pataxó, Associação das Escunas, Associação das Escunas, CVC, Proprietários Rurais	médio
Realizar um estudo para estabelecer a capacidade de suporte de visitantes em Coroa Alta e Araripe	Secretaria de Turismo e SMMA	Coral Vivo, SPU, Marinha	curto

Diretriz estratégica 5. Estímulo ao turismo ecológico de base comunitária, considerando o etnoturismo

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Inventariar os potenciais turísticos de base comunitária	Secretaria de Turismo	SMMA, Secretaria de Agricultura e Pesca e de Assuntos Indígenas	curto
Realizar capacitação com as comunidades	Secretaria de Turismo	SMMA, Secretaria de Agricultura e Pesca e de Assuntos Indígenas, Sebrae	perma-nente
Apoiar as comunidades que já desenvolvem ações de turismo ecológico de base comunitária	Secretaria de Turismo	SMMA, Secretaria de Agricultura e Pesca e de Assuntos Indígenas, Sebrae	perma-nente

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O turismo ecológico ou ecoturismo está apenas começando no município. Como a região tem importantes unidades de conservação e um setor turístico já bem instalado, existe a oportunidade de ampliar e diversificar a atividade para as áreas terrestres do município, como Terras Indígenas. Incentivar o turismo ecológico nessas áreas, além de gerar renda, diminui a pressão turística nas praias e ecossistemas marinhos, como os manguezais e recifes de corais que já estão expostos a diversos sinais da mudança do clima (aumento do nível do mar, acidificação, aumento da temperatura da água, mudanças na dinâmica de ondas), além de fatores não climáticos (sobrepesca, exploração de óleo e gás, poluição e sedimentação). Ao mesmo tempo, esses ecossistemas fornecem serviços como proteção costeira e provisão de peixes que são essenciais para a manutenção da biodiversidade e das atividades pesqueira e turística na região. O estímulo ao turismo ecológico de base comunitária fortalecerá muitas comunidades tradicionais que atualmente dependem principalmente da pesca e extração de produtos florestais como parte de seus meios de vida, oferecendo alternativas sustentáveis para a geração de renda. Assim, constitui uma estratégia de AbE importante para a região, fortalecendo a resiliência climática da biodiversidade e das pessoas.

Diretriz estratégica 6. Fomento à pesca artesanal integrada à conservação do bioma marinho costeiro

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Identificar a cadeia produtiva da pesca artesanal	Secretaria de Agricultura e Pesca	SMMA, Secretaria de Assuntos Indígenas	curto
Elaborar e implementar um programa de capacitação para os pescadores e associações de pesca	Secretaria de Agricultura e Pesca	Bahia Pesca e Sebrae	médio

continua... Ver quadro Mudanças Climáticas na próxima página

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Com os impactos da mudança do clima, os pescadores artesanais serão fortemente atingidos, principalmente a pesca de subsistência ou pescadores que não têm fontes alternativas para manter os seus meios de vida. Sinais da mudança do clima incluem a acidificação e mudanças na dinâmica das ondas, assim como outras alterações que deverão impactar esta atividade produtiva ainda mais fortemente no futuro, segundo projeções climáticas. Práticas sustentáveis de pesca reduzem a pressão nos estoques pesqueiros e nos ecossistemas costeiros e marinhos, como manguezais e recifes de corais. Ações para promover a sua resiliência em longo prazo são essenciais para garantir que eles continuem a fornecer os serviços ecossistêmicos essenciais para as zonas costeiras, tais como proteção da costa contra erosões e tempestades, além de garantir a provisão de peixes e sustentar atividades turísticas. Assim, o fomento à pesca artesanal integrada à conservação das regiões marinho-costeiro constitui uma estratégia de AbE importante para o município.

CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Diretriz estratégica 1. Restauração das Áreas de Preservação Permanente

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Realizar o mapeamento e a restauração das APPs rurais e urbanas	SMMA	UFSB, IFBA, Comunidades Rurais, Sindicato dos Trabalhadores Rurais	médio
Fomentar a produção de mudas de espécies florestais nativas	SMMA, Sec. de Assuntos Indígenas	ICMBio, FUNAI, CEPLAC, Secretaria de Agricultura, Comunidades Rurais, Associações e Cooperativas, Veracel, Natureza Bela, Condesc	curto
Realizar campanha de sensibilização sobre restauração florestal com os proprietários rurais e comunidades	SMMA, Sec. de Assuntos Indígenas	ICMBio, FUNAI, CEPLAC, Secretaria de Agricultura, Comunidades Rurais, Associações e Cooperativas, Veracel, Natureza Bela, Condesc	curto

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Diante das projeções climáticas, a proteção e restauração recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APP) é de suma importância para o município e a região. Nascentes, cursos d´água e os topos de morro contribuem para o abastecimento hídrico da população local. Os mModelos climáticos mostram uma tendência de aumento do déficit hídrico para a região, em especial nos municípios costeiros. A implementação de programas de recuperação contribui para assegurar a provisão de água em quantidade e em qualidade suficiente. Além disso, a proteção e restauração de APPs reduz a velocidade das chuvas sobre as encostas, contribuindo a evitar deslizamentos de terra e enchentes. Em APPs costeiras, ações para recuperação podem também reduzir a vulnerabilidade das populações que vivem próximas a esses ambientes e dependem deles, oferecendo proteção contra erosões oriundos do aumento do nível do mar, tempestades, enchentes, manutenção dos estoques pesqueiros, além de promover o fluxo gênico das espécies.

Diretriz estratégica 2. Regularização da atividade minerária no município

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Realizar fiscalização e monitoramento da extração de areia, barro e cascalho	SMMA, INEMA, CIPPA	Condema, Condesc, Ministério Público	curto
Mapear as áreas passíveis para extração de areia	SMMA e INEMA	Condema, Condesc, Ministério Público,CIPPA	médio
Mapear as áreas degradadas e monitorar a execução dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)	SMMA, Secretaria de Assuntos Indígenas	Condema, Condesc, MP-BA,CIPPA	perma-nente

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) têm como objetivo promover a recuperação de áreas degradados pela mineração a uma forma de utilização sustentável de seus recursos ou a sua consearvação. Para tanto, estabelece-se um plano para a recuperação e conservação das áreas visando a obtenção de uma estabilidade ambiental. Em um contexto de mudança do clima, a promoção da adequação ambiental das áreas de mineração deve considerar atuais e potenciais impactos climáticos para as áreas e seu raio de influência, tanto biofísicos quanto socioeconômicos. Consequentemente, medidas adaptativas podem ser previstas na fase de elaboração do PRAD, para aumentar a resiliência das áreas e do seu entorno. A promoção de medidas de AbE neste contexto traz muitos co-benefícios para os proprietários rurais e a população local do entorno, através da conservação dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos provenientes das áreas consideradas pelo PRAD.

Diretriz estratégica 3. Adequação Ambiental das Propriedades

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Implementar o CEFIR no município	SMMA, Secretaria de Agricultura e Pesca	INEMA, Condesc, ONG's	médio
Apoiar a implementação dos Plano de Regularização Ambiental (PRA)	Secretaria de Agricultura e Pesca, SMMA	Veracel, SDR, STTR	curto
Realizar capacitação para adequação ambiental das propriedades	Secretaria de Agricultura e Pesca, SMMA	Veracel, SDR, STTR	curto

continua... Ver quadro Mudanças Climáticas na próxima página

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A adequação da propriedade rural procura diagnosticar as regularidades e irregularidades das propriedades agrícolas, como o uso e ocupação das APPs, a presença e o estado de degradação ou preservação de remanescentes de vegetação nativa dentro e fora de APPs. Além disso, são definidas metodologias diferenciadas de recuperação para cada uma das áreas. Em um contexto de mudança do clima, a promoção da adequação ambiental de propriedades deve considerar atuais e potenciais impactos climáticos, tanto biofísicos quanto socioeconômicos. Consequentemente, medidas adaptativas podem ser previstas na fase de elaboração dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (PRADA), para aumentar a resiliência da propriedade e do seu entorno. A promoção de medidas de AbE neste contexto traz muitos co-benefícios para os proprietários das terras e a população local do entorno, através da conservação dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos provenientes das áreas consideradas pelo PRADA.

Diretriz estratégica 4. Proteção do ecossistema marinho costeiro

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Mapear as comunidades de corais em outras áreas além do Pq. de Coroa Alta	Secretaria de Agricultura e Pesca, Sema	Secretaria do Meio Ambiente, ONGs, Coral Vivo	curto

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os recifes de coral são altamente vulneráveis à mudança do clima e seus efeitos. Na região, esses ecossistemas são essenciais para manter as cadeias de valor da pesca e do turismo, e para manter a proteção costeira. O monitoramento da saúde dos recifes de coral é essencial para o acompanhamento do estado dos mesmos e permitir seu melhor manejo, embasando medidas de adaptação baseadas em ecossistemas, como o estabelecimento de novas áreas protegidas ou o manejo específico de determinadas espécies. Aumentarndo a saúde e a resiliência dos recifes de coral é fator chave para proteger as populações que dependem deles e seus recursos.

Desenvolver ações para coibir a pesca predatória	Secretaria de Agricultura e Pesca e SMMA	Bahia Pesca, MP-BA, IBAMA, CIPPA	perma-nente

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A coibição da pesca predatória contribui para reduzir a pressão nos estoques pesqueiros e nos ecossistemas visitados, como os recifes de corais e manguezais. Isto é de suma importância em um contexto onde as alterações climáticas aumentarão ainda mais a pressão sobre esses ambientes no futuro. Os impactos da mudança do clima muito provavelmente atingirão a produção pesqueira, essencial como meio de subsistência na região, além de prejudicar a provisão de outros serviços ecossistêmicos, tal como a proteção da costa contra erosão.

Realizar um monitoramento dos Recifes de Corais *(Reef Check)*	Secretaria de Agricultura e Pesca, SMMA	Coral Vivo, Instituto Baleia Jubarte, Conservação Internacional, Ibama	perma-nente

continua... Ver quadro Mudanças Climáticas na próxima página

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os recifes de coral são altamente vulneráveis à mudança do clima e seus efeitos. Na região, esses ecossistemas são essenciais para manter as cadeias de valor da pesca e do turismo, e para manter a proteção costeira. O monitoramento da saúde dos recifes de coral é essencial para o acompanhamento do estado dos mesmos e permitir seu melhor manejo, embasando medidas de adaptação baseadas em ecossistemas, como o estabelecimento de novas áreas protegidas ou o manejo específico de determinadas espécies. Aumenta a saúde e a resiliência dos recifes de coral é fator chave para proteger as populações que dependem deles e seus recursos.

Diretriz estratégica 5. Criação e Implementação de Unidades de Conservação

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Elaborar Plano de Manejo do Parque Marinho de Coroa Alta	SMMA e Condema	Secretaria de Turismo, Marinha, UFSB, IFBA, INEMA, Condesc, Coral Vivo, Veracel, Condema	curto

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O manejo adequado de unidades de conservação marinhas é fundamental para aumentar a resiliência desses ambientes, altamente vulneráveis às mudanças do clima e seus efeitos, e ao mesmo tempo muito importantes para o modo de vida e geração de renda da população local. A elaboração de um Plano de Manejo que considere a mudança do clima e seus efeitos sobre a natureza e o homem pode contribuir para a redução da vulnerabilidade destas áreas protegidas e das populações que dependem dela.

Elaborar materiais informativos sobre a importância da conservação do Parque Marinho Coroa Alta	SMMA	Secretaria de Turismo, Marinha, UFSB, IFBA, INEMA, Condesc	curto
Realizar o revisão do plano de manejo das APAs Coroa Vermelha e Santo Antonio	INEMA	Condema, SMMA, MP-BA, Condesc	curto
Reativar os Conselhos das APAs Coroa Vermelha e Santo Antonio	Conselho das APAs e Condema	INEMA, SMMA, MP-BA, Condesc	curto
Exigir a nomeação do gestor da APA Santo Antonio	Conselho da APA Santo Antonio e Condema	Condema, SMMA, MP-BA, Condesc	curto
Articular a elaboração do plano de gestão territorial e ambiental das terras indígenas	Secretaria de Assuntos Indígenas e FUNAI	Superintendência de Assuntos Indígenas de Porto Seguro, Comunidade Indígena, IPHAN, CIPPA, Marinha, ICMBio, SMMA, INEMA, Comunidade pesqueira, Condesc	curto

continua...

Continuação | Diretriz estratégica 5. Criação e Implementação de Unidades de Conservação

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Elaborar o Plano de Manejo dos Parques municipal do Bicho Preguiça, Parque Burle Marx e Parque Vale da Carioca	Condema ASCAE	SMMA, Secretarias de Cultura e de turismo, Ministério Público	curto
Incentivar a criação de uma Reserva Extrativista Marinha	Sec.de Agricultura e Pesca, SMMA	INEMA, Ministério Público, Condesc, ICMBio	curto
Incentivar a criação de unidades de conservação públicas e/ou privadas nas áreas prioritárias para conservação	SMMA	INEMA, MP-BA, Condesc, ICMBio	perma-nente

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

As Unidades de Conservação (UC) são criadas para garantir a sobrevivência de animais e plantas (biodiversidade), os recursos genéticos e também para proteger os processos ecológicos. Além de permitir a sobrevivência dos animais e plantas, essas áreas podem contribuir com a prestação de serviços ecossistêmicos. Entre os serviços prestados por essas unidades, destacam-se: o abastecimento de mananciais, regulação do clima, proteção do solo, captação de neblina, manutenção da biodiversidade, conservação e recuperação dos recursos naturais necessários à sobrevivência das populações tradicionais, atividades de lazer, descanso e beleza cênica. Pelas projeções climáticas e análises de vulnerabilidade realizadas pela Conservação Internacional para a região, a mudança do clima põe em risco a provisão desses serviços. Para que a UC futuramente seja capaz de cumprir com os objetivos fixados e continuar provendo os vários serviços ecossistêmicos elencados, é fundamental que o seu plano de manejo seja elaborado considerando futuros impactos da mudança do clima para si como também para o seu contexto socioeconômico. Estas considerações podem ser identificadas através da análise de vulnerabilidade da UC, considerando também o seu entorno e as populações que ali residem. Com base nestas análises, medidas de Adaptação baseada em Ecossistemas (AbE) e ações que promovam a sua resiliência em longo prazo, podem ser incluidas no planejamento da unidade.

Diretriz estratégica 6. Criação e Implementação de Unidades de Conservação

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Fomentar parcerias com instituições para a realização de pesquisas cientificas para a geração de informações ambientais estratégicas	SMMA e Condema	Universidades, ONGs, Secretaria de Cultura	perma-nente

continua... Ver quadro Mudanças Climáticas na próxima página

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A geração e divulgação do conhecimento sobre a biodiversidade regional e como considerar e proteger os serviços ecossistêmicos é fundamental para garantir a viabilidade e sustentabilidade de medidas de AbE a nível municipal. Os ecossistemas apresentam importantes funções na adaptação das pessoas à mudança do clima (ex.: garantia do fluxo hídrico e proteção em caso de eventos climáticos extremos como em caso de enchentes e deslizamentos). O conhecimento sobre a biodiversidade deve ser constantemente aperfeiçoado e complementado, por exemplo com estudos e discussões contínuas, notadamente para que se apontem as vulnerabilidades dos ecossistemas em vista à mudança do clima, assim como a importância deles para reduzir a vulnerabilidade de populações à mudança do mesmo. A partir de então, é possível elaborar estratégias de adaptação com base na vulnerabilidade identificada.

GESTÃO AMBIENTAL COMPARTILHADA

Diretriz estratégica 1. Fortalecimento da gestão ambiental

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Elaborar e implementar procedimentos de integração dos órgãos ambientais	SMMA, MP-BA	CIPPA, INEMA, IBAMA, IPHAN, Capitania dos Portos, ICMBio, FUNAI, Secretaria de Assuntos Indígenas, Condesc	curto
Realizar oficina de capacitação para esclarecer a importância e atribuições do Conselho Municipal de Meio Ambiente	SMMA	CIPPA, Secretaria de Assuntos Indígenas, UFSB, Veracel, CEPLAC, ICMBio, Condesc, MP-BA, INEMA	curto
Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente	SMMA	MP-BA, Condesc, ONGs	curto
Criar uma câmara técnica no Conselho de Meio Ambiente para revisão e melhoria do arcabouço legal ambiental	Condema	MP-BA, Condesc, ONGs	médio

Diretriz estratégica 2. Fortalecimento da fiscalização ambiental

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Realizar fiscalização preventiva e integrada	SMMA	MPF, MP-BA, CIPPA. Policia Federal, Inema, IBAMA	curto
Estruturar os órgãos de fiscalização ambiental	SMMA	CIPPA, INEMA, ICMBio, IBAMA, MP-BA, Condesc	perma-nente
Fomentar a criação de brigadas de incêndio e estru-turar a Defesa Civil	Condema e Gabinete do Prefeito	MPF, MP-BA, CIPPA. Policia Federal, Inema, IBAMA	curto

Diretriz estratégica 3. Melhoria e ampliação do Saneamento Básico

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Acompanhar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico	Condema e Prefeitura	MP-BA, Condesc e Prefeitura	curto
Articular a implantação do aterro sanitário	Prefeitura e Condema	MP-BA, Condesc e Prefeitura	curto
Cobrar a melhoria do sistema de tratamento do esgoto	Condema e EMBASA	MP-BA, Condesc e Prefeitura	curto

Diretriz estratégica 4. Ordenamento de uso e ocupação do solo

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Revisar o Plano de Diretor Urbano (PDU) e integrá-lo ao PMMA	Sec. de Infraestrutura, Sec. do Meio Ambiente e Sec. de Obras	ONGs, Condesc, Condema	curto
Articular a elaboração do ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico) do município	Condema	Prefeitura, SMMA, ONGs	médio

PLANEJAMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Diretriz estratégica 1. Produção agropecuária com menor impacto socioambiental

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Fomentar o manejo sustentável da atividade agropecuária, com práticas agroecológicas	Secretaria de Agricultura e Pesca	SMMA, ADAB, BNB, Associação de agricultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, MLT, CEPLAC	médio
MUDANÇAS CLIMÁTICAS: O aumento das áreas de pastagem tem sido uma das causas da fragmentação florestal, fator que já vem tornando a regeneração mais custosa e que, com as mudanças climáticas, tende a se agravar. Práticas de manejo sustentável e a reestruturação de áreas que já foram convertidas em pastagens ajudam a evitar seu crescimento, pois permitem um maior rendimento na mesma área, o que representa um fator chave para a redução da fragmentação. Além disso, a recuperação de áreas degradadas é essencial para a proteção do solo que, em um cenário de chuvas mais concentradas, pode provocar erosões, a perda de solo, causando aumento da sedimentação e o assoreamento de rios. Dessa maneira, o manejo sustentável da pecuária contribui para a adaptação aos impactos previstos pela mudança do clima, promovendo a continuidade da atividade e gerando co-benefícios para outros setores, sem prejuízos na produção e gerando renda a longo prazo.			
Fomentar linhas de crédito para acesso às tecnologias sustentáveis de produção agropecuária	BNB e BB	Gabinete do prefeito, Secretaria de Agricultura e Pesca, STTR, ONGs	curto

Diretriz estratégica 2. Assistência técnica rural efetiva e eficiente

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Fortalecer a Secretaria de Agricultura e Pesca para ações efetivas de ATER	Secretaria de Agricultura e Pesca	SMMA, Gabinete do Prefeito, MDA, SDR, ONGs, Universidades, CEPLAC	curto

Diretriz estratégica 3. Valorização da produção da agricultura familiar

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Apoiar a construção de um centro de distribuição e venda de produção agropecuária	SMMA e Secretaria de Agricultura e Pesca	Veracel, SDR, STTR	curto

continua...

Continuação | Diretriz estratégica 3. Valorização da produção da agricultura familiar

Ação	Responsáveis	Parceiros	Prazo
Estimular a adoção de ações de conservação do solo e manutenção das estradas rurais	Secretaria de Agricultura e Pesca, SMMA, Secretaria de Obras	Veracel, SDR, STTR	médio
Incentivar a implementação de sistemas agroflorestais	Secretaria de Agricultura e Pesca, SMMA	Veracel, SDR, STTR, DERBA	perma-nente

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Sistemas agroflorestais ajudam na manutenção da biodiversidade, da segurança alimentar e na geração de renda das populações locais. Possibilitam a criação de fragmentos com maior biodiversidade e os cultivos podem ser mais resilientes às alterações causadas pela mudança do clima. O estabelecimento de florestas e agroflorestas com componente florestal diversificado ajuda na retenção de água, infiltração no solo e na proteção do solo contra a erosão, reduzindo a carga de sedimentos para os rios. Em um cenário de mudança do clima, esses benefícios são ainda mais importantes para redução da vulnerabilidade, além de constituir uma fonte de renda adicional para as comunidades.

PRIORIZAÇÃO DE ÁREAS PARA A CONSERVAÇÃO E A RECUPERAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Identificação de Áreas Prioritárias para a conservação e recuperação da Mata Atlântica no Extremo Sul da Bahia

Para a indicação das áreas prioritárias para a conservação e recuperação da Mata Atlântica do município de Santa Cruz Cabrália foi realizado um estudo que levou em consideração a direta relação entre a presença de cobertura vegetação natural e a disponibilidade de recursos hídricos, já que a água tem papel imprescindível na manutenção dos ecossistemas além de ser fator indispensável para as atividades antrópicas (Salati *et al*, 2006). Neste contexto, a perda ou alteração da cobertura do solo, aconteçam elas de forma natural ou antrópica, impactam negativamente no funcionamento hidrológico de uma bacia hidrográfica, podendo alterar a quantidade e qualidade deste recurso (Tucci & Clarke, 1997, Neary *et al*, 2009).

A partir destas considerações, para o desenvolvimento deste estudo foi aplicada uma abordagem que tem como principais componentes:

- Cobertura vegetal e uso do solo;
- Recursos hídricos;
- Biodiversidade endêmica.

Divisão do território

Para obter uma melhor divisão do território com o propósito de facilitar as ações locais, foi criada uma malha de Unidades de Planejamento (UPs) a partir da geração de microbacias (Figura 14). Estas foram geradas a partir do Modelo Digital de Elevação (Digital Elevation Model – DEM) de resolução espacial de 30m do projeto TOPODATA. Ao total a malha do município de Santa Cruz Cabrália possui 184 UPs, sendo que cada unidade corresponde a uma microbacia, com tamanho médio de 800 ha.

FIGURA 12 | Unidades de Planejamento (UPs) para o município de Santa Cruz Cabrália.

Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

Avaliação do potencial de conectividade (Percolação da Paisagem)

Para a avaliação de conectividade foi analisada a paisagem regional dos municípios do extremo sul considerando a extensão e localização dos remanescentes florestais nativos e os diferentes usos do solo que estão no entorno de cada remanescente.

Neste sentido os fragmentos florestais foram caracterizados de acordo com:

a. Sua extensão/tamanho e o contexto em que cada um se encontra;

b. O entorno do fragmento, de forma a avaliar o grau de isolamento. Em outras palavras, a capacidade de conexão desse remanescente com outras áreas naturais do seu entorno.

Alguns pressupostos foram adotados para esta análise:

a. Organismos, propágulos (sementes) e pólen podem percorrer certas distâncias entre os remanescentes florestais, garantindo processos relacionados à manutenção da diversidade biológica;

b. De forma genérica é possível dizer que a capacidade dos organismos, propágulos e pólen, em se deslocar pela paisagem é dependente da distância a ser percorrida e do tipo de ambiente que deve percorrer;

c. A permeabilidade dos ambientes antrópicos pode ser definida, de forma simplificada, pela sua estrutura vertical, sendo que ambientes mais parecidos com florestas (cabruca, por exemplo) apresentam maior facilidade de "percolação da paisagem[19]" quando comparado com ambientes totalmente abertos, como pastagens.

Foi utilizada como fonte de informação dos remanescentes florestais e usos do solo o mapeamento produzido por Ribeiro et al, (2015), com imagens de 2013. Para cada classe de uso do solo ou vegetação foi atribuído um valor de 0 a 10, de acordo com um potencial de percolação da paisagem hipotético, estabelecido pela estrutura vertical da vegetação ou área de uso. Assim, áreas florestadas ou com presença de adensamento de árvores receberam valores maiores que áreas abertas, sem a presença de árvores. A lista dos valores de cada tipo de uso e cobertura vegetal está apresentada na Tabela 11 (próxima página).

19. O limiar de percolação da paisagem, segundo METZGER (2010) "é a quantidade mínima de habitat necessária numa determinada paisagem para que uma espécie, que não tem capacidade de sair do seu habitat" possa cruzar o remanescente florestal de uma extremidade a outra, preservando assim seus hábitos naturais.

TABELA 11 | Valores de "percolação" para mapa de uso e cobertura florestal do solo

Vegetação Florestal Inicial	10	Agricultura perene - coco	5
Vegetação Florestal Média	10	Agricultura perene - mamão	5
Vegetação Florestal Avançada	10	Agricultura perene - maracujá	5
Restinga arbórea	10	Pasto Sujo	3
Manguezal	10	Agricultura anual	3
Cabruca	10	Agricultura anual - cana-de-açúcar	3
Restinga arbustiva	8	Pasto Limpo	2
Mussununga/Campinarana	8	Desmatamento recente	1
Comunidade Aluvial arbórea	8	Área degradada	1
Eucalyptus	7	Queimada	1
Seringal	7	Oceano	0
Afloramento rochoso/Campo rupestre	6	Outras classes	0
Campo úmido degradado	6	Urbana	0
Campos de restinga	6	Instalações rurais	0
Agricultura perene	5	Sistema viário	0
Agricultura perene - café	5	Mineração	0
Agricultura perene - citrus	5		

Fonte: Elaborado por WWF-Brasil

Após a atribuição dos valores o mapa de uso do solo foi sobreposto à malha de unidades de planejamento e foi feita a tabulação da área de cada valor de percolação. Dessa forma foi possível calcular um valor médio para cada microbacia. Os valores obtidos foram classificados em 4 classes, utilizando a função natural breaks, um algoritmo presente no software ArcGIS que faz um agrupamento com o melhor arranjo de valores em diferentes classes. A classe de maior valor (próximo a 10) representa áreas praticamente continuas de ambiente florestal, chamadas de "core" ou núcleo. Esta relação será direta quando se diz respeito à conservação, e inversa para a priorização de áreas para restauração. A classificação se dá como 'muito alta (4)', 'alta (3)', 'média (2)' e 'baixa (1)'.

Calculo de remanescente por unidade de planejamento

O dado de remanescentes naturais (RIBEIRO et al., 2015) foi utilizado também para o cálculo de percentual de remanescentes naturais por unidade de planejamento. O mesmo procedimento de classificação pelo *natural breaks* foi feito e cada UP ganhou uma classe de 1 a 4. As unidades que não apresentam remanescentes foram desconsideradas, anteriormente à classificação.

Uma determinada área tem a prioridade de conservação diretamente proporcional à quantidade de remanescentes naturais de Mata Atlântica que ela possui e quanto menos remanescentes tiver, maior será sua prioridade de restauração.

Avaliação de disponibilidade hídrica regional

Pensando em garantir o abastecimento do município, nesta análise foram consideradas, dentro da componente hídrica, as seguintes informações:

- Rios principais para abastecimento (Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália);
- Nascentes (SEI, 2013);
- Poços (SIAGAS/CPRM, 2015);
- Cenário de pluviosidade para 2050 (CI, 2014).

A disponibilidade de recursos hídricos foi dada pela soma das áreas de abastecimento do município, poços, nascentes e pluviosidade através dos passos a seguir:

1. Os rios principais de abastecimento foram transformados em áreas de abastecimento pegando as UPs que os cruzam. Atribuiu-se valor máximo para estas unidades;

2. Foi calculada a densidade de nascentes e de poços por unidade de planejamento para toda a grade de Ups;

3. Para os dados de pluviosidade, que são informações em formato raster, atribuiu-se o valor de cada pixel à UP e foi feito um somatório por unidade;

4. O resultado de cada dado foi classificado separadamente em 4 classes–'muito alta (4)', 'alta (3)', 'média (2)' e 'baixa (1)', de maior para menor quantidade respectivamente. Utilizou-se o algoritmo natural breaks, excluindo as unidades que tinham o valor 0. Uma exceção foi a informação de pluviosidade, que por ser um cenário traz consigo incertezas. É um dado que não necessariamente apresenta a realidade futura, mas é uma indicação, por isso considera-lo na análise. Assim aos valores do cenário de pluviosidade para 2050 foram atribuídos pesos menores – 0,25 a 1.

Temperatura

Outra variável climática considerada na priorização foi o cenário de temperatura para 2050 (CI, 2014). Sua classificação foi similar à do cenário de pluviosidade.

Biodiversidade

O componente biodiversidade também foi considerado na presente análise. Para inseri-la no estudo foram utilizadas bases de fauna e flora endêmicas para a região – (Lista Vermelha Biodiversitas, 2008; CNCFLORA Lista Vermelha, 2013). Selecionou-se todas as UPs que possuem pontos de ocorrência de espécies endêmicas e estas receberam classificação 4 (muito alta).

Compilação de dados e resultados - Áreas Prioritárias para Conservação & Áreas Prioritárias para Restauração

Os resultados das classificações de percolação da paisagem, disponibilidade hídrica, percentual de remanescentes por UP, biodiversidade e temperatura foram somados e resultado final foi gerado considerando duas situações:

1. Como priorizar pensando na conservação;

2. Como priorizar pensando na restauração.

No primeiro caso as camadas de remanescentes e percolação da paisagem tem classe mais alta para valores maiores, ou seja, áreas com mais remanescentes e com maior capacidade de percolação são mais prioritárias.

No segundo caso, quanto menos remanescente e menos potencial para percolação da paisagem uma área apresentar, maior será a prioridade em restaurá-la.

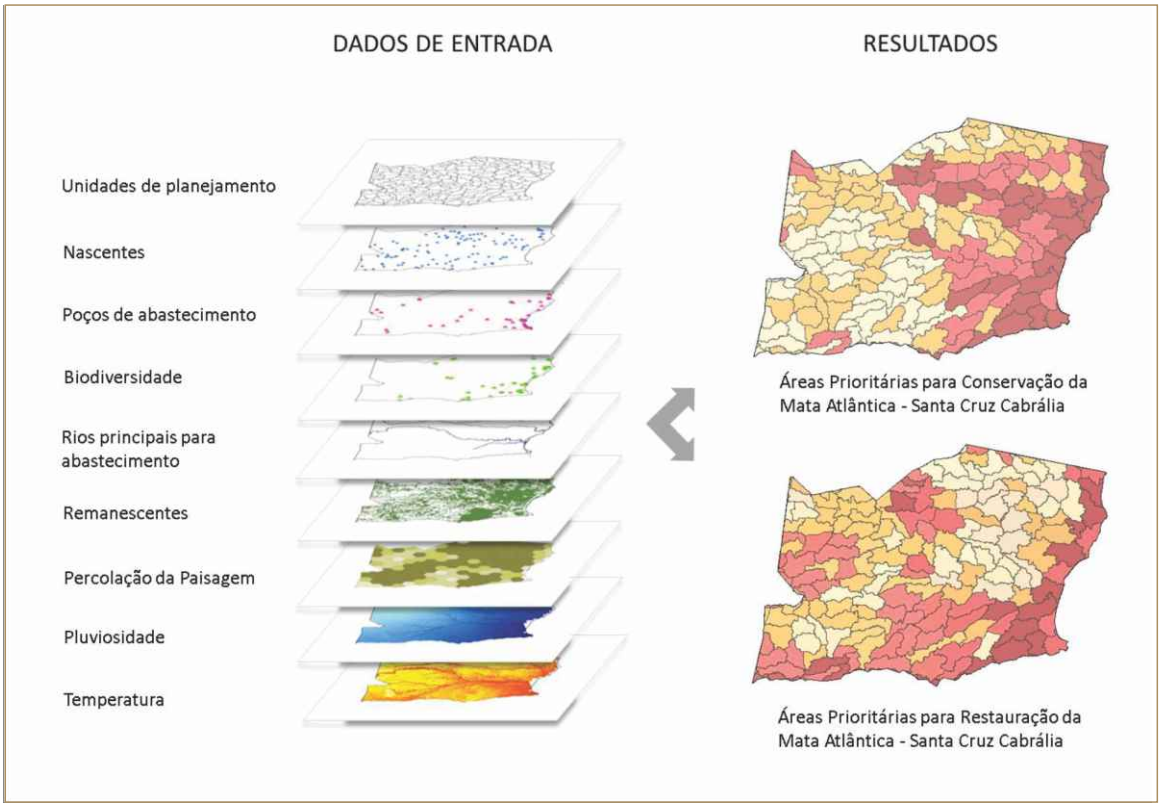
Os demais dados da análise foram considerados da mesma forma para os dois cenários acima.

Os resultados finais foi agrupados em 4 classes de prioridade –'muito alta (4)', 'alta (3)', 'média (2)' e

'baixa (1)'. Assim, chegou-se às áreas prioritárias para a conservação e restauração da mata atlântica no município de Santa Cruz Cabrália, conforme Figura 13.

centes existentes e, consequentemente, facilitar o fluxo genético entre as populações garantindo a biodiversidade local. Além disso, têm presença de espécies endêmicas de fauna e flora.

FIGURA 13 | Resultado do agrupamento de classes para Santa Cruz Cabralia

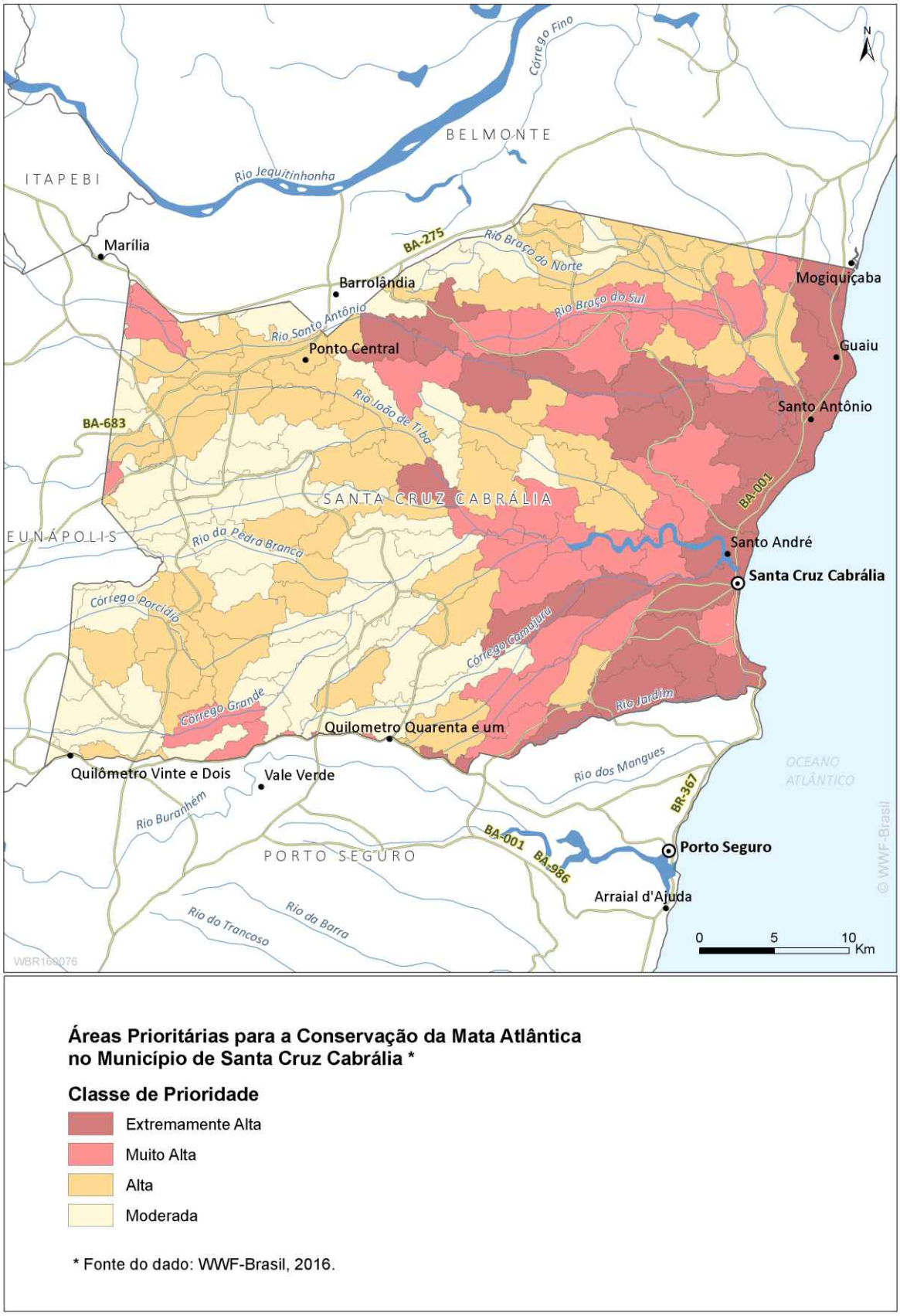


Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

As Figuras 14 e 15 mostram para o município de Santa Cruz Cabrália como estão distribuídas as áreas prioritárias para conservação e recuperação da Mata Atlântica, respectivamente. Isso quer dizer que nessas regiões, de acordo com o estudo realizado, encontram-se os fragmentos que devem ser prioritariamente conservados e/ou as áreas a serem restauradas que irão contribuir com a conservação dos recursos hídricos (levando-se em consideração os principais rios de abastecimento do município, poços, nascentes e cenário de pluviosidade). São áreas que irão contribuir com a manutenção e conectividade dos remanes-

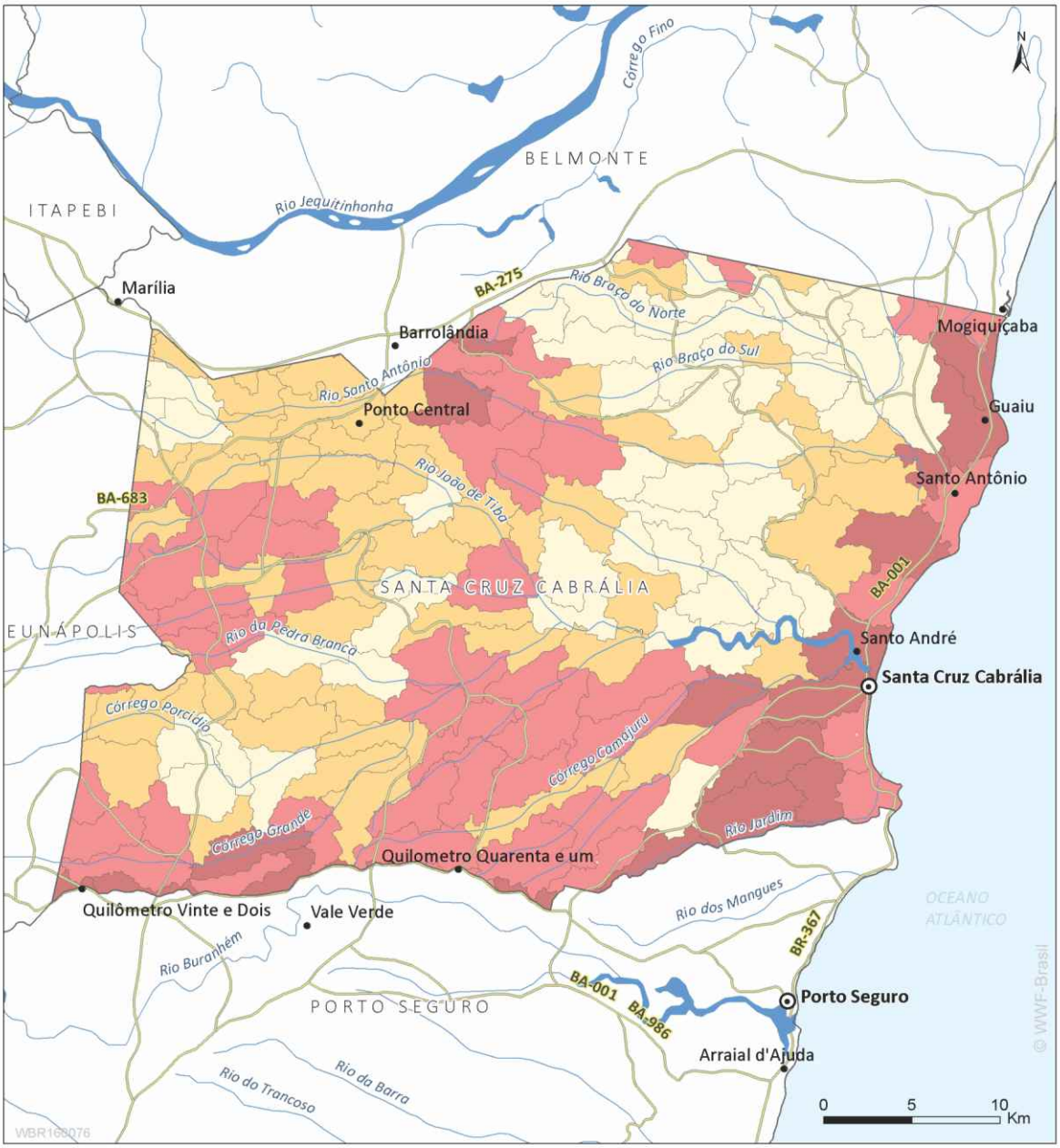
É importante ressaltar que a indicação de áreas prioritárias não exclui ou isenta a necessidade de ações de conservação e restauração nas demais regiões do município. O intuito de indicar regiões, em classes de prioridades, se dá para identificar áreas que sejam mais críticas e importantes, de acordo com as necessidades de um determinado local; auxiliar no processo de tomada de decisão no planejamento, otimização e o sucesso das ações estabelecidas neste plano. Além disso, o resultado de priorização de áreas não é estático e deve ser periodicamente revisado.

FIGURA 14 | Resultado das análises para as áreas prioritárias para conservação no município de Santa Cruz Cabrália



Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

FIGURA 15 | Resultado das análises para as áreas prioritárias para restauração no município de Santa Cruz Cabrália



Áreas Prioritárias para a Restauração da Mata Atlântica no Município de Santa Cruz Cabrália *

Classe de Prioridade

- Extremamente Alta
- Muito Alta
- Alta
- Moderada

* Fonte do dado: WWF-Brasil, 2016.

Fonte: Elaborado pelo Programa de Ciências do WWF-Brasil

RECOMENDAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PMMA

A implementação do Plano Municipal de Mata Atlântica depende de um esforço coletivo dos gestores municipais, das instâncias que atuam na gestão socioambiental do município e de toda a sociedade.

É importante que o PMMA seja amplamente divulgado e que sejam estabelecidas estratégias de mobilização e sensibilização junto à sociedade. Assim este instrumento pode se tornar um efetivo orientador da política pública ambiental para as ações de conservação e recuperação da Mata Atlântica. Os demais órgãos que atuam no município deverão observar os objetivos e ações definidas no PMMA.

Seguem algumas recomendações que podem contribuir para a implementação do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica:

- **Criar um programa municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica, vinculando-o ao orçamento municipal.**
- **Garantir recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente para aplicação em ações definidas no PMMA.**
- **Utilizar o PMMA como critério para a definição das prioridades de aplicação dos recursos do FMMA.**
- **Criar no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente uma Câmara Técnica com objetivo de monitoramento da implementação do PMMA.**
- **Garantir que o PMMA seja considerado nos processos de Licenciamento Ambiental.**

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, Thiara Messias de, MOREAU; Ana Maria Souza dos Santos; MOREAU, Maurício Santana; PIRES, Mônica de Moura; FONTES, Ednice de Oliveira; E GÓES Liliane Matos. Reorganização Socioeconômica no Extremo Sul da Bahia decorrente da introdução da cultura do eucalipto. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 20 (2): 5-18, DEZ. 2008.

Âmbito Jurídico. O regime jurídico dos consórcios públicos. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6970. Acesso em: 13 de maio de 2015.

AMORIM, R.R; OLIVEIRA, R.L. Degradação Ambiental e Novas Territorialidades no Extremo Sul da bahia. Caminhos da Geografia-Revista on line.2007 Disponível em: htt://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html. Universidade Federal de Uberlândia. Acesso em 20 de outubro de 2014.

Artaza, Oscar. Relatório Monitoramento Fomento Florestal. Disponível em: http://www.dialogoflorestal.org.br/forum-florestal-do-sul-e-extremo-sul-da-bahia/fomento-florestal/. Acesso em: 19 de maio de 2015.

Associação Baiana das Empresas de Base Florestal - ABAF. Disponível em: http://abaf.org.br/. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015

ATLAS BRASIL – Abastecimento Urbano de Água – 2010 (ANA). Disponível em: http://atlas.ana.gov.br. Acessado em: 31 ago. 2015.

AVILA, Rafael Doñate; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. O Sistema municipal de Meio Ambiente no Brasil:. Avanços e Desafios. SocSaude, São Paulo, v 21, supl.. 3, p. 33-47, dezembro 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000700004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 27 de janeiro de 2016.

AVITZER. L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. Departamento de Ciência Política Universidade Federal de Minas Gerais. OPINIÃO PÚBLICA. Campinas, vol. 14, nº 1, Junho, p.43-64. 2008.

BAHIA. Lei nº 13.457 de 3 de dezembro de 2015. Altera as Leis nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e nº 11.612, de 08 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.sefaz.ba.gov.br/contribuinte/tributacao/legest_2015_13457.pdf>. Acesso em: abril de 2016.

BAIARDI, A. SPONCHIADO, M. O Sistema Agroflorestal como Instrumento de Gestão Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável: o Caso da Veracel Florestal S.A.. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Juiz de Fora. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 2003. v. 1. p. 369-386.

BirdLife International (2015) Important Bird Areas factsheet: Santa Cruz Cabrália / Belmonte. Disponível em: http://www.birdlife.org. Acesso em: 21 de agosto de 2015.

BRASIL. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura e Turismo. Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável na Costa do Descobrimento. Salvador, maio de 2002.

CHAGAS, Edson. Santa Cruz Cabrália. Disponível em: < http://www.vaprapesca.com.br/Brasil/Bahia/Litoral/Santa%20Cruz%20Cabralia/santa_cruz_cabralia.htm>. Acesso em: outubro de 2015.

_____Controladoria-Geral da União – CGU. Relatório Crítico do I Seminário Nacional de Controle Social. Brasília, CGU, 2009.

_____. F.P. B.; CARNEIRO, R.; PINTO, T.; ALMEIDA, M. E. Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma analise do Conselho das Cidades (CONCIDADES). Revista de Sociologia e Política. V. 21, Nº 48: 5-18 DEZ. 2013.

_____.Governo do Estado da Bahia. Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia (INEMA). Disponível em: www.inema.ba.gov.br. Acesso em: 12 de abril de 2015.

_____.Governo do Estado da Bahia. Instituto de Meio Ambiente (IMA), e LIMA – Laboratório Interdisciplinar do Meio Ambiente. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia.

_____. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Meio de Ambiente. Programa Monitora: programa de monitoramento e qualidade das águas do estado da Bahia. Regiões de Planejamento e Gestão das Águas, v. 1. Salvador,

_____. Governo do Estado da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatísticas dos Municípios Baianos [recurso eletrônico], Salvador: SEI, v.4, n.2, 2014.

_____. Governo do Estado da Bahia. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatística dos municípios baianos. Salvador: SEI, v. 11; 404 p. : il. ISBN 978-85-85976-85-9 1. Estatística – Bahia. 2. Desenvolvimento econômico – Bahia. I. Título. CDU 311.313(813.8). 2010.

_____. Ministério do Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: www.dnpm.gov.br. Acesso em: 04 de outubro de 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Conama nº 05, de 04 de maio de 1994. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução Conama nº 10, de 1º de outubro de 1993. Disponível em: www.mma.gov.br. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

____ Ministério do Meio Ambiente. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA n°9, de 23 de janeiro de 2007. (Série Biodiversidade, 31). Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. – Brasília: MMA, 2007.

CASA da FLORESTA. Relatório de Monitoramento de Fauna e Flora nas áreas da Veracel Celulose/SA. Casa da Floresta Piracicaba. 2013.

CARNEIRO, Evandro Lima. O regime jurídico dos consórcios públicos. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6970. Acesso em 10 de março de 2016.

CEDETER. Resolução CEDETER nº 02/11. Disponível em: http://www.sefaz.ba.gov.br/contribuinte/tributacao/legest_2015_13457.pdf. Acesso em: 26 de janeiro de 2016.

COHN, A. Estado e sociedade e as reconfigurações do direito à saúde. Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP e CEDEC. Debate & Debate.

Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira – CEPLAC. Conservação Produtiva – Cacau por mais 250 anos. Disponível em: http://www.ceplac.gov.br/download/Conservacao_Produtiva_e-book.pdf. Acesso em: 13 de maio de 2015.

Conservação Internacional, Grupo Ambientalista da Bahia e Prefeitura Municipal de Porto Seguro. Plano municipal de conservação e recuperação da mata atlântica de Porto Seguro – Bahia. Porto Seguro, 2014, 2ª Edição. Disponivel em: www.portoseguro.ba.gov.br, www.conservacao.org/publicacoes e www.gamba.org.br/biblioteca. Acesso em: janeiro/2016.

Controladoria Geral da União. Relatório Crítico - I Seminário Nacional de Controle Social: A sociedade no acompanhamento da gestão pública. Disponível em: http://www.cgu.gov.br/sobre/institucional/eventos/anos-anteriores/2009/i-seminario-nacional-de-controle-social-1/arquivos/relatoriocritico.pdf. Acesso em: 19 de abril de 2015.

COOPE/UFRJ. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos Planos de Expansão da Silvicultura de Eucalipto e Biocombustíveis no Extremo Sul da Bahia - AAE EXTREMO SUL – Diagnóstico – PRODUTO 3. Programa de Planejamento Energético. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabrália: geomorfologia, avaliação da vulnerabilidade à erosão e diagnóstico geoambiental / Organizado por Antonio Ivo de Menezes Medina, Marcelo Eduardo Dantas, Maria Luiza Lacerda Bastos e Edgar Shinzato. – Salvador : CPRM/SUREG/SA, 2000.

CURADO, I.B. e COSTA, A. J. F. Diagnóstico socioeconômico das Aldeias Pataxó de Coroa Vermelha, Barra Velha e Boca da Mata e da comunidade rural de Ponto Central, município de Santa Cruz Cabrália. In: Negócios Sustentáveis e Biodiverisdade: extrativismo de piaçava promovendo desenvolvimento e conservação do Extremo Sul da Bahia, Brasil: Projeto Piaçava Sustentável. Março, 2006.

DAGNINO, E. "¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?" En Daniel Mato (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110. 2004.

_____. Políticas Culturais, democracia e projeto neoliberal. Revista Rio de Janeiro, n. 15, jan.-abr. 2005.

Da Cunha, J. U. C. P., De Alencar, C. M. M. Cartografia socio-ambiental del territorio Cuenca de Jacuípe: Participacion en el medio ambiente. In.: Spanish Journal of Rural development, Vol. U (2): 29-40, 2014.

DUTRA, C.M. et al. Roteiro para a elaboração dos Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Ministério de Meio Ambiente. Brasilia. 2013.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Unidade de Execução de Pesquisa e Desenvolvimento de Recife – UEP. Disponível em: http://uep.cnps.embrapa. Acesso em: em 06 de abril de 2015.

FINE, P. V. A., GARCÍA-VILLACORTA, R., PITMAN, N. C. A., MESONES, I. & KEMBEL, S. W. A Floristic Study of the White-Sand Forests of Peru. Annals of the Missouri Botanical Garden 97:283-305.2010.

FERREIRA, F.C.; LEITE, D. V .T.; MOURA, A. C. M.; OLIVEIRA, L. F. ; QUEIROZ, G. C. ; TOFANI, F. P. O papel do geoprocessamento na preservação do patrimônio cultural nacional nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia: procedimento e desafios. In: Anais do XV do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto. INPE. Curitiba. 2011. p.4.102 - 4.109.

GIULIETTI, A.M. (et al.). Plantas raras do Brasil. Belo Horizonte, MG: Conservação Internacional. 496 p. Co-editora: Universidade Estadual de Feira de Santana. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopedia dos municipios brasileiros. Rio de Janeiro, 1958, Volume XXI.

_____. Manual técnico da vegetação brasileira. Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais. Rio de Janeiro. IBGE. 1991.

_____. Censo agropecuário de 2006. Disponivel em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=292770&idtema=3&search=bahia|santa-cruz-cabralia|censo-agropecuario-2006. Acesso em: Fevereiro de 2015.

_____. Censo demográfico de 2010. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

_____. Produção Agrícola Municipal (PAM) de 2008 e 2013. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php. Acesso em: janeiro a maio de 2015.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, LIMA, André (org). Aspectos jurídicos da proteção da Mata Atlântica. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2001.

JACOBI, P. Espaços Públicos e Práticas Participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 137-154, jan./dez. 2003.

LOPES, H.B.V.; BOMFIM, L.F.C. Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabrália: hidrogeologia. Salvador: CPRM: Prefeituras Municipais de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, 2000.

MEIRA-NETO, J. A. A.; SOUZA, A. L.; LANA, J. M.; VALENTE, G. E. Composição florística, espectro biológico e fitofisionomia da vegetação de Muçununga nos municípios de Caravelas e Mucuri, Bahia. Revista Árvore, 29(1): 139-150. 2005.

MELO, J.R.V., SOUZA, J., NAKAGAWA, J. SILVA, L.A.M., MORI, E.S. Perspectiva da produção de sementes de piaçava (Attalea funifera Mart.) em áreas litorâneas do Estado da Bahia. In: VI CONGRESSO E EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL SOBRE FLORESTA. Porto Seguro. Resumos técnicos. Rio de Janeiro: Instituto Ambiental Biosfera, 2000. p. 157-159.

METZER, J.P.; TAMBOSI, L.R. Monitoramento independente da cobertura florestal das bacias setentrionais do extremo sul da Bahia. Relatório técnico. Porto Seguro. 2012.

METZER, J.P. O Código Florestal tem base científica?. Natureza & Conservação 8(1):1-5, 2010. Copyright© 2010 Associação Brasileira de Ciência, Ecologia e Conservação.

MIRANDA, S. Aprendendo a Ser Pataxó: Um Olhar Etnográfico Sobre As Habilidades Produtivas Das Crianças De Coroa Vermelha, BA. Dissertação de mestrado, UFBA, 2009.

MORI, S. A., B. M. BOOM, A. M. V. CARVALHO & T. S. SANTOS. Southern Bahian moist forests. The Botanical Review 49: 155-232. 1983.

MEARY, D. G.; ICE, G. G.; JACKSON, C. R. Linkages between forest soils and water quality and quantity. Forest Ecology and Management, 13 p., 2009.

NEVES, S. Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália-BA. In: PASOS Revista de Turismo y Patrimônio Cultural, Vol. 9(3), 2011, pp 45-58.

OBSERVATÓRIO FLORESTAL. Relatório de atividades: maio 2013 a dezembro 2014. Disponível em: http://www.observatorioflorestal.org.br/sites/default/files/relatorio_ocf_versao_impressao_web-13mai15-vfinal.pdf. Acesso em: 03 de agosto de 2015.

OLIVEIRA, G. G. DE; OLIVEIRA, K. L.; ARAÚJO, L. G. Reconfiguração da Estrutura Fundiária no Extremo Sul da Bahia após Intensificação da Atividade Silvícola. In: XLV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Londrina. Anais do XLV Congresso Brasileiro da Sociedade de Economia e Sociologia Rural. Brasília: SOBER, 2007.

OLIVEIRA, L. M. S. Construindo espaços públicos: o Fórum Florestal do Sul e Extremo Sul da Bahia e as possibilidades do diálogo para resolução de conflitos. Dissertação de mestrado/UCSal. Salvador, 2010.

PANGEA, Geologia e Estudos Ambientais. Levantamento de dados e análise da vulnerabilidade a desastres naturais para elaboração de mapas de risco e apresentação de proposta de intervenções para prevenção de desastres, conforme especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência, do Edital do Pregão Eletrônico nº 36/2013-MI. Relatório 1729-R2-14: Município de Santa Cruz Cabrália, BA - Lote 9. 2014. Relatório apresentado ao Ministério da Integração Nacional. Disponível em: ftp://ftpcenad.mi.gov.br/mapeamentos/BA/Santa%20Cruz%20Cabr%C3%A1lia/1_Relatorio/Relatorio_Final_Santa_Cruz_Cabralia_BA.pdf. Acesso: 04 de fevereiro de 2016

PEDREIRA, M. S. O complexo florestal e o extremo sul da Bahia: inserção competitiva e transformações socioeconômicas na região. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2008 (tese de doutorado).

PEREIRA R., Donatti C.I., NIJBROEK R., Pidgeon E. & HANNAH L. 2013. Climate change vulnerability assessment of the Discovery Coast and Abrolhos Shelf, Brazil. Conservation International, 79 p.

VERACEL. Plano de Manejo RPPN Estação Veracel. Porto Seguro. 2007.

Conservação Internacional – Brasil. Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Porto Seguro, 2a edição, Porto Seguro, 2014

PRADO, P.I; LANDAU, E.C., MOURA, R.T.; PINTO, L.P.S.; FONSECA, G.A.B.; ALGER, K. (orgs). Corredor de Biodiversidade da Mata Atlântica do Sul da Bahia. Publicação em CD-Rom. IESB/CI/CABS/UFMG/UNICAMP. 2003.

RIBEIRO, M.C.; SANTOS, J.S.; RIBEIRO, J.W.; MARQUES, A.; BORGES, R.; ANDRADE, D.; SETTE, P.; LEAL, S.; WALDBURGER, T.; NOVAES, W.; ANDRADE, A. 2015. Monitoramento independente da cobertura vegetal dos municípios da área de influência da Veracel no Extremo Sul da Bahia para o ano 2013. Relatório técnico IBIO/ECONANFI/LEEC/ECONECTA. 2015.

RIBEIRO, M.C.; HOLVORCEM, C.G.D.; MARQUES, A.; MARTENSEN, A.C.; METZER, J.P.; TAMBOSI, L.R. Monitoramento independente da cobertura florestal das bacias setentrionais do extremo sul da Bahia. Relatório técnico. Porto Seguro. 2012.

SALATI, E.; LEMOS, H. M.; SALATI, E. Água e o desenvolvimento sustentável. In: REBOUÇAS, A. C.; BRAGA, B.; TUNDISI, J. G.Águas Doces no Brasil: Capital ecológico, uso e conservação.3 ed.São Paulo: Escrituras Editora, 2006, p. 37-62.

Secretaria de Meio Ambiente da Bahia. Zoneamento Ecológico Econômico. Disponível em: www.zee.ba.gov.br. Acesso em 05 de março de 2015.

SEDIR- Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional; CAR- Companhia de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia. Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia-Anexo 3. Banco Mundial. Dezembro, 2013.

SEI- Superintendencia de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Estatisticas dos Municipios Baianos (recurso eletrônico)- Território de Identidade Costa do Descobrimento. v.4. n.2. 2014. Disponivel em:http://www.sei.ba.gov.br/. Acesso: 14 de abril de 2015.

SETENTA, W.; LOBÃO, D. E. Conservação Produtiva: cacau por mais 250 anos. Itabuna. Bahia. 2012.

SOS Mata Atlântica. Relatório Técnico do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Período 2013-2014. São Paulo. 2015. Disponivel em: www.sosma.org.br. Acesso: 3 de janeiro de 2016.

SOS Mata Atlântica. Relatório Técnico do Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica. Período 2011-2012. São Paulo. 2013. Disponível em: www.sosma.org.br. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

SOUZA, C.M.P., FONTES, E.O., MOREAU, A.M.S.S. Zoneamento Geoambiental e Transformações da Paisagem dos Municipios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Revista Geogra. Acadêmica. V. 5, n. 2.pag: 41-53. 2011.

TUCCI, C. E. M.; CLARKE, R. T. Impacto das mudanças da cobertura vegetal no escoamento: revisão. RBRH - Revista Brasileira de Recursos Hídricos Volume 2 n.1 Jan/Jun 1997, 135-152.

UDERMAN, S. Indústria e desenvolvimento regional: uma análise das estratégias de industrialização na Bahia. Salvador: FIEB, 2007.

TIMMERS, J. F. Comércio de madeira no Extremo Sul da Bahia: avaliação de impacto sobre os remanescentes de Mata Atlântica na região do PARNA Monte Pascoal. Relatório de consultoria desenvolvido para a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, 2005.

_____. Documento técnico: subsídios para o processo de reconhecimento do Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, 2008. Relatório Associação Flora Brasil.

_____. Documento técnico: Criação do Mosaico de Unidades de Conservação de Santo Antônio/Belmonte. Consultoria Ministério do Meio Ambiente. Não publicado. Março, 2008.

THOMAS, W.W., A. M. CARVALHO, A. M. AMORIM, J. GARRISON, & T.S. dos SANTOS. Diversity of Woody Plants in the Atlantic Coastal Forest of Southern Bahia, Brazil. In: W. W. Thomas. (Org.). The Atlantic Coastal Forest of Northeastern Brazil. Memoirs of the New York Botanical Garden. v. 100. pp 21-66. NYBG Press, New York. 2008.

Thomas, W. W., A. M. V. Carvalho, A. M. A. Amorim, J. Garrison & A. L. Arbeláez. Plant endemism in two forests in southern Bahia, Brazil. Biodiversity and Conservation 7: 311-322. 1998.

VERACEL/CEPEMAR. Estudos da vegetação (meio biótico): caracterização e mapeamento da vegetação. EIA/RIMA empreendimento Veracel - Região Sul e extremo sul da Bahia. 2011.

Wanderley, Maria Nazareth Baduel. Olhares para o “Rural” Brasileiro. In Raízes, Campina Grande, vol. 23, nos 01 e 02, p. 82–98, jan./dez. 2004.

ANEXOS

ANEXO A | Legislação referente às questões socioambientais e indígenas pertinentes ao município de Santa Cruz Cabrália

LEGISLAÇÃO FEDERAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.	Lei no 13.123/15
Altera a Portaria MMA nº 445/14 - Cria o anexo III com apenas espécies de interesse econômico, classificadas nas categorias criticamente em perigo (CR) e em perigo (EN), ampliando o prazo de captura, transporte, armazenamento, manejo e comercialização para 360 dias.	Portaria MMA nº 163/15
Institui normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, estabelecidas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios, junto às Organizações da Sociedade Civil. *(Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil)*	Lei nº 13.019/14
Institui a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS)	Decreto nº 8.243/14
Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto no 7.830/12, que institui o Programa Mais Ambiente Brasil.	Decreto nº 8.235/14
Define a Política Agrícola para Florestas Plantadas.	Decreto nº 8.375/14
Reconhece como espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos" – Lista, conforme Anexo I desta Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43/14.	Portaria MMA nº 445/14
Reconhece como espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção aquelas constantes da "Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção" - Lista, conforme Anexo I da presente Portaria, em observância aos arts. 6º e 7º, da Portaria nº 43/14.	Portaria MMA nº 444/14
Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei nº 8.171/91.	Lei nº 12.805/13

LEGISLAÇÃO FEDERAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica.	Lei nº 12.854/13
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI	Decreto nº 7.747/12
Institui o Novo Código Florestal.	Lei nº 12.651/12
Regulamenta os termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum.	Lei Complementar nº 140/11
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.	Lei nº 12.512/11
Aprova a lista de espécies indicadoras dos estágios sucessionais de vegetação de restinga para o Estado da Bahia, de acordo com a Resolução no 417/09.	Resolução Conama nº 437/11
Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários da vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências.	Resolução Conama nº 417/09
Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428/06, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica.	Decreto nº 6.660/08
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações e dá outras providências.	Decreto nº 6.514/08
Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	Decreto nº 6.040/07
Reconhece áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.	Portaria MMA nº 09/07
Dispõe sobre a convalidação das resoluções que definem a vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica para fins do disposto no art. 4º, § 1º da Lei nº 11.428/06.	Resolução Conama nº 437/11

LEGISLAÇÃO FEDERAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).	Decreto nº 5.758/06
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica.	Lei nº 11.428/06
Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica.	Lei nº 11.326/06
Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).	Lei nº 11.284/06
Recomendações acerca do conteúdo mínimo do Plano Diretor dos Municípios, prevendo demarcação das áreas ocupadas por populações indígenas como zonas especiais.	Resolução CONCID* nº 34/05
Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.	Decreto nº 5.092/04
Ministério do Meio Ambiente publica a Lista Nacional das Espécies de Invertebrados Aquáticos e Peixes Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação.	Instrução Normativa MMA nº 5/04
Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais.	Decreto nº 5.051/04
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas.	Lei nº 10.711/03
Normatiza o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA.	Lei nº 10.650/03
Trata sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) e a Comissão Nacional da Biodiversidade.	Decreto nº 4.703/03
Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	Decreto nº 4.339/02

*Conselho Nacional das Cidades

LEGISLAÇÃO FEDERAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938/81, estabelecendo critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil (ZEE).	Decreto nº 4.297/02
Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal que estabelece diretrizes gerais da política urbana - Lei do Estatuto das Cidades.	Lei nº 10.257/01
Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.	Lei nº 9.985/00
Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.	Lei nº 9.795/99
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Lei nº 9.605/98
Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).	Decreto nº 2.519/98
Reconhecimento da Reserva Particular do Patrimônio Natural Estação Veracel.	Portaria nº 149/98
Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Lei nº 9.433/97
Estabelece "corredor de vegetação entre remanescentes" como área de trânsito para a fauna.	Resolução CONAMA nº 009/96
Regulamenta a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas.	Portaria Ministério da Justiça nº 14/96
Define os procedimentos administrativos de demarcação das Terras Indígenas.	Decreto nº 1.775/96
Define vegetação primária e secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, a fim de orientar os procedimentos de licenciamento de atividades florestais no estado da Bahia.	Resolução CONAMA nº 005/94
Estabelece os parâmetros para análise dos estágios de sucessão da Mata Atlântica.	Resolução CONAMA nº 10/93

LEGISLAÇÃO FEDERAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Carta Magna	Constituição Federal 1988
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.	Lei nº 6.938/81
Lei conhecida como Estatuto do Índio	Lei nº 6.001/73

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Altera as Leis nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006 e nº 11.612, de 08 de outubro de 2009.	Lei nº 13.457/15
Nomeia os titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos Hídricos da Bahia (FERHBA).	Portaria nº 63/15
Nomeia os titulares e suplentes do Conselho Deliberativo do Fundo Estadual de Recursos do Meio Ambiente (FERFA).	Portaria nº 64/15
Institui a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais.	Lei nº 13.223/15
Altera a Resolução Cepram n° 4.327 de 31 de outubro de 2013, que dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos Municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas.	Resolução Cepram nº 4.420/15
Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos	Lei nº 12.932/14
Institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, altera o Decreto nº 13.247/11, e dá outras providências.	Decreto nº 15.634/14
Regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação do Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) e dispõe acerca do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Estado da Bahia.	Decreto nº 15.180/14
Modifica a estrutura organizacional da Administração Pública do Poder Executivo Estadual.	Lei nº 13.204/14
Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Estadual.	Lei nº 13.214/14

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Altera o Regulamento da Lei nº 10.431/06 e da Lei nº 11.612/09, aprovado pelo Decreto nº 14.024/12.	Decreto nº 15.682/14*
Dispõe sobre as atividades de impacto local de competência dos municípios, fixa normas gerais de cooperação federativa nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente e ao combate da poluição em qualquer de suas formas.	Resolução CEPRAM nº 4.327/13
Altera o regulamento da Lei nº 10.431/06 e da Lei nº 11.612/09, aprovado pelo Decreto nº 14.024/12.	Decreto nº 14.032/12
Aprova o regulamento da Lei nº 10.431/06, que instituiu a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia e da Lei nº 11.612/09, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Decreto nº 14.024/12
Altera a Lei nº 10.431/06, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, a Lei nº 11.612/09, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051/08, que reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação.	Lei nº 12.377/11
Institui a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia.	Lei nº 12.050/11
Altera a Resolução n°43, que institui a divisão hidrográfica estadual em Regiões de Planejamento e Gestão das Águas.	Resolução CONERH nº 80/11
Cria a Comissão Estadual para a Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais (CESPCT).	Decreto nº 12.433/10
Cria o Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia (COPIBA).	Lei nº 11.897/10
Altera dispositivos da Lei nº 11.612/09, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Lei nº 12.035/10
Cria o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado da Bahia (CERBMA-BA).	Decreto nº 12.228/10

* O arcabouço legal estadual ambiental tem sido constantemente alterado, trazendo muitas dificuldades para uma análise sistemática da legislação ambiental estadual. O maior motivador dessas constantes alterações, diz respeito ao instituto do licenciamento. Ou seja, as alterações, na sua grande maioria, tratam de flexibilizar a legislação.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Regulamenta o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais.	Decreto nº 12.071/10
Aprova o Plano Estadual de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais.	Lei nº 11.478/09
Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.	Lei nº 11.612/09
Reconhece a competência do município de Santa Cruz Cabrália para exercer o licenciamento das atividades e empreendimentos de impacto ambiental local no nível 2 (dois), com base nos artigos 7º e 8º da Resolução CEPRAM 3.925/09.	Resolução CEPRAM nº 4.172/11
Altera a denominação, a finalidade, a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) e das entidades da administração indireta a ela vinculadas.	Lei nº 11.050/08
Institui princípios e diretrizes da Política Estadual de Saneamento Básico, disciplina o convênio de cooperação entre entes federados para autorizar a gestão associada de serviços públicos de saneamento básico.	Lei nº 11.172/08
Dispõe sobre enquadramento Transitório de corpos de água para a outorga de lançamento de esgotos domésticos e outros efluentes líquidos.	Resolução CONERH nº 36/08
Altera o Decreto nº 9.091/04, que institui a comissão especial para a definição de estratégias e implementação do Zoneamento Ecológico Econômico no Estado da Bahia. Revoga o Decreto nº 9.109/04.	Decreto nº 10.321/07
Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia.	Lei nº 10.431/06
Altera a Resolução CEPRAM nº 1.318/96, que aprovou o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio, município de Santa Cruz Cabrália, no Estado da Bahia.	Resolução Cepram nº 1.777/98
Aprova o Plano de Manejo e o Zoneamento da Área de Proteção Ambiental de Coroa Vermelha.	Resolução Cepram nº 1.768/98
Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio do Estado de Bahia.	Resolução Cepram nº 1.318/96

LEGISLAÇÃO ESTADUAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Cria a Área de Proteção Ambiental de Santo Antônio, nos Municípios de Santa Cruz Cabrália e Belmonte, e dá outras providências.	Decreto nº 3.413/94
Cria a Área de Proteção Ambiental da Coroa Vermelha, nos Municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, e dá outras providências.	Decreto nº 2.184/93

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL	NÚMERO DA NORMATIVA
Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Santa Cruz Cabrália.	Lei nº 540/14
Autoriza o Poder Executivo Municipal a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura Familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade e dá outras providências.	Lei nº 503/12
Portaria da Secretaria Municipal de Meio Ambiente com a definição das embarcações aptas a realizarem passeios marítimos e fluviais, bem como determinando a obrigatoriedade de autorização ambiental para exercer essa atividade.	Portaria n° 01/11
Dá nova redação à Lei nº 449/09, que dispõe sobre a organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Santa Cruz Cabrália – COMDEMA e dá outras providências.	Lei nº 472/10
Dispõe sobre o controle e o combate à poluição sonora no âmbito do Município de Santa Cruz Cabrália, estado da Bahia.	Lei nº 438/09
Dispõe sobre a prestação de serviços de passeios marítimos e fluviais no âmbito do município de Santa Cruz Cabrália e dá outras providências.	Lei nº 406/07
Dispões sobre o desenvolvimento urbano no município de Santa Cruz Cabrália, institui o Plano Diretor Urbano e dá outras providências.	Lei nº 383/06
Institui a Legislação Municipal Ambiental.	Lei nº 028/03
Institui taxa de R$ 0,50 de visitação do Parque Municipal de Preservação Marinha de Coroa Alta.	Lei nº 06/99
Dispõe sobre a criação do Parque Municipal de Preservação Marinha de Coroa Alta e a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente.	Lei nº 140/98
Cria o Parque Ecológico Santuário, conhecido como Parque da Preguiça.	Lei nº 40/94

Fonte: Elaborado pelo Gambá

ANEXO B | Sítio eletrônico dos principais órgãos públicos relacionados ao PMMA.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)
www.mma.gov.br/programas-mma

Fundação Nacional do índio (FUNAI)
www.funai.gov.br/index.php/politicas-ambientais

Ministério das Cidades
www.cidades.gov.br/acoes-e-programas www.cidades.gov.br/acessibilidade-e-programas-urbanos
www.cidades.gov.br/habitacao-cidades/departamentos/dhab
www.cidades.gov.br/saneamento-cidades/progrmas-e-acoes

Ministério do Turismo (Mtur)
www.turismo.gov.br/acoes-e-programas.html

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
www.mda.gov.br/sitemda/pagina/programas

Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA)
www.seia.ba.gov.br/planos-e-programas

Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR)
www.sedur.ba.gov.br

Secretaria Estadual de Turismo (SETUR)
www.setur.ba.gov.br

Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN)
www.seplan.ba.gov.br

Secretaria Estadual Desenvolvimento Rural (SDR)
www.sdr.ba.gov.br

Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Costa do Descobrimento - Condesc
www.condesc.org

ANEXO C | órgãos e entidades da administração pública federal e estadual, relacionados à proteção e à gestão ambiental atuantes na região

FEDERAL

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	
Função	Órgão federal de meio ambiente, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, e tem suas atribuições estabelecidas pela Lei Federal 11.512/07 e pela Lei Complementar nº 140/11. Com o advento Lei Complementar várias ações do Ibama foram repassadas para os órgãos ambientais estaduais e municipais, o que tornou o órgão menos ativo na região.
Estrutura	A Gerência Executiva de Eunápolis é a responsável pela atuação no município de Santa Cruz Cabrália e possui um Centro de Triagem de Animais Silvestres - CETAS, localizado na BR 367 – entre Porto Seguro e Eunápolis. Seu efetivo geral é de cerca de vinte e seis servidores, entre efetivos e terceirizados, um procurador federal, cinco viaturas 4X4 (novas e locadas) com rádio comunicador.

FUNAI – Fundação Nacional do Índio	
Função	Criada pela Lei nº 5.371/67, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado. É o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Brasileira de 1988. A Funai possui diversas dificuldades de atuação, seja pela precária estrutura física e de pessoal para atender a grande demandas das terras indígenas, seja pelo forte conflito envolvendo as populações indígenas. O conflito é centrado na luta deste Povo em demarcar e ampliar suas terras tradicionais.
Estrutura	Possui uma Coordenação Técnica Local em Eunápolis, atendendo a toda região do Extremo Sul. Não obtivemos retorno do órgão sobre a quantidade de equipamentos e pessoal que o órgão possui.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	
Função	Em 30 de novembro de 1937 foi promulgado o Decreto-Lei nº 25, que organiza a "proteção do patrimônio histórico e artístico nacional". O IPHAN está hoje vinculado ao Ministério da Cultura. Santa Cruz Cabrália possui um conjunto paisagístico tombado, especialmente o Ilhéu da Coroa Vermelha, Orla Marítima e conjunto arquitetônico e paisagístico da Cidade Alta, trazendo para essas áreas, uma legislação especial de proteção e uso.
Estrutura	O Escritório Técnico de Porto Seguro atende toda a região, onde encontram-se os bens tombados. A área de abrangência envolve os municípios de Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. É composto por uma equipe com 2 servidores públicos, 3 trabalhadores terceirizados e 1 coordenador do escritório, que fica lotado em Salvador, na Superintendência, estando uma vez por mês no escritório de Porto Seguro.

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia	
Função	A Universidade Federal do Sul da Bahia, criada pela Lei nº 12.818/13 – é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira. A autonomia universitária, compreendida como exercício de autonormatividade, autogestão e corresponsabilidade social e institucional, concretiza-se na plena liberdade de criação, pesquisa, extensão e ensino-aprendizagem, num ambiente de colaboração, alegria e solidariedade.
Estrutura	A UFSB está dividida em três campus: Jorge Amado, em Itabuna; Sosígenes Costa, em Porto Seguro e Paulo Freire, em Teixeira de Freitas.

ESTADUAL

INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	
Função	É o órgão ambiental estadual, vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Foi criado através da Lei Estadual nº 12.212/11, visando promover a integração do sistema de meio ambiente e recursos hídricos do estado da Bahia. O INEMA tem por finalidade executar as ações e programas relacionados à Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade, à Política Estadual de Recursos Hídricos e à Política Estadual sobre Mudança do Clima. Cabe ao INEMA atuar em articulação com os órgãos e entidades da administração pública estadual e com a sociedade civil organizada, a fim de dar maior agilidade e qualidade aos processos ambientais.
Estrutura	Em Eunápolis está localizada a Unidade Regional, responsável em atender o município de Santa Cruz Cabrália. Esta unidade atua principalmente nas ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização ambiental, acompanhamento das políticas de Recursos Hídricos e gestão de unidades de conservação. Além disso, presta apoio aos municípios no desenvolvimento da gestão ambiental local, em articulação com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Estão vinculados ao INEMA, o Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Frades, Buranhém e Santo Antônio e os Conselhos Gestores das APAs Coroa Vermelha e Santo Antônio, sendo que estes últimos não possuem gestores, bem como os colegiados citados não estão atuando. A Unidade Regional de Eunápolis é composta por um coordenador regional e treze técnicos de nível superior, que atuam na área de licenciamento, fiscalização e atendimento, sendo oito lotados no escritório de Eunápolis, quatro no posto avançado de Teixeira de Freitas e um no posto avançado de Santa Cruz Cabrália. Também integram a equipe mais três servidores de nível médio que atuam no atendimento. A UR possui três caminhonetes 4X4 e um veículo de pequeno porte. Está vinculado ao INEMA o Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Frades, Buranhém e Santo Antônio – CBH Frabes, criado em 2009 e instituído pelo Decreto nº 14.244/12. É um órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, vinculado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Conerh) e tem como objetivo implementar, de forma participativa, a gestão das águas na região de abrangência. Uma das principais ferramentas de gestão do CBH é o Plano de Bacia, o qual visa estabelecer o uso racional das águas, de forma a evitar conflitos entre os usos atuais e prevenir futuros problemas de escassez ou de comprometimento da qualidade das águas. O INEMA é a secretaria executiva do CBH Frabes. Os Conselhos Gestores das APAs Coroa Vermelha e Santo Antônio não estão ativos, trazendo grandes prejuízos à participação da sociedade, a conservação e uso sustentável dos recursos naturais e à efetiva implementação dessas unidades de conservação. A atuação do Estado no município é incipiente, bem como as instâncias de gestão participativa vinculadas a este. Após a promulgação da Lei Complementar nº 140/10, o estado da Bahia foi um dos primeiros a repassar, por meio de uma resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Resolução CEPRAM nº 4.327/13), a maior parte de atividades consideradas de impacto local, para os municípios, tornando ainda mais ausente e inoperante a gestão ambiental pública.

CIPPA - Companhia Independente de Polícia de Proteção Ambiental de Porto Seguro	
Função	É uma unidade especializada do Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar do Estado da Bahia. Foi criada no dia 6 de janeiro de 2009, visando desenvolver ações de proteção dos recursos ambientais de forma preventiva e ostensiva. Atua também na fiscalização ambiental, em especial no combate ao desmatamento, ao tráfico e à caça de animais silvestres e à pesca predatória, além de outros crimes ambientais. Promove ações de educação e conscientização ambiental.
Estrutura	A sede está localizada na BR 367, na área da Ceplac. Além do pelotão de Porto Seguro, possui outro pelotão sediado no município de Ilhéus. Sua atuação vai desde Valença até Mucuri, atendendo todos os municípios do Baixo Sul, Sul e Extremo Sul da Bahia. A CIPPA Porto Seguro possui 46 militares trabalhando nos dois pelotões, metade em cada um deles, quatro caminhonetes 4X4, três motos e GPS.

DPA - Delegacias de Polícia Ambiental	
Função	A Delegacia Especializada pertence a um departamento da Polícia Civil, a qual integra a estrutura da Secretaria da Segurança Pública, com a finalidade específica de exercer as funções de polícia judiciária e investigativa, apurando os ilícitos penais no âmbito ambiental.
Estrutura	A unidade de Ilhéus tem como circunscrição 256 municípios baianos, dentre eles, os municípios que compõe a região do extremo sul. Possui no seu quadro 2 escrivães, 8 agentes e uma coordenadora. 80% do quadro funcional possuem curso superior, especializações e mestrado na área ambiental, o que demonstra o excelente nível destes agentes que, mesmo com as limitações e poucos recursos, desenvolvem um bom trabalho na região, através de investigação e fiscalização de grandes crimes ambientais.

MP - BA - Ministério Público Estadual da Bahia	
Função	Define-se como órgão constitucional autônomo, inserido entre as funções essenciais à prestação jurisdicional, incumbido de zelar pela defesa da ordem jurídica, dos interesses sociais e individuais indisponíveis e do próprio regime democrático, sendo a proteção do meio ambiente uma de suas áreas de atuação. Na Bahia, o Ministério Público tem se organizado de forma a ter uma atuação destacada na área ambiental, com a instituição de Núcleos Ambientais, de Promotorias Regionais Especializadas em Meio Ambiente e do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Meio Ambiente (CEAMA). Na Costa do Descobrimento o Núcleo Mata Atlântica (NUMA) é atuante e sua sede está em Porto Seguro, com a presença de um promotor de justiça. Este promotor também atua como promotor ambiental regional, da Promotoria Regional Especializada em Meio Ambiente da Costa do Descobrimento.

Realizadores

GAMBA
Grupo Ambientalista da Bahia

SOS MATA ATLÂNTICA

Apoio

Conselho Municipal de Defesa
do Meio Ambiente de
Santa Cruz Cabrália

Prefeitura Santa Cruz Cabrália
UMA CIDADE PARA TODOS NÓS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Parceiros

ANAMMA
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS DE MEIO AMBIENTE

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL
Brasil

Mata Atlântica
Biodiversidade e Mudanças Climáticas

RMA
Rede de ONGs da Mata Atlântica

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA • MAB • UNESCO

VERACEL

WWF